



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
CURSO DE MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

LUAN ALEX DE MATTOS

**A EMERGÊNCIA DO SUJEITO NO ESPAÇO ENTRE LÍNGUAS:
INTERPELAÇÕES DISCURSIVAS EM SUJEITOS NA POSIÇÃO DE IMIGRANTE**

CHAPECÓ

2021

LUAN ALEX DE MATTOS

**A EMERGÊNCIA DO SUJEITO NO ESPAÇO ENTRE LÍNGUAS:
INTERPELAÇÕES DISCURSIVAS EM SUJEITOS NA POSIÇÃO DE IMIGRANTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Professora Doutora Angela Derlise Stübe

**CHAPECÓ
2021**



A torre de Babel
Pieter Bruegel, o Velho. 1563

« La parole est un don du langage et le langage n'est pas immatériel. C'est de la matière subtile, mais de la matière néanmoins. Il peut féconder la femme hystérique, il peut figurer le flot d'urine ou l'excrément retenu. Les mots peuvent aussi souffrir de blessures symboliques »
Jacques Lacan

“A língua é mais que sangue”
Franz Ronzensweig

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E

Centro, Chapecó, SC - Brasil

Caixa Postal 181

CEP 89802-112

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Mattos, Luan Alex de

A EMERGÊNCIA DO SUJEITO NO ESPAÇO ENTRE LÍNGUAS::
INTERPELAÇÕES DISCURSIVAS EM SUJEITOS NA POSIÇÃO DE
IMIGRANTE CHAPECÓ 2021 / Luan Alex de Mattos. -- 2021.
133 f.:il.

Orientadora: Professora Doutora. Angela Derlise
Stübe

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos, Chapecó, SC, 2021.

1. Sujeito. 2. Língua. 3. Lalingua. 4. Imigração. 5.
Políticas linguísticas. I. Stübe, Angela Derlise,
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Título.

LUAN ALEX DE MATTOS

**A EMERGÊNCIA DO SUJEITO NO ESPAÇO ENTRE LÍNGUAS:
INTERPELAÇÕES DISCURSIVAS EM SUJEITOS NA POSIÇÃO DE IMIGRANTE**

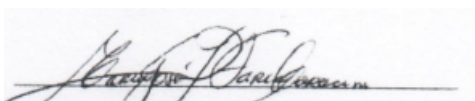
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca examinadora em 05/08/2021

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Angela Derlise Stübe – UFFS
Orientadora



Prof.^a Dr.^a Maria José Rodrigues Faria Coracini – UNICAMP
Avaliadora



Prof.^a Dr.^a Caroline Mallmann Schneiders – UFFS
Avaliadora

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Doutora Angela Stübe, agradeço as leituras cuidadosas, as sugestões, a abertura para conversa e as animadas caronas.

Agradeço aos professores da banca, à professora Maria José Farias Coracini, à professora Caroline Mallman Schneiders, ao professor Valdir Prigol, e ao professor Eric Duarte Ferreira, obrigado pela leitura atenta e pelas contribuições à construção do texto.

À minha família, agradeço a paciência e o entendimento. Agradeço o apoio e o fato de não terem descreditado. Agradeço à minha mãe, obrigado por cuidar dos meus gatos.

Ao Juliano e à Roberta, obrigado por me mostrarem a psicanálise como um caminho possível.

Ao Lucas, sem o qual *este* texto não poderia ter sido. Obrigado pelos puxões de orelha e por ouvir meus infundáveis áudios teóricos. Ao Paulo, obrigado por se fazer espelho, por inspirar e traduzir.

Agradeço aos amigos da E.P os momentos de descontração e as trocas genuínas. Agradeço ao Pedro a leveza e o otimismo.

Agradeço à CAPES a bolsa de estudos.

LISTA DE ABREVIACÕES

AD – Análise de Discurso

AIE – Aparelho Ideológico de Estado

FD – Formação discursiva

FI – Formação ideológica

GEIROSC – Grupo de Estudos sobre Imigrações para a Região do Oeste de SC

LE – Língua estrangeira

PPGEL – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

RD – Regularidade discursiva

RSI – Real, Simbólico e Imaginário

SD – Sequência discursiva

SDs – Sequências discursivas

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

LISTA DE SÍMBOLOS DAS TRANSCRIÇÕES

/ – Pausa curta

// – Pausa longa

[inc.] – Incompreensível

[] – Comentário do pesquisador

(...) – Supressão de determinado trecho da fala do entrevistado

AAA – (maiúsculas) – Entoação enfática

Trecho negrito – Grifo do pesquisador

LISTA DE SÍMBOLOS

\$ – Sujeito cindido pelo simbólico

S – Significante

A – Outro (ou “grande Outro”)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nó de Borromeu 49

Figura 2 - Fita de moébius..... 103

RESUMO

O texto que se segue é resultado de uma pesquisa desenvolvida no programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) na linha de pesquisa Práticas Discursivas e Subjetividades. Nesta pesquisa, buscamos compreender efeitos de sentido que modulam o processo de constituição do sujeito que se enuncia de uma posição entre-línguas. Em razão disso, trabalhamos com sujeitos na posição de imigrante, por entendermos que esses sofrem de forma mais marcada, por vezes em seus corpos, os efeitos dessa posição de instabilidade entre a língua dita materna e a língua do Outro. Partimos da hipótese de que os sujeitos que se enunciam dessa posição o fazem de uma forma muito singular, lançando mão de uma língua que não é sua nem do outro, mas é sua *e* do outro. Considerando a presença significativa de imigrantes haitianos no município de Chapecó/SC, onde a pesquisa é realizada, temos trabalhado com esse público. Para o desenvolvimento da dissertação, construímos nosso dispositivo teórico-analítico a partir de uma imbricação entre a psicanálise – notadamente a partir de Lacan – e as teorias desconstrutivistas postuladas por Derrida, configurando, em nosso entendimento, uma abordagem discursivo-analítica. Também mobilizamos autores outros que dialoguem com a temática abordada e que se relacionem com os elementos trazidos pelo enunciado por nossos entrevistados. Realizamos quatro entrevistas (que se deram na modalidade on-line em razão da pandemia da COVID-19) e buscamos reconhecer nelas regularidades discursivas que se coadunem com nosso problema de pesquisa. As regularidades reconhecidas foram: RD (Regularidade Discursiva) de língua materna; RD de políticas linguísticas; RD de entre-línguas. Alicerçados nisso, desenvolvemos nossas análises em um movimento pendular entre *corpus* e teoria, construindo os capítulos a partir de questões suscitadas pela fala de nossos entrevistados, buscando compreender o processo de constituição (nunca acabada) do sujeito no espaço entre línguas.

Palavras-chave: Sujeito; língua; lalíngua; imigração; políticas linguísticas.

RÉSUMÉ

Ce texte est le résultat d'une recherche développée dans le cadre du programme du troisième cycle en études linguistiques de l'Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) dans la ligne de recherche : Pratiques discursives et subjectivités. Il cherche à comprendre les effets de sens modulant le processus de constitution du sujet s'énonçant depuis une position entre-langues. Notre travail porte donc sur des sujets immigrés, car nous estimons qu'ils souffrent de manière plus marquée, parfois jusque dans leur corps, des effets de cette situation instable entre la langue dite maternelle et la langue de l'Autre. Notre hypothèse de départ est que les sujets s'énonçant depuis cette position le font de manière très particulière, au moyen d'une langue qui n'est ni la leur ni celle de l'autre, mais qui est et la leur et celle de l'autre. Compte tenu de la présence importante d'immigrés haïtiens dans la municipalité de Chapecó, où cette étude a été menée, nous avons travaillé avec ce public. Pour développer cette recherche, nous avons construit notre dispositif théorico-analytique à partir d'une imbrication entre la Psychanalyse - notamment lacanienne - et les théories déconstructivistes postulées par Derrida, pour façonner, dans notre compréhension, une approche analytique du discours sur laquelle sont venus se greffer d'autres auteurs dialoguant avec le thème abordé et explorant certains éléments présents dans les énoncés de nos interviewés. Objectivement, nous avons mené quatre entretiens (en ligne en raison de la pandémie de COVID-19) et avons cherché à y reconnaître des régularités discursives (RD) conformes à notre problématique de recherche. Nous en avons relevé trois : RD de la langue maternelle ; RD des politiques linguistiques ; RD de l'entre-langues. Sur cette base, nous avons développé nos analyses dans un mouvement pendulaire entre corpus et théorie, et construit les chapitres à partir des questions soulevées par les propos de nos interviewés pour essayer de comprendre le processus de constitution (jamais achevée) du sujet dans l'espace entre langues.

Mots clés : *Sujet ; langue ; lalangue ; immigration ; politiques linguistiques.*

ABSTRACT

The following text is the result of a research developed in the postgraduate program in Linguistic Studies at the Federal University of Fronteira Sul (UFFS) in the research line Discursive Practices and Subjectivities. In this research we seek to understand meaning effects that modulate the process of constitution of the subject who enunciates itself from an inter-language position. For this reason, we work with subjects in the position of immigrants, cause we understand that they suffer more markedly, sometimes in their bodies, from the effects of this position of instability between the so-called mother tongue and the language of the Other. We start from the hypothesis that the subjects who enunciate themselves from this position do so in a very unique way, making use of a language that is neither theirs nor the other's, but which is theirs and the other's. Considering the significant presence of Haitian immigrants in Chapecó city, where the research is carried out, we have been working with this group. In order to develop the research, we built our theoretical-analytical device from an imbricationn between Psychoanalysis – notably from Lacan – and the deconstructivist theories postulated by Derrida, configuring, in our understanding, a discursive-analytic approach, as well as other authors that dialogue with the topic addressed and that relate to the elements brought up by the statement by our interviewees. Objectively, we conducted four interviews (which took place online due to the COVID-19 pandemic) and sought to recognize in them discursive regularities that are consistent with our research problem. The recognized regularities were: RD (Discursive Regularity) of the mother tongue; DR of language policies; Inter-language RD. Based on this, we developed our analyzes in a pendular movement between corpus and theory, building the chapters based on questions raised by the speech of our interviewees and seeking to understand the process of constitution (never finished) of the subject in the space between languages.

Keywords: *Subject; tongue; lalangue; immigration; language policies.*

REZIME

Tèks sa a se rezilta yon rechèch ki te fèt nan pwogram pòs-gradyasyon nan etid lengistik nan Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) nan domèn rechèch sou Analiz diskou ak Sibjektivite ki nan lang yo. Nou eseye konprann efè sans pawòl yo kapab genyen pou yon moun lè moun sa twouve l' nan yon pozisyon ant plizyè lang. A koz de sa, nou travay ak moun ki se emigran, paske n' konnen moun sa yo afwonte plis difikilte, ak efè sa yo, paske yo nan yon pozisyon enstabilite ant lang matènèl yo avèk yon lòt lang ki pa lang pa yo. Nou pati de ipotèz kote moun sa yo ki nan pozisyon sa yo fè sa yon fason inik, yo ap itilize yon lang ki pa lang pa yo e ki pa lang pa lòt la tou, men ki se lang pa li e ki se lang pa lòt la tou. Lè nou konsidere gwo kantite imigran Ayisyen ki genyen nan vil Chapecó, vil kote rechèch la fèt la, nou te pwofite travay ak piblik sa. Pou rechèch la kapab fèt, nou konstwi dispozitif teyori-analitik nou ki soti nan yon montaj Sikanaliz- espesyalman Lacan, ak lòt teyori ki pa konstriktiv ke Derrida te genyen kòm ipotèz, sa vin fè nou imajine, nan konpreyansyon nou, yon analiz konpotman ki baze sou diskou, se menm bagay la tou pou lòt otè ki pale de tèm sa e ki genyen kontak ak moun sa yo ke nou fè rechèch avèk yo a. Jan nou te genyen kòm objektif la, nou fè kat entèvyou (ke nou te fè “online” akòz de pandemi COVID-19 la), nou chache jwenn pandan entèvyou a, regilarite nan diskou moun yo ki konbine ak sa nou t'ap chache kòm pwoblèm rechèch la. Regilarite ke nou te rejwenn yo se te: RD (Regilarite nan Diskou) lang matènèl la, RD politique lengistik, RD ant lang yo. Lè nou baze sou sa, nou devlope analiz nou sou yon mouvman ki pa stab ant teyori e ak ansanm de done ke nou rasanble, as pèmèt nou ekri chak chapit apati de kesyon nou poze sou chak pawòl ke moun ki nan entèvyou yo di nou, e nou chache konprann kijan moun yo evolue ant lang yo.

Mo kle: Moun, lang, imigrasyon, politik lengistik.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – LÍNGUA DA MÃE	27
1.1 A LÍNGUA QUE NÃO É MINHA	28
1.2 CONCEPÇÕES GERAIS DE LÍNGUA MATERNA	30
1.3 UMA LÍNGUA QUE ME É SEMPRE OUTRA.....	36
1.4 O ATRAVESSAMENTO DO SUJEITO PELO SIMBÓLICO	44
1.4.1 <i>O discurso da psicanálise – o Outro e a letra.....</i>	<i>44</i>
1.4.2 <i>A língua fazendo corpos</i>	<i>51</i>
CAPÍTULO 2 – DISCURSO DO OUTRO (A) COLONIZADOR.....	57
2.1 ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO.....	57
2.2 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO HAITI.....	66
2.2.1 <i>Espaços de regulamentação linguística</i>	<i>74</i>
2.2.2 <i>A escola ecoando silenciamentos</i>	<i>79</i>
2.3 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL	86
CAPÍTULO 3 – INSTABILIDADE DO DIZER – OU, DO PERDER-SE NO LABIRINTO DA PALAVRA	93
3.1 MIGRAÇÃO: BRASIL COMO POSSIBILIDADE DE SER.....	93
3.2 INSERÇÃO NA LÍNGUA (SEMPRE) DO OUTRO	96
3.3 LÍNGUA MATERNA; LÍNGUA POPULAR; LÍNGUA DO POVO	104
TENTATIVA DE SÍNTESE	114
REFERÊNCIAS.....	120
ANEXO I	125
ANEXO II.....	129

INTRODUÇÃO

Deslocamento. Processo psíquico inconsciente, tal como postulado por Freud, diz dos deslizamentos possíveis na cadeia significante para a produção de um sonho – ou de um sentido. Tomado como verbo, deslocar-se é o processo pelo qual seres humanos vão de um espaço ao outro, configurando-se por vezes, a partir dessa prática, como migrantes – ou deslocados imigrantes.

Jacques Lacan *desloca* esse substantivo ou as significações que o significante promove e o associa com a metonímia. Figura de linguagem que se dá pelo emprego de uma palavra fora de seu contexto usual; substituição do significante que só funciona porque há entre a palavra escolhida – ou que surge na *língua* do falante – e a suprimida uma contiguidade conceitual ou material. Não há uma cisão marcada, uma separação estanque. Há um afastamento. Afastamento que só se reconhece como tal por haver uma proximidade entre ambos os significantes. Não há também cisão marcada entre o aqui-e-lá do imigrante. As posições se marcam não pela disjunção, mas pela orientação comum.

Buscar uma resposta para “*como se constitui o sujeito*” nunca é um empreendimento simples. Frustrante, por vezes, se considerarmos que o sujeito da linguagem em todo o seu emaranhado de possibilidades constitutivas nunca é uno e nunca é idêntico a si. O primeiro ponto talvez seja mesmo definir que significações propomos ao empregarmos o significante *sujeito*. Trabalhamos com uma concepção de sujeito que, a partir das abordagens teóricas pelas quais transitamos, é reconhecido como um sujeito que, se constituído pela linguagem, é também desestabilizado pelo inconsciente e é sócio-historicamente situado. Tal como o compreendemos, sujeito e indivíduo não são coincidentes.

Como uma criança que busca conhecer a verdade (SOUSA, 2000), não paramos de nos questionar: Como? Por quê? Essas inquietações me acompanham há algum tempo, começando a ser reconhecidas e nomeadas na graduação em psicologia. Algumas respostas iniciais foram então fornecidas pela psicanálise, corpo teórico que eu começava a investigar. A desestruturação do sujeito – que não é indivíduo, tampouco senhor de si – proposta pela psicanálise muito me explicava, mas não abarcava tudo. Pensando a relação do sujeito com o simbólico e pensando também o potencial das imagens para, a partir delas, o sujeito se dizer, eu buscava naquele momento entender como o fotógrafo se significava a partir de sua produção.

Entendendo a potencialidade representativa da imagem fotográfica, buscava compreender os modos pelos quais através dela o sujeito poderia se dizer e se significar. Entrevistando fotógrafos pudemos compreender que a fotografia se apresenta como a produção de *um* real que é mediado pelo olhar e pela subjetividade daquele que fotografa. Há aí um dito. Ainda que tenha como suporte uma linguagem não verbal o sujeito que fotografa diz de si e se significa a partir de sua produção. Tem ela como constitutiva de sua posição como sujeito.

Esse retorno é importante, pois hoje reconheço que o que eu buscava compreender era como essa pessoa, portando uma câmera e fazendo fotos, constituía-se a partir de sua relação com essa expressão simbólica. De lá para cá muita coisa mudou, mas ainda não há resposta para esse “como”. A presença do inconsciente desestabilizando o sujeito e o colocando em posições nas quais ele não se reconhece já possibilita um grande passo nessa tentativa sempre falha de explicação. Mas e com relação aos atravessamentos do social? E essas outras vozes que nos colocam em determinadas posições?

Assim, chego à linguística numa nova tentativa de representar isso que falta – uma representação que é impossível, mas uma tentativa que é necessária. Tendo em vista essas considerações, sob orientação da Professora Doutora Angela Derlise Stübe, passamos a pensar a constituição do sujeito a partir de sua língua e de sua inserção no simbólico.

Dessa forma, a presente pesquisa, cujo tema é “A emergência do Sujeito no espaço entre línguas: interpelações discursivas em sujeitos na posição de imigrante”, é desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e insere-se na linha de pesquisa “Práticas Discursivas e Subjetividades”, no projeto guarda-chuva “Ser-estar-entre-línguas-culturas: língua, identidade e formação de professores”. Optamos pelo uso do verbo *emergir* no título do texto para dizer do surgimento do sujeito – alinhados ao entendimento de Dunker, Paulon e Milan-Ramos (2017) –, sujeito esse que emerge a partir do material discursivo, uma vez que é, e é sempre, um sujeito estruturado pela linguagem. Emergir nos remete também à emergência, à urgência que o sujeito tem de se dizer e se fazer sujeito perante o outro.

Lacan, psicanalista francês, em seu “*Seminário 05, As formações do Inconsciente*”, ministrado entre 1957 e 1958, sugere que o sujeito é um sujeito do simbólico (LACAN, 1957-1958 [1999]). Um sujeito estruturado e cindido pelo

simbólico. Nesses termos, propõe o matema \$ para designar esse sujeito. Esse “S” atravessado por uma barra é utilizado por Lacan em seus seminários para, nas diversas representações gráficas das quais lança mão para a transmissão da psicanálise, representar o sujeito cindido ou atravessado pelo simbólico. Isso significa dizer que é um sujeito assujeitado ao Outro como “tesouro da linguagem”, que o estrutura e determina. Dessa forma, é subjugado por essa linguagem, por esse simbólico que vem do Outro, portanto \$.

Essa constituição de sujeito não é linear e una. Assim, nós não falamos do sujeito cartesiano, pronto e senhor de si. Nós falamos de um sujeito que é (des)estruturado pelo inconsciente, pois, na medida em que este lhe possibilita deslizos e ressignificações de si, também o constitui enquanto um sujeito que se vê sempre diante da falta.

Esses deslizamentos se dão também com sua língua, haja vista que algo sempre escapa, que as significações não são estáveis e que o sujeito não é senhor de seu dizer. Pensando a relação do sujeito com sua língua, recorreremos a alguns questionamentos abordados por Revuz (2001). Essa autora vai pensar a relação do sujeito com sua língua materna.

O termo *língua materna* requer que o posicionemos em uma perspectiva determinada para compreender os efeitos de sentido relativos a uma metalinguagem específica. Sabemos que existem outras percepções, a exemplo daquelas que compreendem que a primeira língua da criança possa ser outra que não a língua da mãe, casos em que se usa o termo *primeira língua*. Tendo isso em vista, explicamos que neste texto, filiados ao discurso da psicanálise em diálogo com os pressupostos de Revuz (2001), usaremos a expressão significativa *língua materna*. Mais especificamente, a estamos entendendo a partir de Derrida (1996), para quem o mais adequado seria fazer referência à língua *dita materna*¹.

Fazemos isso uma vez que o discurso da psicanálise estrutura-se e fundamenta-se de forma majoritária a partir da teoria do Complexo de Édipo (FREUD, 1924 [2006]) e da relação da criança com sua mãe – enquanto função materna. Portanto, para designar a primeira língua e essa inserção no simbólico a partir do Outro, cuja mãe é o protótipo,

¹ Entendemos que essa língua é dita materna, e não *materna* em uma perspectiva mais fechada e taxativa, pois ela não se fixa em uma língua, uma vez que se relaciona com uma possibilidade de dizer e de dizer-se. Essa temática, tema de extrema relevância em nossa pesquisa, será retomada e explorada ao longo do texto.

entendemos que seja pertinente a manutenção da expressão *língua materna*, pois, mais do que designar a língua primeira da criança, ela traz uma carga outra de sentidos e de possibilidades teóricas – tal como será abordado no Capítulo 1.

Para Revuz (2001), língua materna é a língua que vem da mãe, mas não necessariamente. É aquela que a criança recebe em uma relação especular em que é feita sujeito, desde antes de seu nascimento. A autora ainda aponta que a relação com essa língua materna se dá de uma forma muito específica. O sujeito tem com a língua materna uma proximidade que lhe é muitas vezes incômoda, pois remete à sua relação com a mãe, daí a importância da manutenção do significante *materna*. Essa proximidade gozosa com a mãe e as marcas da castração são carregadas por toda a vida do sujeito e, assim, afetam – e se presentificam em – seu discurso.

Revuz (2001) ainda aponta que nem tudo se pode dizer na língua da mãe, palavras escapam e sentidos se desestabilizam. Por outro lado, em uma língua estrangeira essa relação sujeito/linguagem se dá de forma distinta. Para ela, o sujeito da enunciação em uma língua-outra nunca vai ser aquele mesmo sujeito da língua materna. Nesses termos, nós nos questionamos: quais são os modos pelos quais se constitui esse sujeito que enuncia em *outra língua*?

Para além disso, pensamos sobre os processos de migração na contemporaneidade. A *necessidade* de utilização de uma nova língua e a inevitabilidade de inserção em novos contextos sociais, nos quais a sua língua não é ouvida. Especificamente, a partir dessa conjuntura pensamos os casos de migração do Haiti para o Brasil e a relação desse sujeito, na posição de imigrante, com suas línguas e o português brasileiro, língua que é tida como oficial no país desde a Constituição de 1988.

Payer (2016), discutindo o sujeito imigrante, vai postular que:

O discurso *sobre* o imigrante não deixa ouvir, ou sequer imaginar, o que seria da ordem de um discurso *do* imigrante: outros lugares de dizer, nos quais (se) significam *o* sujeito que imigra, que trabalha, que tem família, amigos, enfim, que (sobre)vive (PAYER, 2016, p. 349, grifos no original).

Assim, a autora marca a importância de se dar voz a esses sujeitos, mas a necessidade de fazê-lo de forma legítima, ouvindo-os de fato, na medida em que esses discursos não são coincidentes. Entendemos que, ainda que cerceados por epistemologias bastante marcadas e demarcadas acerca das formas de se produzir

conhecimento, epistemologias que tomam sujeitos que se afastem de uma “normatividade” discursivamente construída como objetos de estudo, há a possibilidade de se pesquisar de outras formas.

Para hooks (1989, p. 42), sujeitos têm o direito de definir as próprias realidades, nomear suas histórias. Os objetos, por outro lado, têm sua história designada e contada a partir da relação que mantêm com aqueles que são sujeitos. Assim, enfatizamos o discurso *do* imigrante na tentativa de nos valermos de suas vozes na condução da pesquisa.

Imigrar é, segundo Costa (2016), um costume comum do povo haitiano, uma meta de vida. Para o Brasil, eles começam a vir após 2010. De acordo com Costa (2016), reportando-se a Zamberlam *et al.* (2014), isso se dá em razão de um conjunto amplo de fatores, como relações comerciais entre o Haiti e o Brasil, que desencadearam investimentos naquele país; o terremoto de 2010, que dizimou boa parte do país e o prejudicou economicamente de forma bastante severa; a subsequente colaboração do Brasil após esse episódio, enviando ajuda humanitária e mostrando-se aberto para receber haitianos que desejassem emigrar para cá, bem como a imagem positiva do país como um país acolhedor.

Bordignon (2015) salienta que a migração de haitianos para o Brasil se intensifica entre 2012 e 2015. No Oeste catarinense, local de nossa pesquisa, eles começam a chegar ainda em 2011, atraídos pelo trabalho disponibilizado em agroindústrias da região, que são as maiores responsáveis por boa parte do movimento da economia regional.

Considerando que o sujeito, tal como compreendido pela psicanálise e por algumas linhas de análises de discurso, é um sujeito atravessado e cindido pelo simbólico (cisão que se dá por meio da língua [do Outro]), passamos a nos questionar: como se dá o processo de constituição (nunca acabada) do sujeito na posição de imigrante no espaço entre línguas? Essa inquietação se reflete em nosso método e a partir dela buscamos ouvir, em português, uma posição deslocada, portanto, o dizer – que subjaz e no mesmo movimento extrapola cada ato de fala (LEITE; SOUZA JR., 2021) – de nossos entrevistados. Assim, dizer e falar não coincidem. No dizer do sujeito sempre há um não dito e algo que vai além do que o falante pretendia enunciar.

A partir de leituras prévias, percebemos o surgimento de uma hipótese, que, de certa forma, orientava nossa relação com os textos e com a busca por novos. O sujeito nesse espaço entre línguas e culturas, na mesma medida em que se vê silenciado em

determinados contextos, encontra novas possibilidades de dizer-se, dizer-se de uma nova forma e de um novo lugar enunciativo, que não é nem aqui, nem lá, é um espaço de entre meios a partir do qual se enuncia em um deslocamento que não se dá apenas no que diz respeito à língua (na medida em que poderíamos confundi-la com idioma), mas também com relação à posição a partir da qual ele enuncia e das culturas que experiencia nesse espaço.

No intuito de fornecer uma resposta ao problema citado e confirmar ou refutar nossa hipótese de pesquisa, alguns objetivos são traçados. Como objetivo principal, buscamos analisar o processo de constituição do sujeito simbólico (\$) na posição de imigrante a partir de sua relação com suas línguas. Esse objetivo de base, que orienta nossa pesquisa, desdobra-se em objetivos outros, a saber:

- Descrever as relações do falante com a língua materna e a língua-outra;
- Refletir acerca da importância da linguagem verbal como mecanismo simbólico constituinte de subjetividades;
- Analisar modos de subjetivação que atravessam o processo de constituição do sujeito que se enuncia em outra língua, que não a dita materna; e
- Apresentar políticas linguísticas atuais e a interpelação que promovem em migrantes Haiti/Brasil na atualidade.

Como estamos trabalhando com sujeitos, a investigação foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, sendo aprovada sob o parecer de número 34857420.7.0000.5564. Está registrada na Plataforma Brasil e segue todos os protocolos por ela exigidos.

A pesquisa proposta se justifica pela importância de se considerar o sujeito – cindido e multifacetado – a partir de uma cisão que é para ele constitutiva, buscando aprofundar a compreensão dessa possibilidade de constituição de sujeito. Compreendemos como uma primeira cisão a alienação do sujeito ao discurso do Outro, tal como postulado por Lacan (LACAN, 1973 [1996]). O que temos chamado de *segunda cisão*, e que justifica nossa pesquisa, refere-se à cisão, ou de forma mais precisa, a um deslocamento de uma estrutura simbólica já presente no sujeito. Um rearranjo na sua relação com suas línguas e suas possibilidades de dizer.

Com relação a essa cisão, que podemos relacionar de antemão com a língua do Outro ou língua-outra, aqui gostaríamos de fazer um pequeno adendo. Nosso primeiro objetivo específico – em uma ordem de organização nos tópicos, mas não em um

sentido de prevalência sobre os outros, pois entendemos que a resolução deles vá se dando conjuntamente – tem grafado *língua-outra* no singular. Reconhecemos que de fato o falante, ainda mais em casos como o de nossos entrevistados, vá se deparar com uma multiplicidade de outras línguas possíveis, tais como o francês, o inglês, o espanhol e o português. Isso é um fato. Entretanto, em nossa perspectiva teórica vamos compreender que a busca da totalização de uma língua seja da ordem do Eu e da almejada identidade. Por falarmos sobre o sujeito, parece-nos mais adequado entender essa língua-outra sempre no singular, uma vez que não falamos nunca uma só – e senão uma só – língua (DERRIDA, 1996. p. 21) que é sempre do Outro.

Aliados aos interesses teóricos, percebemos em nosso contexto social a significativa presença de imigrantes haitianos que se mudam para a cidade de Chapecó/SC em busca de melhores condições de vida e que, uma vez aqui, veem-se diante da necessidade de uma inserção social (seja em melhores empregos, seja na escola/universidade, seja no convívio com novos amigos), que é muito difícil de ser atingida sem a aprendizagem do português.

Chapecó é um município do oeste catarinense com, no momento da pesquisa, cerca de onze mil imigrantes haitianos vivendo na cidade (de acordo com a prefeitura municipal) os quais se mudam para a cidade por uma série de fatores, tornando-se uma parte palpável da população. Desse modo, entendemos que se faz necessário refletir sobre como se dão as construções de subjetividade desse sujeito na posição de imigrante. Além disso, como é possível pensar políticas linguísticas mais eficazes que colaborem na sua inserção social. Assim, esta pesquisa se justifica também por possibilitar uma maior compreensão do quadro da imigração (por haitianos) em Chapecó, para pesquisadores de outras áreas, bem como para o poder público, podendo servir de base para desenvolvimento de projetos sociais, implementação de políticas públicas, pesquisas intervencionistas e outros.

Nesta pesquisa escrevemos sobre a relação de um sujeito com suas línguas. Essa posição de *entre* não é exclusiva desses falantes. Nasio (1995) salienta que os temas escolhidos para se trabalhar são sempre ligados à experiência pessoal – ele se refere aos temas como “temas-sintoma”. Entendemos que, assim como nossos sujeitos na posição de imigrante, situamo-nos também em uma posição de entre meios. Senão de um entre-línguas – em verdade sempre nos encontramos –, em uma posição de “entre-teorias”.

Para alcançarmos nossos objetivos e elucidarmos nosso problema, propomos como dispositivo teórico-analítico uma forma de análise de discurso sedimentada nos

saberes da psicanálise freudo-lacanianana – cujas bases epistemológicas devem ser buscadas nas ciências linguísticas – e nas teorias desconstrutivistas de Jacques Derrida. Entendemos por *análise* uma forma de se fazer ciência, conjecturalmente, que obedece a uma lógica de indícios convergentes (MAJOR, 2002).

Da primeira, interessa-nos a presença do Inconsciente como hipótese, desestabilizando o sujeito e permitindo que ele apareça, de fato, ali onde não pensa. Interessam-nos também as releituras de Saussure propostas por Lacan e as suas interlocuções com a linguística. Isso porque seu interesse no simbólico e no signo permite uma leitura outra da materialidade linguística de nosso *corpus*.

Derrida nos atrai pela sua ideia de desconstrução, as aberturas teóricas que propõe e as trocas que realiza com outros saberes, tendo por base a psicanálise, teoria do inconsciente e da linguagem que o autor nunca deixa de lado. René Major, em obra de 2002, na qual discute os enlaces entre as teorias de Lacan e Derrida, aponta que:

A desconstrução derridiana não recalca de modo algum a herança freudiana. Ela a prolonga em uma necessidade hiperanalítica, colocando em jogo o desejo ou a fantasia de reunir-se ao originário, ao irredutível, ao indisível. Juntando os dois temas de toda análise, o tema *arqueológico* de retorno ao antigo, que ordena a repetição e sua alteração, e o tema *filolítico* da desvinculação dissociativa, da decomposição das unidades, da desconstituição dos sedimentos, a desconstrução sustenta a exigência analítica da sempre possível desvinculação como a própria condição de possibilidade da vinculação geral (MAJOR, 2002, p. 22-23, grifos no original).

Propor um alinhamento entre os dois autores para o desenvolvimento das análises de nosso *corpus* não é, então, um movimento forçoso. Há algo entre eles e suas teorias que, de certa forma, faz com que se toquem. Derrida presentifica a busca em um *para-além*, que é em essência inalcançável. O encontro com o originário ou com a língua una é sempre postergado. *Différance*.

Dunker, Paulon e Mílan-Ramos (2017) entendem que examinar os fundamentos linguísticos e discursivos de um acontecimento ou experiência transformativos é uma tarefa basilar das análises de discurso – que são plurais. Desse modo, os autores nos ajudam a reconhecer e nomear o nosso fazer.

[...] é preciso construir o método de análise de discurso de cada pesquisa de modo que este *eleve seu objeto à dignidade de coisa*, conforme a definição lacanianana de *sublimação*; ou seja, que ele subordine seus meios à experiência que ele pretende investigar, deixando-a falar e reconhecendo o percurso de

sua verdade (DUNKER; PAULON; MÍLAN-RAMOS, 2017, p. 33, grifos no original).

Assim sendo, caminha-se para a busca de um método singular que permita diálogo com o objeto de estudo. Isso posto, considerando o desenvolvimento e o desenrolar da pesquisa, passamos a reconhecê-la como uma forma de Análise de Discurso que se relaciona com a Análise de Discurso Francesa de Michel Pêcheux (AD), mas que não coincide ou se confunde com ela. A diferença entre as duas é percebida no *só depois*, e da AD francesa incorporamos elementos para a construção metodológica de nossa pesquisa.

Para a constituição do *corpus* de nossa pesquisa, propusemo-nos a trabalhar com entrevistas semiestruturadas realizadas com imigrantes haitianos e desenvolvidas a partir de uma questão gatilho ou questão-chave, a saber: *Pode falar sobre sua relação com suas línguas? Como foi o aprendizado de cada uma delas?*

A ideia de trabalhar com uma questão apenas e a partir dela desenvolver uma entrevista mais livre e menos diretiva vem após a leitura de Coracini (2007), que procede dessa forma, de modo bastante eficaz. Essa proposta se dá também em razão do reconhecimento da efetividade da associação livre em psicanálise para acesso a dizeres do sujeito que não necessariamente apareceriam a partir de perguntas mais estruturadas às quais o paciente/entrevistado responderia objetivamente (FREUD, 1915 [2006]).

Para o acesso aos entrevistados, contamos com uma rede de apoio informal que colaborou com a divulgação da pesquisa para participantes em potencial. Essa divulgação, bem como o desenvolvimento das entrevistas, deu-se de forma on-line – tal como apontado como profícuo por Faleiros *et al.* (2016) – em função da pandemia da COVID-19 (WERNECK; CARVALHO, 2020). O interessado em participar da pesquisa, ou participante em potencial, recebeu um *link* que o redirecionava para um formulário do Google docs., no qual devia responder a algumas questões que serviram para verificar se o candidato se encaixava nos critérios de inclusão na pesquisa (ter mais de 18 anos, residir no município de Chapecó-SC e se sentir confortável para a realização de uma entrevista on-line em português brasileiro).

Além de confirmar a possibilidade de inclusão do participante na pesquisa a partir dos critérios pré-estabelecidos e aqui elencados, o formulário servia também para a coleta dos dados para contato com o participante em potencial, como também para uma primeira confirmação de ciência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (doravante TCLE [ANEXO I]), uma vez que, em função da modalidade on-line

utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, não houve assinatura física no documento, havendo apenas o assinalamento do termo de aceite disposto no instrumento usado para a investigação, o formulário Google, e posterior confirmação verbal no decorrer da entrevista.

Após essa primeira etapa, o entrevistador fez contato com os inscritos que atendessem aos critérios de inclusão, via contato anteriormente disponibilizado, e as entrevistas foram agendadas. Essas se deram também de modo on-line, pela plataforma WEBEX, em data e horário definidos em comum acordo entre pesquisador e participante.

Realizamos 04 entrevistas. Após sua finalizada cada uma, demos início à etapa de transcrição. Em seguida, uma revisão dessa transcrição foi realizada, buscando verificar se marcas verbais que apareceram nas falas dos entrevistados foram corretamente inseridas e se as pausas/mudanças de entonação vocal foram marcadas de forma adequada na transcrição². Após, realizamos uma primeira leitura, destacando pontos de interesse para nossa análise. Esses recortes da fala dos entrevistados, chamados de Sequências Discursivas (SDs ou SD no singular) – sequências faladas ou, em nosso caso, escritas de dimensão superior à de uma frase (COURTINE, 2014, p. 55) –, foram separados em um arquivo à parte. Com base nas SDs que nos interessaram em função do enunciado pelo participante, buscamos reconhecer e apontar dentro da fala de cada um deles regularidades discursivas (RD) para uma posterior análise.

As regularidades discursivas reconhecidas dentro da fala de cada um dos entrevistados foram: RD de Língua Materna; RD de Entre-Línguas; e RD de Políticas Linguísticas.

Para o desenvolvimento das análises, buscamos trabalhar a partir dos enunciados dos participantes, de modo que não há em nossa dissertação uma construção teórica prévia e exaustiva sobre os elementos com os quais trabalhamos. Em verdade, desenvolvemos uma análise a partir de um movimento pendular entre teoria e *corpus*, tal como proposta por Petri (2013). Desse modo, os elementos teóricos que se fazem presentes no texto surgem de uma necessidade reconhecida a partir dos enunciados dos participantes – reconhecimento que se dá a partir de nossa leitura –, que direcionam

² Buscando preservar o dito do enunciador tal como por ele expresso, realizamos uma transcrição tal qual compreendemos a partir de nossa escuta, não tendo havido nenhuma tentativa de adequação das SDs a um padrão gramatical.

nosso interesse e demandam a busca de um amparo teórico para o desenvolvimento das análises.

Isso se deu com exceção do **Capítulo 1**, intitulado **Língua da mãe**, em razão de que essa temática específica, que atravessa toda a dissertação e desencadeia a sua escrita, recebe um capítulo teórico para si. Nesse capítulo, tecemos reflexões sobre uma definição mais precisa de *língua materna*, uma vez que a forma como é tratada e discutida em textos outros abre margem para questionamentos que não colaboram para o avanço dessa pesquisa, por desconsiderarem os pressupostos teóricos dos quais nos valem.

Assim, na seção 1.1 do Capítulo 1, apresentamos algumas informações mais gerais sobre língua materna tal como proposta pelos teóricos que trabalhamos, bem como justificamos a necessidade de construção teórica desse capítulo. Na seção 1.2, discutimos algumas concepções mais correntes de língua materna e para isso recorremos a autores da sociolinguística e a algumas definições apontadas em dicionários. No item seguinte, seção 1.3, começamos a promover um adensamento teórico e trabalhamos com alguns autores basilares para as discussões sobre o entre-línguas e sobre a língua materna. Essa seção muito nos interessa, pois apresenta um panorama que deixa ver como se amparam as pesquisas que tratam do entre-línguas.

Na última seção do capítulo, vamos discutir em uma perspectiva da psicanálise lacaniana a inserção do sujeito no registro do simbólico pelo Outro. Nessa seção, que se desdobra em outros dois pontos, vamos debater alguns pressupostos tomados como evidentes, mas que, desde a perspectiva em que escrevemos, precisam ser relativizados, como o significado de *mãe*, por exemplo, que vai se alinhar mais a uma função materna – tal como compreendida por Lacan – do que a uma relação familiar ou ao fato de ser genitora. Nessa última seção, também, articularemos conceitos outros que tem significativa relevância no campo da psicanálise e na construção dessa pesquisa.

No **Capítulo 2**, intitulado **Discurso do Outro (A) colonizador**, passamos a investigar e a discutir as condições sociais que possibilitam ou favorecem a migração no Haiti. Discutimos, sempre a partir da fala de nossos entrevistados, as políticas linguísticas que perpassam o funcionamento social e linguístico do país, colocando seus habitantes, desde sua inserção no espaço escolar, em uma escancarada situação de entre-línguas. Propomos também reflexões sobre o Outro como colonizador e os efeitos que ele promove em um nível de funcionamento social e linguístico, na medida em que afeta sujeitos determinando posições e possibilidades de dizer.

Na seção 2.1, apresentamos alguns refinamentos da construção metodológica e da forma da condução da pesquisa, bem como realizamos a apresentação de nosso *corpus*. Na seção 2.2, buscamos traçar um breve panorama histórico, de modo a nos situarmos acerca dos modos pelos quais o Haiti instituiu-se como um país com duas línguas oficiais. Esse panorama que se constrói a partir da necessidade de uma compreensão da forma como se dão as políticas linguísticas no Haiti e que se desenvolve entrelaçado com essas nos ajuda a compreender como essas línguas afetam os seus falantes na contemporaneidade. Embora nos reportemos a uma teoria de sustentação para a construção dessa seção, as bases para a sua estruturação se dão a partir do enunciado por nossos entrevistados.

Na subseção seguinte, a 2.2.1, focamos nossas análises no funcionamento linguístico que perpassa os espaços institucionalizados, debatendo os efeitos desses atravessamentos nas posições que o sujeito vem a ocupar na sociedade. Na seção 2.2.2, damos continuidade às discussões sobre como as políticas linguísticas atravessam os espaços sociais e estes por sua vez afetam os sujeitos que ocupam esses espaços. Nesse tópico, outrossim, focamos de modo específico no espaço escolar, que aparece como uma regularidade muito importante para nossa pesquisa na fala de nossos entrevistados.

No **Capítulo 3**, intitulado **Instabilidade do dizer – ou do perder-se no labirinto da palavra**, assumimos uma nova perspectiva, discutimos os efeitos e as possibilidades de outras línguas para os sujeitos, línguas com as quais mantém uma relação não tão próxima e não tão visceral quanto a que mantém com o crioulo e o francês, línguas que, por essas mesmas razões, por vezes lhes demandam menos e proporcionam maior liberdade.

Na seção 3.1, apresentaremos alguns dados relativos aos processos migratórios experienciados pelo povo haitiano com ênfase na migração para o Brasil. Na seção seguinte, 3.2, propomos um debate que se centra de modo mais pontual sobre o entre-línguas, temática que de outro modo já vem sendo explorada desde o Capítulo 1. Buscamos nesse tópico refletir sobre os deslizos que se dão entre as diferentes línguas faladas pelos entrevistados e analisar a forma como isso impacta nos seus processos de constituição de sujeito.

Na seção 3.3, tencionamos nos aproximar dos entendimentos de língua propostos por nossos entrevistados para, a partir deles, buscar compreender como esses falantes se situam no espaço entre-línguas. Essa seção funciona como uma tentativa de

síntese, uma vez que, em nosso entendimento, a relação com essa língua dita materna vai modular as relações com as línguas outras.

O desenho de texto proposto constitui um recorte para desenvolver os objetivos elencados para responder à questão de pesquisa que norteia nossa investigação. Não há possibilidade ou pretensão de esgotar o tema do entre-línguas, tampouco o da imigração. Trabalhamos a partir de uma perspectiva – constituída a partir de um olhar sobre essa temática, uma base teórica e uma escolha metodológica. Assim, as análises são tecidas a partir desse recorte teórico-metodológico, e os resultados estão também atrelados a esse viés, constituindo-se como uma possibilidade de interpretação do objeto de pesquisa em questão. Isso posto, passamos ao Capítulo 1.

CAPÍTULO 1 – LÍNGUA DA MÃE

No presente capítulo nos dedicamos a investigar e a discutir o conceito de língua materna, em nosso entendimento, basilar para o desenvolvimento das reflexões teóricas sobre o entre-línguas. Discutindo a constituição do Sujeito a partir de sua inserção no simbólico pelo Outro, intentamos nos aproximar de uma resolução, ainda que parcial, para nosso problema de pesquisa. Em função de sua maior densidade teórica no que tange à psicanálise, bem como pela temática da língua materna atravessar a construção de toda a pesquisa – pois como elencado o entre-línguas a pressupõe – este capítulo impacta nas construções posteriores.

Para melhor compreendermos a noção de língua materna, buscando proporcionar a ela, ao menos neste texto, sentidos menos instáveis. Dividido em três partes fundamentais, iniciamos o capítulo pensando a língua materna de uma perspectiva mais tradicional, alinhada aos entendimentos da sociolinguística e de dicionários: a primeira por falar de uma representação de língua mais abrangente e afetada pelos falantes; os segundos por apresentarem uma forma de registro histórico e apontar usos sociais relativamente estabilizados com relação ao emprego dos significantes.

Em um segundo momento, passamos a discutir a temática na perspectiva de autores que, em um entrelaçamento entre linguística e psicanálise, vão promover discussões acerca dessa *expressão significativa*. Autores que escrevem sobre a língua materna e seus efeitos, demarcando essa expressão como uma possibilidade outra de dizer e aberta a construções de sentidos menos corriqueiras. Cabe frisar que nesta seção – mas claramente não apenas – se encontram os inquietantes textos que, desassossegando-nos, demandam a construção do presente capítulo.

Por fim, recorreremos a Lacan – e alguns comentadores –, pensando a constituição do sujeito, que é sempre um sujeito atravessado pela linguagem, para a partir desse autor discutirmos a inserção do sujeito no simbólico, que se dá através dessa – e a partir dessa – língua materna.

Este capítulo segue, portanto, uma linha de desconstrução, partindo de sentidos mais estabilizados ou que circulam de modo mais corriqueiro sobre a noção que buscamos compreender, passando por discussões acerca de seus efeitos e, por fim, discutindo acerca da inserção do sujeito no simbólico.

1.1 A LÍNGUA QUE NÃO É MINHA

O pesquisador que se dedica ao estudo das línguas – seja em uma perspectiva que busque compreender seus processos de ensino e de aprendizagem, seja mesmo como fazemos nesta dissertação, compreender como, a partir delas, o sujeito se faz, e como, a partir delas, se dizendo, se constitui – está familiarizado com uma cisão *fantasmática* entre “duas línguas”. Se, adiante, presentificamos também essa cisão, é por fins puramente teóricos e para dar conta de abarcar nosso *corpus*. Outrossim, cabe (re)marcar que essa cisão é fantasiosa, como nos aponta Derrida (1996), quando discute o monolinguismo do Outro.

Entre essas línguas opera (ou acredita-se operar) uma divisão: a minha língua e a do outro³, embora, como veremos adiante, confundindo-se na língua dos falantes elas se misturam, uma vez que a divisão não se faz estanque. Essa língua do Outro, língua estrangeira – em nosso caso – é o que buscamos compreender nesta dissertação e da qual, portanto, falaremos adiante.

A outra, de definição um pouco mais imprecisa, é o tema do presente capítulo. Aquela língua que nomeia a criança, língua que ela não aprende, mas na qual é inserida em um processo tão natural quanto o caminhar, e que, por isso lhe deixa marcas como nenhuma outra (MILNER, 2016). Carregada de segundas intenções (LEITE; SOUZA JR., 2021, p. 41), traindo o falante no seu dizer e desestabilizando o sujeito do enunciado, não é por ser materna que a língua me pertence. Ainda que seja materna, ela é língua do Outro, da mãe como Outro da criança e do Outro dessa mãe. A língua, mesmo essa, vem sempre de outro lugar.

Na perspectiva de diversos campos do saber, dentre os quais a Análise de Discurso Francesa, o pós-estruturalismo e a psicanálise, bem como no senso comum, é usual reportar-se a essa língua como língua materna, designação que pode ser observada em Derrida (1996), Milner (2016) e Revuz (2001). De nossa perspectiva teórica e de nossa posição como pesquisadores, ao lançar mão dessa expressão, temos por trás toda a teoria edípica, da castração e da triangulação.

Na medida em que se construía nosso projeto, no desenvolvimento de leituras que serviram para a sua estruturação, bem como de leituras precedentes, mas que o constituem de igual modo, deparamo-nos com uma série de textos que tratam da

³ As diferenças entre “outro” e “Outro” serão abordadas adiante.

temática da língua materna. Sua definição, entretanto, não se mostra nesses textos de forma muito precisa. Para Revuz (2001), a língua dita materna é a língua que vem da mãe, mas não necessariamente. Essa sentença soa como um hiato; algo falta. Se, necessariamente, não vem da mãe, quais são as outras possibilidades? De que mãe fala Revuz⁴?

Essas incertezas, que apareceram na revisão do projeto inicial como comentários de borda de página, motivam a construção deste capítulo. Ainda que a metodologia aqui adotada seja a de um movimento pendular (PETRI, 2013), sendo o texto desenvolvido então após a realização das entrevistas, em uma articulação entre teoria e *corpus* de análise, não cabendo, portanto, capítulos estritamente teóricos, entendemos que da posição em que falamos de língua uma maior segurança com relação a esse conceito se faz necessária. Ainda cabe frisar que, ao falar *de* e *sobre* a língua, já estamos de certa forma trabalhando com nosso *corpus*, talvez não a partir da fala dos entrevistados, mas a partir de sua base, daquilo que torna essa pesquisa possível, já estamos falando *na* língua.

Revuz (2001) compreende que a criança recebe a língua da mãe em uma relação especular em que é feita sujeito – \$ (LACAN, 1957-1958 [1999]) – desde antes de seu nascimento. A autora ainda aponta que a relação com essa língua materna se dá de uma forma muito específica. O sujeito tem com a língua materna uma proximidade que lhe é muitas vezes incômoda por remeter à sua relação com a mãe.

Essa singularidade na relação com a língua materna e seus usos também é atestada por Milner em “*O amor da Língua*”, de 2016. A respeito das classificações ou das separações entre as línguas, o autor salienta que a língua “[...] que chamam habitualmente de materna, pode ser sempre considerada por um lado que a impede de ser contada junto a outras, de ser acrescentada a elas, de ser comparada com elas” (MILNER, 2016, p. 15). Para o autor, o que impede a aproximação ou um alinhamento entre a língua materna e as línguas outras é a presença de *lalíngua*, significante lacaniano que surge por um lapso, um equívoco, e se consagra como conceito para se pensar o não abarcamento da linguagem pela gramática. Para Milner (2016):

⁴ Não propomos uma resposta para essas perguntas, ao menos não *a priori*. Elas nos importam, pois nos inquietam e nos mobilizam na busca de sentidos outros. Na necessidade de nos centrarmos mais no tema e não tomarmos pressupostos como respostas totalizantes.

Lalíngua é, pois, uma língua entre outras; ao mesmo tempo em que, uma vez formulada, ela impede, por incomensurabilidade, que se construa uma classe de línguas que chegue a incluí-la. Sua figuração mais direta é precisamente a língua materna, que não carece de muita observação para admitirmos a necessidade de uma torção bastante forte, para todos os efeitos, caso o intuito seja acomodá-la no lote comum. Mas ela é, tão logo, qualquer língua – na medida em que todas são, em algum aspecto, uma entre outras; e que são, para algum ser falante, língua materna (MILNER, 2016, p. 21, *grifos no original*).

O que distingue, se é que podemos fazer uma distinção, a língua materna das línguas outras? O que justifica a necessidade dessa *torção*, significante que remete a uma fita de moébius⁵, em que dentro e fora se confundem de modo que uma separação não é clara, mas que remete também a uma lesão, a uma marca nesse corpo simbólico? Entendemos que isso se dê por uma aproximação gozosa com a mãe, uma aproximação que é prazerosa ao sujeito, mas que também lhe é angustiante. Nesses termos, o que é chamado de língua materna e vem sendo chamado por nós de língua dita materna é de outra ordem, porque afeta o sujeito de um modo singular e distinto do modo como o faz um código linguístico outro, um que apenas conhece (MELMAN, 1992).

Assim entendida, língua materna se distingue de forma marcada de significações outras, de outros campos do saber. Significações que, entretanto, servem de base para entendimentos e construções teóricas outras, mesmo no campo discursivo. Na próxima seção, começamos a esboçar alguns entendimentos sobre a língua materna, em uma tentativa, ainda que vã, de entendimento e domínio de nosso objeto.

1.2 CONCEPÇÕES GERAIS DE LÍNGUA MATERNA

Uma vez que buscamos compreender as significações que se estabelecem a partir da expressão significante *língua materna*, entendemos pertinente começar a estudar esse conceito a partir de uma perspectiva um pouco mais aberta. Entendemos que, quando Jacques Derrida, Jean Claude Milner ou Charles Melman lançam mão desse significante, eles não estão se utilizando de um conceito a-histórico. Eles propõem uma nova interpretação e novos significados, seguramente, mas entendemos que os sentidos previamente construídos produzam aí efeitos. Assim, essa perspectiva mais ampla nos ajuda a nos situar de forma mais eficaz com relação aos entendimentos propostos por autores com os quais trabalhamos.

⁵ As discussões sobre a fita de moébius serão retomadas no Capítulo 3.

Para pensarmos a noção (DECROSSE, 1989; ALTENHOFEN, 2002) de língua materna em uma perspectiva linguística mais geral, ainda que seja apenas um recorte, amparamo-nos em autores da sociolinguística, bem como outros que surjam nos deslizes de nossa escrita. A escolha por essa abordagem teórica como uma perspectiva outra para as construções que desenvolveremos adiante se dá por distintos fatores. Se dá em razão da afinidade dos autores com essa abordagem teórica. Afinidade que se intensifica com a realização, por parte de um dos autores, do CCR de Bilinguismo e Línguas de Contato, na linha de pesquisa “Diversidade e mudança linguística”, do PPGEL da UFFS. Cabe frisar ainda que, trabalhando com a concepção de um sujeito que é descentrado, as discussões e preocupações relativas aos atravessamentos sociais não nos são estranhas, havendo, portanto, um alinhamento entre as bases teóricas. Ainda, por ser a perspectiva mais social que a linguística apresenta, a sociolinguística se apresenta como um contraponto importante para as teorias discursivas, uma vez que ambas estão no âmbito do social, cada uma voltada ao social de sua maneira. Outrossim, a sociolinguística também nos permite estudar a relação do sujeito com a sociedade, e nos dá pistas sobre como esse sujeito vai mobilizando a língua no social, fazendo um jogo entre a língua que é alimentada pelo social e o sujeito social que se vale dessa língua.

Decrosse (1989) apresenta a língua materna em uma perspectiva histórica, relacionada aos diferentes entendimentos de língua materna que houve ao longo do tempo. Esses entendimentos se constroem levando em conta o uso coletivo da língua, geralmente atrelada, como ainda ocorre, a questões políticas e de dominação linguística e territorial. Discutindo o francês, por exemplo, a autora pontua que “[...] o saxão ocidental, o anglo (nortumbriano e merciano) e o quentiano foram redefinidos em suas práticas e representações quando a língua francesa *torna-se*, após a conquista da normanda, a língua oficial e materna” (DECROSSE, 1989, p. 20, grifo nosso). Ainda que a autora fale sobre outra época, cabe refletirmos acerca do entendimento de língua materna que ela apresenta. O fato de colocar em perspectiva a capacidade de o sujeito ter uma mudança de sua língua materna é aventado também por Altenhofen (2002), o que discutiremos adiante, pois neste momento nos interessa a equivalência proposta entre língua oficial e língua materna.

Para Decrosse (1989), língua materna é – ou foi – um mito necessário para a constituição de fronteiras, entrelaçando-se com uma ideia de unicidade que favoreceria a constituição de territórios nacionais. Entendemos importante marcar que a autora

aponta o surgimento do termo língua materna como tendo ocorrido apenas no século XIV. Entretanto, refere-se aos movimentos e tentativas de unicidade linguística, de uma emancipação gramatical e de criação de um alfabeto específico, como tentativas de estabelecimento de uma língua materna, movimentos esses que se dão ainda entre os séculos I e V. Assim, ela pontua que:

A investigação e a construção de alfabetos foi, assim, um traço importante no desenvolvimento da episteme de uma língua materna. Eles foram concebidos, na maioria das vezes, como um atributo nacional que permite a cada população se identificar como unida e autônoma (DECROSSE, 1989, p. 22).

Esses entendimentos são interessantes desde uma perspectiva histórica para se pensar a forma como as línguas se constituem⁶. Contudo, o entendimento de língua materna que propõe a autora se mostra, como pudemos observar na citação, extremamente ligado às concepções mais amplas de língua materna, entrelaçando-se por vezes com a definição de uma língua nacional. Nesse sentido, o significante *materna* seria mais relativo a uma pátria mãe, à língua oficial de um país, e a inserção no idioma seria mais determinada do que socialmente constituída. Entendemos que essa concepção não nos sirva para pensar a língua materna do modo como trabalhamos no presente texto, uma vez que desconsidera a subjetividade do sujeito de forma abrasadora.

Interessante é pontuar, ainda assim, que *pátria* está com significativa frequência associada à “mãe” – na Rússia, por exemplo, há uma estátua de 85 metros de altura com esse nome: “Mãe Pátria”, assinada por Evguêni Vutchetitch – essa associação por vezes não é problematizada e é, pelo contrário, tomada como um efeito de evidência. Essa construção aparece em Calligaris (2000), quando o autor aponta que, ao buscar uma nova terra, o colonizador buscaria ali um espaço para exercer e demonstrar a potência paterna – do país de origem como “pai” metafórico. Outrossim, isso precisa ser feito longe do pai, “Pois talvez o pai interdite só o corpo da mãe pátria, e aqui, longe dele, a sua potência herdada e exportada abra-me o acesso a um corpo que ele não proibiu” (CALLIGARIS, 2000, p. 17).

⁶ A construção teórica proposta pela autora remete, invariavelmente, ao mito de Babel (DERRIDA, 2006) e à constituição de uma Cidade Santa a partir de uma mesma língua universal. Após YHWH (impronunciável nome de Javé) confundir e dispersar os lábios dos homens pelo mundo desconstruindo essa torre linguística, faz-se necessário, diante dessa confusão, construir novos alfabetos. Tentativa de retorno à língua do pai?

Em nossa leitura, nessa perspectiva, a *mãe pátria* pressupõe um pai. Em verdade ele é mais do que suposto. Marca-se no significante, ainda que de forma velada. Pátria, do latim *patria*, tem por trás de sua etimologia a palavra *peter*, a mesma base de significantes outros, tais como *pai*. Esse enlace entre Pai e Mãe nos é importante e será retomado adiante para discutir a língua materna.

Em uma perspectiva distinta, Altenhofem (2002), em um texto no qual explora as implicações do conceito de língua materna para o estudo do bilinguismo, questionando a legitimidade da noção de língua materna – que trata como uma noção, por entender mais fluida –, propõe discussões que, se mais abertas, pois mais plurais, centram-se no sujeito que enuncia na língua. Logo no início do texto traz algumas informações relativas a censos que, ainda que não muito, são mais recentes do que os períodos aos quais Decrosse se reporta para pensar a língua materna.

Trazendo algumas definições de dicionário, o autor salienta que o verbete língua materna apresentava uma significação que alinhava língua materna e língua oficial do país, uma língua nacional. O autor está se reportando a edições relativamente antigas, entre os anos 70 e 1999, que já apresentam uma definição mais atualizada, referindo-se à língua materna como nativa e primária. Citando o Houssais de 2001, o autor mostra que o dicionário propõe língua materna como aquela aprendida por uma pessoa na infância, geralmente a de sua mãe, uma língua nativa. Essa nova definição já elimina a problemática de um alinhamento, em nosso entendimento indevido, entre língua nacional e língua materna, mas abre discussões outras, instigando posicionamentos contrários à utilização dessa expressão.

Para Altenhofen, uma das críticas mais comuns relativas ao uso da expressão língua materna advém do fato de que a criança não é necessariamente inserida na língua pela mãe. Segundo esse autor, não devemos cair na ilusão de crer que a língua que a criança fala é única e equivalente à língua que aprendeu com a mãe, pois a criança ainda vai receber *inputs* de outras pessoas próximas, adultos e crianças. Altenhofen assinala que, em virtude de nem sempre ser a mãe a responsável por transmitir a língua para a criança, alguns autores sugerem que a expressão língua materna seja substituída por *primeira língua*, designação, nessa perspectiva, mais apropriada.

Nesse sentido, ele pontua (citando Romaine, 1994) que em algumas comunidades no Brasil e na Colômbia a criança é inserida na língua pelo pai. Assim, propomos também que se reflita acerca de casais homossexuais do sexo masculino, pais solo e crianças que, desde muito pequenas, são criadas por familiares outros que não os

pais. Isso invalidaria a concepção de língua materna com tudo que ela traz? Pensamos que não. Da posição em que nos situamos e construímos este texto, entendemos que, ao falar de *materna*, falamos de uma função e de uma posição. Temática que vai ser explorada na seção 1.4. Seguindo na mesma linha, Altenhofen ainda discute as situações em que a criança, filha de pais que falam idiomas diferentes, é inserida por cada um em um idioma distinto.

Sobre esse tema, reportamo-nos a Coracini (2007) para pensarmos um exemplo muito prolífico. Ainda que ela fale de uma outra posição dentro do campo da linguística e não da sociolinguística, a citamos para pensar uma situação específica sobre a qual refletimos no desenvolvimento desta seção.

“Língua materna” indica também a primeira língua adquirida, mas há casos – e são inúmeros – em que a criança aprende duas línguas ao mesmo tempo (situações de bilinguismo). Conheço uma família, cujo pai é francês e a mãe, brasileira, filha de pais alemães, que decidiu iniciar o filho, desde o nascimento, nas duas línguas: com a mãe, a criança deveria se comunicar em alemão, com o pai, em francês. Qual seria, então, a língua materna da criança? O francês, já que ela vivia na França, ou o alemão, que era, afinal de contas, a língua que lhe permitia se relacionar com a mãe? E a língua portuguesa, já que a mãe era brasileira? E, para a mãe, qual seria a língua materna: o português já que nascera no Brasil e havia aqui completado seus estudos, ou o alemão, língua que herdara dos pais ou, melhor dizendo, da mãe? (CORACINI, 2007, p. 145, aspas no original).

Essa citação sem um caráter propriamente teórico, muito nos interessa por possibilitar uma reflexão sobre a temática da língua materna. Aqui já temos ciência de que, ao pensarmos sobre língua materna, temos implícito em sua definição um caráter subjetivante, a partir do qual o sujeito se diz. Para a criança à qual a autora se refere, isso se dá a partir de qual das línguas? Francês ou alemão? Se a língua materna é a língua da mãe, a língua na qual ela foi inserida e a partir da qual ela se diz, qual é a língua dessa mãe, o português ou o alemão?

Embora esse ponto específico não seja elucidado no exemplo, vale a pena refletir sobre ele, como um norte. Qual a língua materna dessa criança, uma vez que ela é inserida simultaneamente em duas? A língua materna, enquanto conceito, está atrelada a um sistema simbólico específico? Essas são questões para as quais não temos uma resposta *a priori*. Mais do que perguntas propriamente, são reflexões sobre o caso apresentado pela citada autora. Reflexões essas que nos convocaram ainda anteriormente à construção deste texto – pois dizem da relação do sujeito com suas línguas – e motivam a sua construção. Com o andamento da pesquisa, foi possível

construir base teórica para compreendermos esses processos de apropriação/inserção na língua do outro e poder refletir de forma mais objetiva sobre essas questões que surgiram no desenrolar da escrita.

Altenhofen (2002) discute a língua materna em uma perspectiva do bilinguismo e do plurilinguismo. Assim, língua materna e língua estrangeira se situariam lado a lado como possibilidades linguísticas ao falante. Para ele, bilinguismo é um conceito não absoluto, mas sim gradativo. Nessa perspectiva, o mesmo se daria com a língua materna, e o autor questiona, mais uma vez, se é adequado efetivamente se pensar em língua materna, se haveria apenas uma língua e uma língua “pura” a partir da qual o falante se enuncia.

O autor salienta que, na perspectiva da linguística tradicional, língua materna designe, de forma genérica, a primeira língua aprendida no lar. Finalizando seu texto, o autor considera que, como solução necessária para o desenvolvimento de seu estudo, língua materna foi entendida como um conceito dinâmico, podendo se referir à primeira língua aprendida pelo falante – tendo possibilidade de inserção simultânea em duas línguas distintas –, uma língua que compartilha usos e funções específicas, mas que geralmente se apresenta como língua dominante. Por ser fortemente identificada com a língua dos pais, a língua materna teria um caráter afetivo próprio.

Nas perspectivas apontadas até então, seja de teóricos que trabalham com a noção de língua materna a partir das teorias da sociolinguística, seja de definições tais como as apresentadas nos dicionários, podemos encontrar algumas regularidades acerca do significante *materna*. Entendemos que ela se mantém como uma noção aberta, por tentar abarcar a pluralidade de sentidos e de reflexões possíveis de se exercer a partir da inserção do sujeito nessa primeira língua. Assim, constroem-se significações mais políticas – relativas aos usos formais dessa língua dentro de um território – e mais sociais – a partir da relação desse sujeito falante com os pares e a aprendizagem dessa primeira língua –, dentre outras significações possíveis, mas sobre as quais não nos deteremos. Entendemos que o “*materno*” encontra-se nesse caso deslocado.

Essas construções teóricas muito nos interessam para pensar a dimensão política e o valor social que essa significação mantém; por outro lado, parecem – com exceção de Athenhofen (2002) – não levar em conta o caráter afetivo da língua, a forma como ela enlaça e faz laço, indo para além de uma simples designação. A utilização do significante *materno* em língua materna parece querer dizer mais. Assim, uma definição que se confunda com *língua nacional* ou *primeira língua* deixa algo de fora. Algo dessa

relação com a mãe – ou com quem desempenha o seu papel, para a criança. Desse modo, maiores reflexões se fazem necessárias.

1.3 UMA LÍNGUA QUE ME É SEMPRE OUTRA

Quando nos afastamos de concepções mais tradicionais ou antes estabilizadas de língua materna, debruçamo-nos sobre textos que, entrelaçados com os conhecimentos da psicanálise, discutem esse conceito de uma forma mais subjetiva ao considerar as singularidades dos sujeitos. Nesses textos, língua materna é definida e discutida mais em relação a seus efeitos do que em relação à sua constituição. Isso não é em absoluto um problema e não invalida essas construções teóricas que muito nos servem para pensar a língua materna.

Derrida, em seu texto “*Le monolinguisme de l’Autre*”, de 1996, central para as reflexões sobre o entre-línguas, pensa a língua materna em torno de um monolinguismo. Um monolinguismo que, entretanto, é plural, é marcado sempre por um porvir. Soa como a promessa de uma língua una que há de vir de outro lugar (DERRIDA, 2006). Ideal monolíngue como um pilar que sustenta Babel, é ideal, mas também é lei. Lei que vem de outro lugar e tende a reduzir as línguas a uma, a uma homogenia e hegemonia linguística. Língua una, de YHWH – como o pai – como Outro que castrando o sujeito o insere no simbólico. Ideal, ainda assim.

*Chaque fois que j'ouvre la bouche, chaque fois que je parle ou écris, je promets. Que je le veuille ou non: la fatale précipitation de la promesse, il faut ici la dissocier des valeurs de volonté, d'intention ou de vouloir-dire qui lui sont raisonnablement attachées. Le performatif de cette promesse n'est pas un speech act parmi d'autres. Il est implique par tout autre performatif; et cette promesse annonce l'unicité d'une langue à venir [...] Elle est la monolgue de l'autre. Le de ne signifie pas tant la propriété que la provenance: la langue est à l'autre, venue de l'autre, la venue de l'autre.*⁷
(DERRIDA, 1996. p. 126).

Almejado, o monolinguismo buscado pelo sujeito nunca é mais do que promessa. Promessa de um outro Uno e não cindido? De uma mãe-Outro – na medida

⁷ “Cada vez que eu abro a boca, cada vez que falo ou escrevo, eu *prometo*. Que eu o queira ou não: a fatal precipitação da promessa deve-se dissociar dos valores da vontade, da intenção, ou do querer-dizer que lhes são razoavelmente amarradas. O performativo dessa promessa não é um *speech act* entre outros. Ele está implicado por toda outra performatividade; e essa promessa anuncia a unicidade de uma língua por vir [...]. Ela é a monolíngua do outro. O de não significa tanto a propriedade, mas sim a origem: a língua é para o outro, vinda do outro, a vinda do outro” (DERRIDA, 1996. p. 126, tradução nossa).

em que entendemos a mãe como protótipo do Outro da criança (FINK, 1998) – não castrada e não faltosa? Para discutir esse suposto monolinguismo, Derrida (1996) suspende (como faremos em alguns momentos) algumas convenções tradicionalmente instituídas na linguística – como a não coincidência entre língua e idioma, separação que reconhece como válida, mas sem relevância para sua exposição – e propõe alguns paradoxos a partir dos quais organiza e dá sequência a sua exposição: “*On ne parle jamais qu’une seule langue*”⁸ (DERRIDA, 1996, p. 21), mas também, ou ainda: “*On ne parle jamais une seule langue*”⁹ (DERRIDA, 1996, p. 21). Essas sentenças, que em sua construção se confundem, mas que em sua significação diferem de forma marcada, podem ser apontadas como um bom ponto de partida para se pensar as (des)construções teóricas que o autor propõe no decorrer do texto.

Fazendo uma análise sobre a língua, mas uma língua que não é destituída de afeto, uma língua que lhe é lugar de paixão e de sofrimento, Derrida parte da ambiguidade dessas sentenças para pensar a relação do sujeito com suas línguas, sua língua materna e sua(s) língua(s) outra(s) (não necessariamente estrangeira). Derrida, em nossa leitura, não propõe uma divisão extremamente marcada entre língua materna e essa língua outra. Parece-nos que se propõe uma divisão entre ambas, esta é uma divisão teórica para uma melhor compreensão ou exposição mais hermética, mas relativamente ao seu funcionamento, relativamente ao sujeito, elas se tocam e se misturam. Não em um sentido de serem coincidentes ou de ter um mesmo funcionamento, mas sim de se afetarem mutuamente.

Ponderando sobre os efeitos de seu monolinguismo – e, portanto, de sua relação com sua língua materna, ou antes, a partir de sua relação com sua língua materna –, o autor assinala que:

*Il me constitue, il me dicte jusqu’à l’ipséité de tout, il me prescrit, aussi, une solitude monacale, comme si des vœux m’avaient lié avant même que j’apprenne à parler. Ce solipsisme intarissable, c’est moi avant moi. À demeure [...] Or jamais cette langue, la seule que je sois ainsi voué à parler, tant que parler me sera possible, à la vie à la mort, cette seule langue, vois-tu, jamais ce ne sera la mienne. Jamais elle ne le fut em vérité*¹⁰ (DERRIDA, 1996, p. 14).

⁸ “Jamais falamos senão uma só língua” (DERRIDA, 1996, p. 21, tradução nossa).

⁹ “Não falamos nunca uma única língua” (DERRIDA, 1996, p. 21, tradução nossa).

¹⁰ Ele me constitui, ele me dita a ipseidade de tudo, ele me prescreve, também, uma solidão monacal, como se os votos tivessem me ligado a ele antes mesmo de eu aprender a falar. Esse solipsismo inesgotável sou eu antes de mim. Para sempre [...]. Ora jamais essa língua, a única que estou ainda

Assim, Derrida marca que essa língua, aquela única na qual ele se enuncia, não pertence a ele, pois o precede e o constitui. Sendo materna é do Outro, da mãe como protótipo do Outro. Esse monolinguismo lhe constitui e aqui nos referimos a ele como essa forma de relação singular que o sujeito mantém com isso que se chama língua materna, que, em última instância, vem de outro lugar. Para ele, ainda que o sujeito tenha apenas uma língua – a única que fala e que ouve falar –, essa lhe é uma língua inassimilável, uma língua que em última instância é a língua do outro. O autor aponta que essa língua, como lugar de paixão e de prece, é por isso mesmo a origem de seu sofrimento. Parece-nos, embora o autor não clarifique, que esse sofrimento diga algo da inserção do sujeito no simbólico, e, portanto, de um assujeitamento ao Outro, de ser posto diante do Outro.

A língua que é minha, mas que vem do outro e ao outro retorna, de novo e novamente, tem, no entendimento do autor, um peso de lei, vem de outro lugar, mas é a língua da lei, e é também destinada a traduzir certas memórias. Assim, entendemos que ela se distingue – embora não se afaste – dessa língua outra na forma de afetar o sujeito.

Essa língua outra afeta também o sujeito, e se dissemos que ela o afeta de forma distinta da língua materna, não quer dizer que se separem aí. Pelo contrário, a forma pela qual essa língua estrangeira o afeta tem relação direta com a sua língua materna. O autor propõe esse *autre* (Outro e outra [língua]), como próximo, o mais próximo: *Unheimlich* (DERRIDA, 1996, p. 66).

Compreendemos que *unheimlich*, conceito proposto por Freud (1919 [2019]), seja aberto, multidisciplinar e demande conexões e pontes. Ampliações. Se entendermos com Derrida que a tradução é uma tarefa impossível, mas necessária (DERRIDA, 2006), precisamos reconhecer que Freud teve de lidar com problemas de tradução logo no início da construção do texto em que aborda esse conceito, *Das Unheimliche*, de 1919.

Resgatando a etimologia do significante em oito línguas diferentes, o autor constrói um conceito que vai declinando de modo a quase tocar seu oposto. Pensando sobre o familiar, o conhecido, aos poucos vai se aproximando de seu oposto – o desconhecido, o estranho, o insabido. Um conceito muito potente para pensar o

fadado a falar, enquanto falar me for possível, na vida, na morte, essa única língua, você vê, jamais será a minha. Jamais ela o foi, em verdade (DERRIDA, 1996, p. 14, tradução nossa).

recalcado, aquilo que vem à tona e nos desconcerta, pois está na ordem do que não podemos classificar como já conhecido, mas também não podemos colocar no campo do desconhecido – assim como as línguas que se confundem no dizer do falante – uma vez que um dia aquilo foi conhecido de fato, estando apenas banido da consciência.

Tavares (2019) propõe a tradução de *unheimliche* como *infamiliar* e não *estranho* (FREUD, 1919 [1996]) ou outras traduções possíveis, pensando não exatamente em uma “tradução correta” ou literal – uma vez que, como compreendemos, por sempre visar a um sentido (MELMAN, 1992) ela é impossível (DERRIDA, 2006) –, pois é um conceito que mesmo em alemão se mostra cindido. É um desses significantes que surgem. Encontrar uma correspondência para um significante em uma tradução – de um conceito – implica um movimento de compreender como uma palavra é usada na cultura, nas relações culturais de determinada língua, e como elas se atualizam.

Para o tradutor – e também para nós, daí a escolha pela edição consultada –, quando encontramos alguém e essa pessoa nos diz “você me parece familiar”, há uma dubiedade, uma ambiguidade. Nas sentenças dessa ordem, já é dito que, por outro lado, “você me parece infamiliar”, desconhecido. Esse outro interlocutor apenas *parece* familiar, ao menos em um primeiro momento. Há também nesse caso uma incerteza e uma estranheza. É então uma expressão que de certa forma traduz essa declinação do termo que está nessa zona indiferenciada entre nem um, nem outro. Seria o nem/nem, tão discutido por Derrida para pensar o intraduzível.

Podemos pensar o infamiliar como um conceito ético, estético e político. As dimensões estéticas já estão ilustradas no texto de Freud – o duplo, o outro que reflete a minha imagem, mas ao mesmo tempo não *é eu*, o *automaton*, o animado, o inanimado. É um conceito que permite explorar aquilo que não está fechado, não tem uma propriedade específica, mas sim transita por propriedades e por isso mesmo nos mobiliza – afetivamente, intelectualmente, permitindo que reflitamos sobre aquilo que nos incomoda no outro, no estrangeiro, naquele que não corresponde à nossa projeção narcísica.

Nesses termos, apresenta-se a sua dimensão política. Por que características de determinados grupos mobilizam paixões? Amor, ódio, intolerância. Disso não quer *se saber*. Põe-se na prisão, no campo de refugiados, deporta-se. Uma vez que esse outro mobiliza o sujeito, desperta o retorno do recalcado, fazendo com que ele tenha, de alguma maneira, de se haver com aquilo que em sua história singular não pôde ser colocado em palavras. Assim, entra a dimensão ética, uma vez que a ética do desejo é a

ética do bem dizer do recalcado. O infamiliar como um conceito que rompe, não permite que o sujeito fique indiferente ao recalcado, é preciso que algo se diga, caso contrário ele retorna, persiste. O infamiliar bate à porta e não se satisfaz com a ausência de uma colocação, de uma pergunta, de uma possível resposta – e, tal como o homem de areia do texto de Jentsch analisado por Freud, retorna.

Mobiliza-nos pensar sobre as possibilidades de convivência e coabitação com aquele que é diferente, mas não totalmente. Uma diferença que já está em nosso âmago, e que coloca em imagem nossa cisão. Na dimensão da língua, o infamiliar nos mostra que, como propõe Derrida (1996), esse outro pode ser muito próximo, afetando-nos de um modo muito singular – assim como sua língua, que traz marcas da relação com a língua materna, que também não é nossa, não totalmente. Para Leite e Souza Jr. (2021), em um primeiro momento todo idioma é estranho e estrangeiro ao seu falante “[...] ao passo que um dia poderá ser confundido com o que nele há de mais próprio e familiar” (LEITE; SOUZA JR., 2021, p. 40). Uma língua que é *unheimlich*.

As considerações de Derrida são fundamentais para se desconstruir algumas instituições engessadas sobre a língua, ou antes, instituições engessadas sobre a *relação* entre as línguas. Sua teorização sobre a relação entre língua materna e a língua do outro (com minúscula) atravessam fatores linguísticos propriamente, mas também sociais e políticos. Levanta também discussões sobre a inserção no simbólico a partir dessas línguas. Derrida, além da citação breve sobre o *unheimlich* freudiano, não entra na seara da psicanálise de forma explícita. Antes, flerta com conteúdos trabalhados pela psicanálise, mas o faz de uma forma mais “leve” e mais fluida. Dá indícios de que fala do Outro sem marcá-lo.

Uma discussão construída mais ou menos no mesmo sentido, pensando a língua materna, mas em relação com a língua estrangeira, é proposta também por Revuz (2001). Construindo sólidos entrelaçamentos entre a inserção do sujeito em *uma língua* (cujo artigo é indefinido, pois a possibilidade de inserção é plural), e a constituição psíquica do sujeito, o faz assim como Derrida (1996) a partir das relações dessa língua materna com uma língua estrangeira.

Para pensarmos de forma mais marcada, como a autora propõe, a separação entre língua materna e língua estrangeira, recorremos a Khatibi (1985, p. 10):

S'il n'y a pas (comme nous le dison après et avec d'autres) la langue, s'il n'y a pas de monolinguisme absolu, reste à cerner ce qu'est une langue maternelle dans sa division active, et ce qui se greffe entre cette langue et

*celle dite étrangère. Qui s'y greffe et s'y perd, ne revenant ni à l'une ni à l'autre: l'incommunicable [...]. De la bi-langue, dans ses effets de parole et d'écriture...*¹¹

Khatibi, filósofo e sociólogo marroquino, provoca-nos a refletir sobre essa divisão entre língua materna e língua estrangeira, ou melhor, entre língua materna e aquela *dita* estrangeira. Nesse ato, parece-nos, marca-se sim uma divisão, mas uma divisão subjetiva e subjetivante. Ele não fala desde uma perspectiva da linguística ou da análise de discurso, mas ele nos provoca a refletir sobre essa divisão (ativa) e sobre o que se marca entre essas duas possibilidades linguísticas: o incommunicável. Esse incommunicável podemos pensar como algo recalcado? Ou não simbolizável? Ou ambos?

Podemos começar a responder essas questões com Revuz (2001). A autora vai pensar sobre nossa relação com a língua materna para então pensar como essa relação produz efeitos na aprendizagem de um outro idioma. Para ela, o contato com essa língua estrangeira faz vir à tona algo “[...] do laço muito específico que mantemos com *nossa* língua” (REVUZ, 2001, p. 215, grifo no original). Assim, ela propõe uma separação entre essas línguas, uma separação que, contudo, não é estanque, pois elas se afetam mutuamente no processo de se aprender uma nova língua. De acordo com a autora, aprender um novo idioma requer uma certa forma de regressão, que pode ser prazerosa ou dolorida, mas nunca anódina. Em seu entendimento:

[...] o exercício requerido pela aprendizagem de uma língua estrangeira se revela tão delicado porque ao solicitar, a um tempo, nossa relação com o saber, nossa relação com o corpo e nossa relação com nós mesmos enquanto sujeito-que-se-autoriza-a-falar-em-primeira-pessoa, solicitam-se as bases mesmas de nossa estruturação psíquica, e com elas aquilo que é, a um mesmo tempo, o instrumento e a matéria dessa estruturação: a linguagem, a língua chamada materna. Toda tentativa para aprender uma outra língua vem perturbar, questionar, modificar aquilo que está inscrito em nós com as palavras dessa primeira língua (REVUZ, 2001, p. 217).

Assim, mais uma vez seus efeitos se marcam, presentificando-se a língua materna mesmo quando não é dita. Provocando-nos a pensar se essa separação entre *essa* e *outra* é de fato possível, ou se tal qual uma fita de moébius, onde não há dentro nem fora, em ambas as línguas, e na relação entre elas, há algo de nosso – que retorna –

¹¹ Se não há (como o dizemos a depois e com outros) a língua, se não há monolinguismo absoluto, resta definir o que é uma língua materna em sua divisão ativa, e o que se enxerta entre essa língua e aquela dita estrangeira. O que se enxerta e se perde, não voltando nem a uma nem à outra: o incommunicável [...]. Da bi-língua em seus efeitos de fala e de escrita... (KHATIBI, 1985, p. 10 *apud* DERRIDA, 1996, p. 22, tradução nossa).

e algo de estrangeiro, que se faz presente. Mais do que isso, mais do que possibilidade de pensar esses enlaces entre língua materna e língua estrangeira, Revuz nos convoca a refletir sobre os efeitos dessa dita língua materna na constituição do psiquismo.

Nessa perspectiva, retomamos o já citado Milner (2016) – que postula que há algo na língua materna que a impede de ser computada e ser incluída junto das línguas outras, pois há algo nela que demanda uma “torção” para ser acomodada junto dessas outras – que agora debate acerca da língua que, materna ou estrangeira, é lugar do desejo do sujeito e afirma que:

É claro que não pode se tratar da língua dos linguistas: uma representação matematizável não teria de modo algum como afetar o ser que a sustenta e, além do mais, a língua como objeto de ciência ampara-se justamente no fato de não ser falada por ninguém cujo ser seja especificável (MILNER, 2016, p. 95).

Essa distinção é apresentada porque Milner propõe um paralelo entre a língua materna, noção da qual buscamos nos aproximar durante a construção deste capítulo, e *lalangue – la langue* –, conceito lacaniano que surge de um ato falho e que vem dizer da relação mesma entre a língua e aquilo que dela lhe escapa.

Embora a construção do significante *lalangue* por Lacan – artigo definido *la* + *langue* – seja por vezes replicada no português a partir de sua “tradução literal”, na medida em que o significante é desmontado e traduzido termo a termo (a + língua – alíngua, portanto), neste texto procedemos de outro modo. No português brasileiro, alguns adjetivos iniciados com o prefixo *a-* apresentam uma ideia de negação ou de ausência, assim como em *assexuado*, *amorfo*, *assintomático* e outros. Levando isso em conta, optamos pela utilização do significante tal como empregado por Souza Jr. na tradução de *O amor da Língua* por nós consultada (MILNER, 2016), bem como por Tfouni, Prottis e Bartijotto (2017). Assim, doravante escreveremos *lalíngua*.

Ainda que difira da forma como Lacan constrói – ou se depara com – esse significante, entendemos que essa é uma tradução mais adequada. Essa marca que pode ser lida como uma negativa não se coaduna ao expresso por *lalangue*, que, ainda que não seja apreensível no todo, diz mais de algo que sobra – ainda que possa ser lida como seu negativo, sua sombra constitutiva (LEITE; SOUZA JR., 2021, p. 50) – do que de algo que falta. Além disso, a utilização do artigo definido francês “*la*” + substantivo em português “língua” cria ou propõe uma situação de entre-línguas que, além de muito nos interessar, entendemos como legítima no que diz respeito a esse conceito lacaniano,

que, como já exposto e veremos com mais detalhes adiante, diz de algo que sobra na língua, de algo que a gramática não dá conta de englobar. Que transcende o código. Lalíngua, portanto.

Lalíngua tem algo a ver com o real, e se algo lhe escapa, pois as gramáticas não dão conta de representá-la, pensamos que, diante dessa aproximação que o autor propõe entre lalíngua e língua materna – embora essa última não seja pré-condição para o aparecimento da primeira, podendo uma língua-outra se fazer materna para o sujeito, ou, podendo o sujeito se enlaçar com uma língua outra, possibilitando que aí o inconsciente escape –, encontremos nessa última também algo que transcende o domínio do simbólico e por isso escapa a representação.

Coracini (2007) aponta o uso do adjetivo *materna* para se referir à primeira língua do sujeito, salientando que essa é uma discussão – acerca de sua significação – que tem inquietado filósofos, estudiosos da linguagem e psicanalistas durante muito tempo. Urbain (1982, p. 07) aponta que a despeito do “laconismo reconfortante” com que os dicionários tratam as significações sobre língua materna, essa noção não é estável. Ecoamos essas inquietações e não entendemos língua materna como algo que possa ser comparado a um idioma ou entendido como sinônimo de língua nacional, na medida em que, como Aquino (2016), compreendemos que essa última é fruto de um processo de gramatização e que, dessa forma, é complicado afirmar que alguém a fale de fato, na medida em que essa afirmação, de uma equivalência entre língua materna e língua nacional, apagaria regionalismos e variações outras. Para Leite e Souza Jr.:

[...] além do idioma em si (código e instrumento comunicativo), na língua que se diz materna adquirem incomparável valor o regionalismo, o vocabulário afetivo-familiar, o jeito particular de dizer e a musical-gestualidade: elementos que, não estando exatamente na chave estrita da comunicação, podem justamente abrir para algo mais. Esse “algo mais” relaciona-se com aquilo que Lacan, amparado na ideia de lalação [...] chamou de *lalíngua* (LEITE, SOUZA JR., 2021, p. 42, grifos no original).

Podemos compreender agora que, ao falar em língua materna, falamos de algo muito mais profundo, que afeta muito mais o sujeito do que faria um simples código linguístico. Sinteticamente, compreendemos a partir do exposto que não podemos prender *língua materna* dentro de uma conceituação generalista que pode se perder em sinônimos que nada dizem da relação bastante singular que o sujeito mantém com essa língua pela qual é atravessado e a partir da qual se enuncia.

Parece-nos que essa designação *língua materna* diz de uma relação do sujeito com sua forma de se dizer, certamente, mas uma relação que não se restringe ao seu idioma ou à sua língua enquanto conjunto de signos linguísticos. Riolfi (1999) aponta que se considerarmos a dependência da estruturação do sujeito em relação à linguagem, o conceito de língua materna implica o entendimento de que a inserção do sujeito no simbólico – e, portanto, na linguagem, em um primeiro momento naquilo que temos chamado de língua materna – se sustenta em um processo que para a autora se dá necessariamente pelas vias de um discurso. Nessa perspectiva, compreendemos que a língua materna abrigue a dimensão de um metalinguístico, tendo relação com uma forma de discursividade.

Por outro lado, ainda que saibamos que a língua materna afeta o sujeito, e ainda que saibamos – de certa forma – como a língua materna afeta o sujeito, resta ainda compreender a razão pela qual isso se dá. O que na língua materna – ou por meio dela – mobiliza o sujeito produzindo os efeitos já apontados.

1.4 O ATRAVESSAMENTO DO SUJEITO PELO SIMBÓLICO

*“[...] língua materna é aquela na qual,
graças ao jogo do significante, se entretém e
se dá a escutar o desejo daquilo que é
impossível”.*

Charles Melman (1992)

Agora que compreendemos que a língua materna afeta o sujeito produzindo subjetividades e o desestabilizando de seu lugar enunciativo por sua aproximação com a língua, parece-nos pertinente pensar como se dá o processo de inserção nessa língua, uma vez que talvez aí encontremos respostas acerca da razão pela qual se dá esse afetar pela língua materna – posto que, como compreendemos a partir dos autores trabalhados na seção anterior, ela não é um simples código denotativo, trazendo marcas de significações outras.

1.4.1 O discurso da psicanálise – o Outro e a letra

A língua materna é via de regra a primeira língua falada pela criança, o que não quer dizer que seja a língua aprendida com a mãe, mas que traz marcas dessa primeira relação fundamental. Dessa forma, nesta subseção, buscamos expor e discutir alguns

elementos-chave acerca da inserção do sujeito no simbólico, uma vez que é por meio dessa primeira língua (verbal ou não) que a criança é inserida na cadeia significante.

Seja como for – quer se trate de línguas orais ou sinalizadas –, o fato é que, se o falante nunca vem com um idioma de fábrica, nem por isso podemos considerar a aquisição linguística exatamente um opcional. Salvo situações-limite em que crianças, privadas do contato humano, não adquiriram língua, só a muito custo se deixa um filhote de gente fora do banho de um primeiro idioma. Ora, fala-se perto da (e até com a) criança antes mesmo do parto, e o feto com vinte e poucas semanas já dispõe de estrutura neurofisiológica auditiva suficiente para certa escuta dos ruídos internos e externos ao corpo gestante (CARDOSO, 2013). Há inclusive quem entenda que, mesmo antes disso, a própria pele acaba funcionando como uma extensão do ouvido em formação, já que as vibrações sonoras seriam apreensíveis primeiramente pelo tato, antes de estabelecida a audição tal como habitualmente a compreendemos (LEITE; SOUZA JR., 2021, p. 40).

A partir do exposto, reiteramos a importância da linguagem para a constituição disso que chamamos sujeito. Ainda antes de poder articular o mínimo som, eventualmente ainda antes de ser gerada, a criança – como sujeito em potencial – já é inscrita no universo simbólico. A letra precede o sujeito e o envolvendo o constitui. Dá forma ao seu ser na medida em que o nomeia, que permite a ele – e o faz – se reconhecer como sujeito faltante e cindido, como um sujeito castrado. Essa “moldagem” a partir da linguagem não é uma prerrogativa de nossos pais, uma vez que eles também são por ela moldados. Se eles têm condições *de* dizer, *se* dizer e *nos* dizer – com a polifonia que isso comporta já que eles nos dizem se dirigindo a nós e nos constituem nos dizendo quem somos –, é somente na medida em que essa língua já os atravessa e os envolve. Só pode ser dito aquilo que já está traçado nas tramas do interdiscurso, “[...] lugar de formação dos pré-construídos e de articulação dos enunciados [lugar em que] que se constitui o *enunciável como exterior* ao sujeito de enunciação” (COURTINE, 2014, p. 76 grifos no original). Só pode dizer aquele que já está assujeitado ao simbólico.

O sujeito para Lacan é uma figura evanescente. Invertendo a aporia cartesiana, aparece apenas onde não pensa, e se pensa, lá não está. O sujeito lacaniano só é possível na relação com o *Outro* – ou grande Outro, em oposição ao *outro* ou pequeno outro, escrito com minúscula. Essa intersecção entre sujeito e Outro aparece em Lacan (1957-1958 [1999]) quando ele questiona seus ouvintes:

O que é um sujeito? Será alguma coisa que se confunde, pura e simplesmente, com a realidade individual que está diante de seus olhos

quando vocês dizem *o sujeito*? Ou será que, a partir do momento em que vocês o fazem falar, isso implica necessariamente outra coisa? Quero dizer, será que a fala é como que uma emanção que paira acima dele, ou será que ela desenvolve, que impõe por si só, sim ou não, uma estrutura como aquela que tenho comentado longamente, à qual os habituei? – e que diz que, quando há um sujeito falante, [...] há sempre um terceiro, o grande Outro, que é constitutivo da posição do sujeito enquanto alguém que fala, isto é, também como um sujeito (LACAN, 1957-1958 [1999], p. 185-186, grifos no original).

Do exposto depreende-se que ao nos depararmos com um sujeito não é “apenas com ele” que nos deparamos. Para que lhe seja possibilitado vir a ser como tal, faz-se necessário um Outro como possibilidade. Em um primeiro momento, é a mãe que se faz Outro para a criança e lhe insere no simbólico – ou aquele sujeito que para a criança exerça uma função materna. Uma função de cuidado, mas mais que isso uma função de nomeação dessa criança, enquanto pequeno sujeito em potencial. Desse Outro materno, a criança recebe sua mensagem invertida, é inserida na cadeia significante desde antes de seu nascimento – sendo dita, sendo nomeada, sendo descrita –, sendo por esse discurso constituída. A importância do Outro pode ser apreendida na seguinte explicação:

[...] podemos fazer uma primeira leitura do A tomado como Outro, ou lugar do código. O A encerra o tesouro da linguagem, que é preciso supor já presente, para que dele possam ser extraídos, sob o selo da intenção, os elementos que vêm inscrever-se uns após outros, para se desenrolarem sob a forma de uma [...] frase que descreve um circuito até que algo seja realizado, fechado (LACAN, 1968-1969 [2008], p. 50).

Lacan utiliza o “A” para, em seus matemas, construir uma representação gráfica do Outro – A, de *Autre*, Outro, em francês. Fica palpável a importância desse Outro para a inserção do sujeito na linguagem, uma vez que é ele que por já estar nela inserido “a detém”, podendo possibilitar então a entrada do sujeito na linguagem e no simbólico. Para o autor (1973 [1996]), se o sujeito é determinado pela linguagem e pela fala, ele começa de fato no lugar do Outro – ou a partir do Outro.

Cabe frisar, contudo, que a definição de Outro em Lacan não é – assim como grande parte de seus conceitos – fechada de forma hermética e engessada. Ele vai, durante o desenvolvimento de seu ensino e de sua obra, rever e reatualizar esses conceitos. Outro entre eles. Assim podemos compreender o Outro como linguagem (DUNKER; PAULON; MÍLAN-RAMOS p. 54), o Outro como desejo e o Outro como gozo (FINK, 1998, p. 31), o Outro como lugar da palavra (LACAN, 1956-1957 [1995]),

p. 79). Em essência, o Outro sempre traz marcas de um para além, algo que escapa ao sujeito e que se relaciona com a ordem simbólica. Em função disso, submete o sujeito e lhe determina certas posições – relativas e dentro dessa ordem simbólica –, uma vez que para o autor “Se o sujeito é o que lhes ensino, a saber, o sujeito determinado pela linguagem e pela fala, isto quer dizer que o sujeito, *in initio*, começa no lugar do Outro, no que é lá que surge o primeiro significante” (LACAN, 1973 [1996], p. 193).

O Outro, nessa perspectiva, determina posições ao sujeito, mas é só a partir disso que ele pode se dizer e se instituir – *à posteriori* – enquanto sujeito. Assim, embora ele coloque o sujeito em uma posição extremamente problemática – e aqui falamos do processo de constituição do sujeito, então nos remetemos à triangulação primordial – existe uma escolha por parte do sujeito – criança – em se submeter a essa alienação pela linguagem, portanto, pelo Outro. Só a partir daí ele poderá ser.

Para Quinet (2012), em oposição ao Outro, Lacan desenvolve o conceito de pequeno outro. O autor marca a importância desse outro na constituição do sujeito, uma vez que, durante o Estádio do Espelho, a criança se identifica com seu reflexo no espelho, como um outro, ou com outra criança, para então se entender como um sujeito completo, possuidor de um corpo íntegro. Em relação ao estágio do espelho e à conflitiva com o outro em uma relação dual, Lacan, no seminário 04, questiona e aponta um caminho:

O que é o estágio do espelho? É o momento em que a criança reconhece sua própria imagem. Mas o estágio do espelho está bem longe de apenas conotar um fenômeno que se apresenta no desenvolvimento da criança. Ele ilustra o caráter de conflito da relação dual. Tudo o que a criança aprende nessa cativação por sua própria imagem é, precisamente, a distância que há de suas tensões internas, aquelas mesmas que são evocadas nessa relação, à identificação com essa imagem (LACAN, 1956-1957 [1995], p. 15-16).

Mais do que um momento no desenvolvimento infantil que permita à criança se reconhecer como um corpo formado, o estágio do espelho – diferentemente de estágio, que designa um período temporal, estágio aponta um espaço, espaço em que se dá uma dinâmica de corpos que se reconhecem e se estranham – permite que a criança se situe enquanto sujeito e se situe com relação a esse outro, relação que é, outrossim, sempre mediada pelo imaginário. Assim, para Roudinesco e Plon (1998), esse *outro* é lugar do imaginário e da alteridade especular, da dualidade. É esse outro que permite ao sujeito ver-se – ou se imaginar – inteiro e completo, ilusão constitutiva do sujeito. Se o Outro é essa entidade – quase – abstrata, o outro é reconhecido nos pares e por meio dele o

sujeito “apropria-se” de si. O outro tem uma relação muito mais próxima com o Eu – ou com o Ego – e com as tentativas do sujeito de buscar produzir para si uma identidade do que tem o Outro.

Compreendemos ainda sobre a inserção do sujeito pelo Outro no simbólico – sendo ele um dos três registros, juntamente com o real e o imaginário, responsáveis pela constituição do sujeito –, que sem a linguagem não haveria desejo, não haveria sujeito como tal. Nesse sentido, Lacan pontua que podemos “[...] no interior do fenômeno da fala, integrar os três planos: o simbólico, representado pelo significante, o imaginário, representado pela significação, e o real, que é o discurso mantido realmente em sua dimensão diacrônica” (LACAN, 1953-1954 [1986], p. 140). Os três sustentam a constituição psíquica do sujeito sendo indissociáveis e indispensáveis, possibilitando o inconsciente enquanto fato, imprescindível condição para a existência do sujeito tal como o compreendemos.

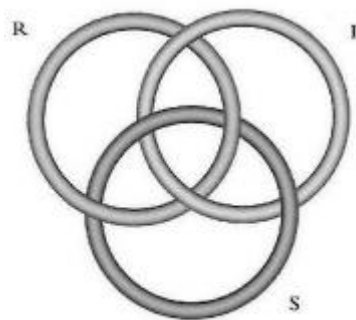
Esse atravessamento do sujeito pelo Outro é apontado por Tavares (2010). Para que o sujeito possa emergir, a criança precisa ser inserida na cadeia simbólica, e isso é proporcionado pelo Outro. Para Lacan (1957-1958 [1999]), o sujeito é servo do discurso e tem seu lugar determinado ainda em seu nascimento, sob seu nome próprio, deixando claro que, embora o discurso o transcenda, esse sujeito do Inconsciente, ele também o constitui (ou por transcendê-lo o constitui).

O simbólico, enquanto registro psíquico, é inserido na psicanálise a partir da releitura de Freud realizada por Lacan. Entretanto, a relação da psicanálise com a linguagem e com a linguística já era muito marcada, também em Freud, mas notadamente nos trabalhos de Lacan, mesmo antes de o psicanalista francês postular esse conceito. O simbólico nos interessa de forma mais premente por amparar-se no signo linguístico, na cadeia significante tal como estabelecida por Saussure e relida por Lacan. Tfouni, Prottis e Bartijotto (2017) apresentam um apanhado geral acerca dessa instância psíquica bem como acerca do imaginário e do real:

No campo da psicanálise, no *Seminário 22 – RSI* (1974-75), Lacan se dedica à questão dos três registros que compõem o funcionamento da cadeia significante. Referimo-nos, aqui, aos registros do real, do simbólico e do imaginário (na notação lacaniana, RSI). A teoria lacaniana do RSI sustenta-se na notação do nó borromeano, um nó feito de três círculos, onde os três registros entrelaçam-se e coexistem, em relação de dependência direta entre si, ou seja, um não pode existir sem o outro [...] O real, o simbólico e o imaginário não são homogêneos nem equivalentes. Explicamos melhor: Não são homogêneos porque não possuem a mesma função, não têm a mesma constituição e, por essa razão, não se equivalem. Não são equivalentes porque um não subs-

titui o outro; cada um tem sua especificidade e os três têm que ser trabalhados sempre em conjunto, daí a não preponderância. Acrescente-se que cada registro tem sua marca peculiar (o real é o impossível de dizer; o imaginário, aquilo que é do campo da fantasia/fantôme, e o simbólico é o que marca o campo da linguagem) (2017, p. 144).

O sujeito só existe a partir de um enodamento entre essas três instâncias psíquicas. Suprimir a importância de qualquer uma delas, mais do que cair em uma falha teórica grave, é inviabilizar a existência do sujeito enquanto tal, com a dimensão do inconsciente e o seu atravessamento pela linguagem. O Nó de Borromeu só é possível na medida em que as três instâncias se liguem e se entrelacem. Removendo um dos anéis, não temos como resultado um nó *menos* um anel. Não temos nó (ou sujeito) algum.



Nó borromeu: (R) Real, (S) Simbólico e (I) Imaginário.

Figura 1 - Nó de Borromeu
Fonte: Tavares (2010).

Entretanto, dependendo da perspectiva a partir da qual buscamos compreender a experiência do ser no mundo, cada um dos registros recebe mais ou menos ênfase, pois cada um tem um papel maior ou menor na relação desse ser com o mundo e com o Outro.

Essa variação de ênfase também se dá com relação às diferentes perspectivas de estudos sobre a linguagem desenvolvidas e exploradas por cada autor. Para Dunker, Paulon e Mílan-Ramos (2017), há diferentes possibilidades de pontos de partida – com relação ao RSI (Real, Simbólico e Imaginário) – para o desenvolvimento de teorias e estudos acerca da linguagem. Assim, para os autores, em teorias como a Linguística Estrutural de Saussure, a Arqueologia de Foucault e a Semiótica de Peirce, há uma ênfase no Simbólico. Na Hermenêutica Crítica de Heidegger e na Desconstrução de Derrida, temos como ponto de partida o Imaginário. O Formalismo de Propp, bem como a Gramática Gerativa de Chomsky e a Análise de Discurso de Pêcheux teriam, para os

autores, uma ênfase no Real. A psicanálise de Lacan perpassa e pode tomar como ponto de partida qualquer um dos três registros. Ademais, os autores chamam a atenção para o fato de que essa esquematização que propõem não visa a um fechamento de cada autor dentro de cada registro, mas, por outro lado, objetiva apontar um ponto de partida, como elencado, para explorar os demais.

Desse modo, aqui traçamos um breve panorama acerca do Real e do Imaginário e nos detemos de forma enfática no Simbólico, que como vimos tem uma importância significativa na constituição do sujeito.

Para Lacan, o Real é aquilo que precede a letra. Se a letra *mata a coisa*, mata aquilo que havia antes da linguagem. Desse modo, o Real é irrepresentável pela palavra e pelo simbólico. Uma vez que haja uma tentativa de significar essa instância, já se adentra no simbólico. Dessa forma, na tentativa de nomear o real o que se cria é a realidade.

O real, então, não *existe*, uma vez que ele precede a linguagem. Lacan reserva um termo separado para ele, emprestado de Heidegger: ele “*ex-siste*”. Ele existe fora ou separado da nossa realidade. Obviamente, na medida em que nomeamos e falamos a respeito do real e o incorporamos em um discurso teórico sobre a linguagem e sobre o “tempo anterior à palavra”, empurramo-lo para dentro da linguagem e, desse modo, damos um tipo de existência àquilo que, em seu próprio conceito, somente tem *ex-sistência* (FINK, 1998, p. 44).

E ainda:

A divisão do real em zonas separadas, características distintas e estruturas contrastantes é o resultado da ordem simbólica, que de certa forma, *corta* a fachada plana do real, criando divisões, lacunas e entidades distintas e elimina o real, isto é, puxa ou o suga para dentro dos símbolos usados para descrevê-lo, e desse modo o aniquila (FINK, 1998, p. 44).

A ordem simbólica, a letra e o significante tentam recobrir o real. De certa forma, até certo ponto, isso se dá. Recobrimo-se o Real, cria-se outra coisa. Nunca mais do que suposto, as tentativas de se representar o Real como um todo são sempre infrutíferas. A gramática não dá conta de representá-lo em sua totalidade e algo sempre fica de fora. Lalíngua aponta para essa falha, para essa falta na representação (MILNER, 2016).

Pela língua e pela letra há a tentativa constante de abarcá-lo, reformula-se o dito para deixá-lo “mais claro”. Na esperança de se fazer entender – na busca pela estabilidade do (se) dizer.

O Real é, enquanto instância psíquica, aquilo que não pode ser posto em palavras, aquilo que sobra, que escapa ao verbo. Um exemplo possível pode ser o da criança antes de aprender os costumes do mundo, de ter um “domínio” da ordem simbólica. Outro exemplo pode ser pensado a partir de situações de guerra e de desastres naturais, como o terremoto do Haiti em 2010, situações essas nas quais a angústia é tão intensa que as palavras não dão conta de representar o ocorrido.

O imaginário, por outro lado, é da ordem do especular, e não representa em nenhum sentido o que pode ser analisado. N’O *seminário sobre “A carta roubada”*, primeiro dos textos do “*Escritos*”, Lacan, a respeito do imaginário, salienta que:

Decerto sabemos da importância das impregnações imaginárias (*Prägung*) nas parcializações da alternativa simbólica que dão à cadeia significante seu aspecto. Mas nós estabelecemos que é a lei própria a essa cadeia que rege os efeitos psicanalíticos determinantes para o sujeito, tais como a forclusão (*Verwerfung*), o recalque (*Verdrängung*) e a própria denegação (*Verneinung*) –, acentuando com a ênfase que convém que esses efeitos seguem tão fielmente o deslocamento (*Entstellung*) do significante que os fatores imaginários, apesar de sua inércia, neles não figuram senão como sombras e reflexos (LACAN, 1998, p. 13, grifos no original).

A despeito de toda a importância do imaginário para a instauração de determinados elementos que afetam o sujeito ele só é decifrável se traduzido em símbolos (LACAN; GRANOFF, 1973, p. 87), acedendo, portanto, ao registro do simbólico. Dessa forma, o sujeito surge como “resultado” de uma inserção da criança no domínio do simbólico por parte do Outro. Os detalhes desse processo são explicitados adiante.

1.4.2 A língua fazendo corpos

A constituição do sujeito e o processo de inserção na língua (materna) são de certa forma indissociáveis. Somos sujeitos do simbólico, sujeitos cindidos pela linguagem que vem desse Outro como origem do significante. Como já exposto, sem a linguagem não haveria desejo. Não haveria tampouco sujeito enquanto tal. Desse modo, em nossa exposição, constituição do sujeito e inserção na língua materna entrelaçam-se.

O processo de inserção do sujeito na linguagem divide-se em dois momentos. Primeiramente se dá a alienação pelo – e ao – Outro enquanto linguagem. Lacan propõe que essa alienação seja “aceita” pela criança. Para ele, citado por Fink (1998), a criança se entrega a esse processo alienante, pois só a partir dele é que ela poderá se dizer, indo além do choro para a expressão de suas necessidades. No *Seminário 11*, Lacan (1973 [1996]) assinala que:

O significante produzindo-se no campo do Outro faz surgir o sujeito de sua significação. Mas ele só funciona como significante reduzindo o sujeito em instância a não ser mais do que um significante, petrificando-o pelo mesmo movimento com que o chama a funcionar, a falar, como sujeito (LACAN, 1973 [1996], p. 203).

Assujeitada ao Outro, a criança passa agora a se representar e a ser representada pela letra. Seu corpo é simbolizado e não mais um conjunto de sensações abstratas. Nesse sentido, a criança, alienada ao Outro, passa a poder ser representada por um significante. Temos então:

<u>Outro</u>	<u>S</u>
criança	\$

O Outro – como conjunto de todas as expressões de uma dada língua –, assujeitando a criança, passa a fazer – e permitir – com que ela seja representada pelo significante. Agora ela passa a poder se dizer.

Fink (1998, p. 76) entende que o que Lacan, em 1964, apresenta como a separação é apresentado pelo mesmo autor ainda em 1956 como *metáfora paterna* e *função paterna*. Na separação, segundo momento da inserção do sujeito no simbólico, a criança se depara com a falta da mãe. É só na medida em que a mãe se mostra faltosa que a separação pode se concretizar. Apenas quando o Outro materno se apresenta como um sujeito desejante e não todo – pois cindido pela linguagem – é que o sujeito pode emergir.

Essa incompletude no Outro materno ganha corpo na medida em que essa mãe se mostra interessada por outros elementos na realidade externa e que se relaciona com eles por meio da instância da letra. O objeto de desejo da mãe pode ser extremamente variado e é ele quem promove de fato a separação mãe/criança. Eventualmente, esse

objeto de desejo e investimento por parte da mãe é o pai, daí a aproximação entre “Função Paterna” e Separação, tal como apontada por Fink:

Esse significante “primordial” é instalado através da operação do que Lacan chama de metáfora paterna ou função paterna. Se postularmos hipoteticamente uma unidade inicial mãe-criança (como um momento lógico, isto é, estrutural, se não um momento temporal), o pai, na família nuclear ocidental, atua tipicamente de tal forma a romper essa unidade, intervindo nesse lugar como um terceiro termo – muitas vezes percebido como estranho e até indesejável. A criança, ainda um tipo de pacote indiferenciado de sensações, carente de coordenação psicomotora e qualquer sentido de *self*, não pode ainda ser distinguida de sua mãe, e considera o corpo desta como uma simples extensão do seu, estando em um tipo de “contato direto e desimpedido” com ele. E a mãe pode estar inclinada a dedicar quase toda a sua atenção para a criança, antecipando cada necessidade, tornando-se acessível e disponível o tempo todo. Em tal situação, o pai ou algum outro membro da família ou algum outro interesse da mãe pode desempenhar uma função muito específica: a de anular a unidade mãe-criança, criando um espaço ou uma lacuna essencial entre elas (FINK, 1998, p. 78, aspas do autor).

Dessa forma, a Função paterna enquanto corte promove a separação entre a criança e a mãe. Separação constitutiva, uma vez que a partir daí a criança advém na linguagem de fato, e esta protege a criança de uma relação significativamente perigosa (pois é extremamente dual e potencialmente engolfante). A forma como isso se dá é a partir da substituição do desejo da mãe por um significante:

Nome-do-Pai/Não do pai
Desejo da mãe

Desse modo, o Nome-do-Pai – que invoca também a negativa de seu *não* –, enquanto uma metáfora, sobrepuja o desejo da mãe. Esse Nome-do-Pai é que faz essa separação mãe/criança.

De que se trata na metáfora paterna? Há, propriamente, no que foi constituído por uma simbolização primordial entre a criança e a mãe, a colocação substitutiva do pai como símbolo, ou significante, no lugar da mãe. Veremos o que quer dizer esse *no lugar da*, que constitui o ponto axial, o nervo motor, a essência do progresso representado pelo complexo de Édipo (LACAN, 1999 [1957-1958], p. 186, grifos no original).

O Nome-do-Pai, enquanto metáfora, passa então a recobrir o desejo da mãe – transformando-o em um significante –, dado que a partir daí as relações passam a ser simbolizadas. Nome-do-Pai e Não-do-Pai atuam como equivalentes dentro da

construção teórica lacaniana. O Pai, enquanto *nome próprio* e marca do interdito, apresenta-se como um *não* para a criança, separando-a da mãe – “*não, vocês não se fazem um*”. A dupla possibilidade da grafia desse significante se sustenta na fonética, na homofonia entre *nom du père* – nome do pai – e *non du père* – não do pai –, expressões francesas que, na palavra falada, confundem-se na exposição de Lacan.

O S2 (em um primeiro momento o Nome-do-Pai) passa a simbolizar – retroativamente – o desejo do Outro materno, o S1. Essa separação cria um espaço próprio para a criança, espaço no qual ela passa a desenvolver tentativas de mediar o desejo do Outro, simbolizando-o de forma cada vez mais completa. Nesse sentido, para Melman (1992), língua materna pode ser compreendida como aquela em que a mãe foi interditada. Deixa de ser, em razão disso, a língua da mãe? Não, mas passa a ser uma mãe atravessada por S ou se instaura uma relação com essa mãe mediada por S.

Ainda, Lacan marca na citação acima a importância desse movimento de cisão da dualidade mãe/criança, Nome-do-Pai assumindo aí o lugar da mãe. Tem-se como resultado disso, clarificando a exposição, a instauração do Complexo de Édipo, etapa fundamental no desenvolvimento psíquico do sujeito.

Assim, essa língua traz marcas dessa primeira relação fundamental, que possibilita à criança e lhe dá bases para vir a ser. Relação fundante do psiquismo e por isso mesmo carregada de libido, não coincidindo com línguas outras que podem ser compreendidas como uma possibilidade de significação.

A substituição subentendida pela metáfora paterna somente se torna possível pela linguagem e é, portanto, somente na medida em que um “segundo” significante, S2, for instalado (o Nome-do-Pai, no início, e depois mais amplamente o significante do desejo do Outro) que o desejo da mãe é retroativamente simbolizado ou transformado em um “primeiro” significante (S1) (FINK, 1998, p. 80, aspas no original).

O desejo da mãe, o desejo que atravessa a língua materna e que a impede de ser uma língua entre outras – embora seja sempre e de fato uma língua entre outras – só passa a ser significante – e, portanto, significado pela criança – na medida em que esse terceiro termo, o Pai enquanto função, faz-se presente nessa equação. Desse modo, essa língua materna que expressa desejo só se torna possível uma vez que a letra do pai se marque. Podemos considerar que essa dita língua materna diga, em verdade, de um enlace entre o desejo da mãe e o significante do Nome-do-Pai.

O desejo da mãe, como Outro primordial, atribui a essa língua a impossibilidade de ser totalmente representada pelas gramáticas. A língua materna vai além disso, desestabiliza o sujeito e torna-se para ele mais do que uma língua de dizer, torna-se uma língua de não dizer, mas de sentir, uma vez que a língua materna é a língua do acolhimento, do afeto e do conforto. É retribuindo o afeto da mãe que a criança começa a falar.

Para Leite e Souza Jr. (2021), não basta apenas que a criança seja exposta à língua, é preciso que – com amor e investimento? – alguém a suponha como falante em potencial. Em um movimento de retribuição desse amor, então, a criança toma a palavra, faz dela *sua* e pode endereçá-la ao outro. Língua materna é uma língua invariavelmente de ser, uma vez que “Muito antes de ser objeto de conhecimento, a língua é o material fundador de nosso psiquismo e de nossa vida relacional” (REVUZ, 2001, p. 217).

Diante disso, compreendemos que, ao utilizarmos o significante *materna* para nos referirmos a essa primeira língua, não estamos promovendo um apagamento do pai, muito pelo contrário. Em verdade, é a separação promovida pelo Nome-do-Pai que faz com que o sujeito venha enquanto tal no simbólico. Entendemos que *língua materna* diga também de uma *língua paterna* ou dessa triangulação sem a qual a assunção na linguagem não seria possível.

Já não se trata aí [...] nem de pai nem de mãe, mas de relações com o objeto. A mãe é o objeto primitivo, o objeto por excelência. O que o sujeito retém do vaivém que, em relação ao objeto, fez com que ele entrasse em rivalidade com um terceiro termo é o que se caracteriza pelo que podemos chamar de fator comum resultante, no psiquismo humano, da existência dos significantes. Posto que os homens lidam com o mundo do significante, são os significantes que constituem o desfiladeiro por onde é preciso que passe seu desejo. Por essa razão, esse vaivém sempre implica o fator comum na incidência do significante no desejo, naquilo que o expressa, naquilo que faz dele, necessariamente, um desejo significado – esse fator comum é, precisamente, o falo (LACAN, 1999 [1957-1958], p. 309).

Língua materna, ou língua dita materna, como grifado por Derrida (1996), parece-nos uma definição conotativa que, se em algum momento referiu-se à genitora de fato e à inserção de seus filhos na linguagem por meio de “*sua*” língua, hoje constrói e se ampara em sentidos outros, atualizados e mais amplos. Chamar essa língua de *língua paterna* – e poderíamos abrir ainda mais essa definição, uma vez que há crianças em famílias constituídas sem a presença de nenhum dos pais (biológicos ou não) – é possível, mas não se alinha com nosso entendimento acerca dessa. Ora, falamos de uma

relação e de funções. Em uma família em que a criança seja acolhida e criada por uma tia e uma avó, por exemplo, alguém irá fazer a função materna para a criança, e um outro alguém, ou outra coisa, irá realizar a função paterna.

Língua materna é, portanto, a língua da mãe, mas não só dessa mãe – é a língua do pai, da tia, da avó, dos irmãos. Se é a língua da mãe, enquanto Outro, e ela própria tem seu Outro (LACAN, 1999 [1957-1958], p. 152), ela nos transcende a todos, envolve-nos a todos e não é *só de um sujeito* – embora com Coracini (2007) nos questionamos se podemos falar de *uma* língua que seja de mais de um falante. Não pensamos isso a partir de uma ideia de posse da língua, uma vez que ela vem sempre de um outro lugar e de um Outro, mas sim de pertencimento e da singularidade da relação com ela. Do laço muito específico que cada falante mantém com isso a que se chama, habitualmente, língua materna.

Tendo discutido os atravessamentos do sujeito pelo simbólico e havendo desenhado uma silhueta opaca sobre isso a que chamamos de língua materna, passamos a investigar quais os efeitos da língua do Outro sobre a constituição do sujeito. Em nosso caso, a língua do Outro perpassa um debate sobre o Outro enquanto colonizador e sobre as políticas linguísticas que incidem sobre esse sujeito falante, determinando-lhe lugares de dizer e de silenciar. Essa temática será abordada no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2 – DISCURSO DO OUTRO (A) COLONIZADOR

O presente capítulo é significativamente plural. Parece-nos, entretanto, que ele em sua totalidade alinha-se na relação do sujeito com o *Outro* e com o *outro*.

Por ser nosso primeiro capítulo de análise propriamente, detalhamos alguns pontos que entendemos pertinentes com relação à nossa estrutura da análise e aos nossos entrevistados. Entendemos adequado realizar essa explanação neste ponto do texto, pois passaremos a desenvolver nossas análises em uma relação muito mais implicada com o *corpus* e com as suas condições de produção. Neste capítulo também passamos a apresentar as políticas linguísticas do Haiti, não de uma forma fechada, mas buscando pensar como o processo colonial no Haiti reflete na implementação de determinadas políticas linguísticas no país.

Na seção 2.1 trataremos das condições metodológicas que permeiam a estruturação da pesquisa, tanto em um nível da teoria empregada como em um nível de estrutura metodológica. Na seção 2.2 e seus desdobramentos – seções 2.2.1 e 2.2.2 – discutiremos funcionamentos linguísticos institucionalizados e que tendem à uma proposta de estabilização no Haiti. Na seção 2.3, ampliaremos essa discussão, tratando desses temas, porém a nível de Brasil.

2.1 ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Iniciando nossas análises, partimos da relação do falante com suas línguas. Não mais um sujeito abstrato, um conceito do qual nos valem e sobre o qual fazemos conjecturas. Agora, para o desenvolvimento dos próximos capítulos, detemo-nos nos enunciados de nossos entrevistados. Sujeitos sim, que enunciam a partir de determinadas posições de forma concreta. De modo específico, sujeitos na posição de imigrante.

Payer (2016), a respeito dos discursos que circulam em torno do processo da imigração, relembra que:

[...] o discurso *sobre* o imigrante não deixa ouvir ou sequer imaginar, o que seria da ordem de um discurso *do* imigrante: outros lugares de dizer, nos quais (se) significa *o* sujeito que imigra, que trabalha, tem família, amigos, enfim, que (sobre)vive (PAYER, 2016, p. 349, grifos no original).

Nesta pesquisa pretendemos – dentro de nossas possibilidades teórico-metodológicas – trabalhar com o discurso *do* imigrante – com o sujeito nessa posição enunciativa –, refletindo e discutindo a problemática do ser-estar entre-línguas a partir dele. Para isso, entendemos pertinente adotarmos, em um primeiro momento, uma posição de escuta. É a partir dela – em verdade, a partir da fala de nossos participantes, que buscamos nos manter abertos para ouvir e compreender – que podemos desenvolver nosso trabalho.

A presente seção se apresenta como um significativo parêntese. No Capítulo 1, desenvolvemos um levantamento teórico e procedemos analisando essa teoria para melhor nos situarmos acerca dos atravessamentos que a língua materna produz no sujeito. A forma como ela impacta nisso que temos chamado de *espaço entre-línguas*.

No presente capítulo, e posteriores, passamos a desenvolver uma análise mais centrada no – e a partir de – nosso *corpus*. Sendo assim, nesta seção buscamos elucidar a construção de nosso método, uma metodologia construída especificamente de modo a atingir o objetivo elencado para esta investigação.

Nossa pesquisa se estrutura a partir de uma abordagem discursiva articulada entre a psicanálise e a desconstrução. Nessa perspectiva, reconhece-se a relação entre ambas como uma relação, de fato. Uma relação de troca, de apoio e de embasamento mútuo. Nesse sentido, é apontado por Dunker, Paulon e Mílan-Ramos (2017, p. 134, aspas no original) que:

[...] uma condição para a aproximação entre a psicanálise e a análise de discurso é considerar as transformações contemporâneas no interior das ciências humanas, com a eleição de fenômenos coletivos. Assim, a psicanálise surge como uma estratégia de leitura mais interessante do que sua antiga utilização categorial, privilegiando a tradução de conteúdos e a aplicação de teses genéricas sobre as razões, motivos ou causas. Em outras palavras, a psicanálise passa de uma hermenêutica específica para uma tática de leitura, que incorpora a memória e a história como textualidade, a transferência do pesquisador e o texto como “outro”.

Nesse movimento de mudança, a psicanálise se aproxima por si mesma das possibilidades de análise de discurso, seja na análise de discurso lacaniana, seja nas trocas com outras teorias e práticas, como se dá em nosso caso. A psicanálise é também aquilo que Derrida nunca esquece, uma vez que mantém com ela um vínculo originário. Sem a psicanálise não há, não teria havido Derrida (MAJOR, 2002). Entendemos com Major (2002) que a teoria da desconstrução de Derrida não recalca a herança freudiana,

pelo contrário, a prolonga. Em “*De que amanhã...*”, escrito com Roudinesco, é pontuado que:

[...] o termo ‘desconstrução’ foi tomado da arquitetura. Significa a deposição decomposição de uma estrutura. Em sua definição derridiana, remete a um trabalho do pensamento inconsciente (isso se desconstrói’), e que consiste em desfazer, sem nunca destruir, um sistema de pensamento hegemônico e dominante. Desconstruir é de certo modo resistir à tirania do Um, do *logos*, da metafísica (ocidental) na própria língua em que é enunciada, com a ajuda do próprio material deslocado, movido com fins de reconstruções cambiantes (DERRIDA & ROUDINESCO, 2004, p. 9, grifo no original).

Assim não há, entendemos, fechamento hegemônico de uma verdade a ser alcançada. O que há são reconstruções de sentido que não se prendem e não visam a se prender a um saber hermenêutico. Ainda sobre a desconstrução, em “*Mal de arquivo*”, Derrida propõe que:

[...] marcar o afastamento entre, de um lado, a inversão que coloca na posição inferior aquilo que estava na posição superior, que desconstrói a genealogia sublimante e idealizante da oposição em questão e, de outro, a emergência repentina de um novo ‘conceito’, um conceito que não se deixa mais - que nunca se deixou - compreender no regime anterior (DERRIDA, 2001, p.48-49, aspas no original).

O sentido se dá não em razão da referência da palavra à coisa, mas sim na diferença entre as palavras em seus empregos. Dessa forma, os sentidos de acordo com o uso dos significantes se reatualizam – ou se desconstroem –, possibilitando novas significações.

A partir desse referencial e levando em consideração os supracitados questionamentos levantados, bem como tendo em vista os objetivos estipulados para esta pesquisa, propomo-nos a analisar o discurso *do* imigrante (PAYER, 2016), esses sujeitos que se situam em uma posição instável entre sua língua e a língua e a cultura do Outro. Optamos por trabalhar com as novas imigrações; de modo específico, com imigrantes haitianos.

Dessa forma, trabalhamos com imigrantes haitianos que residam em Chapecó, uma cidade do Oeste do estado de Santa Catarina. Nossa dissertação, após estabelecimento de elementos mais básicos como objetivos, problema e justificativa, vai se moldando e ganhando corpo a partir de nossas entrevistas; portanto, da relação de nossos entrevistados com suas línguas, relação que é mediada pela posição na qual se situam nesse momento.

O acesso aos candidatos para posterior realização das entrevistas merece uma atenção especial. Buscávamos entre quatro e seis participantes que se enquadrassem nos critérios de inclusão da pesquisa. Para isso, o possível participante deveria ser imigrante haitiano, ser maior de dezoito anos, residir no município de Chapecó/SC, sentir-se à vontade para a realização de uma pesquisa oral em português brasileiro e não ter vínculo com a UFFS – esse último critério de inclusão foi proposto em razão de já haver, dentro da instituição, pesquisas com esse público. Desse modo, visando a compreender ou ao menos conhecer essas vozes outras, pretendíamos trabalhar com imigrantes que não estivessem nesse espaço, pessoas que estivessem ocupando lugares enunciativos outros e estivessem atravessados por dinâmicas outras nos espaços sociais da cidade. Em função da pandemia da COVID-19 e das alterações que nossa pesquisa sofreu para tornar-se exequível nas condições apresentadas, nosso último critério teve de ser suspenso para facilitar o acesso a esses participantes em potencial, uma vez que nossa forma de contato com eles foi radicalmente alterada.

No final do ano de 2019 e nos meses iniciais de 2020, enquanto produzíamos nosso projeto de pesquisa para submissão ao Comitê de Ética da UFFS (aprovado sob o parecer n.º 34857420.7.0000.5564) e posterior desenvolvimento das entrevistas, pretendíamos acessar essas pessoas por meio de instituições que trabalham com elas, notadamente, o GEIROSC (Grupo de Estudos sobre Imigrações para a Região do Oeste de SC) e a Pastoral do Imigrante. A ideia era participar de reuniões e aulas de português para imigrantes e apresentar as informações básicas da pesquisa para eles. Assim, contávamos com esse contato como encorajador para a adesão dos participantes. Em razão da pandemia da Covid-19 (WERNECK e CARVALHO, 2020), que causou e, no momento da pesquisa, tem causado milhares de mortes no Brasil e no mundo, bem como em razão da quarentena horizontal estabelecida e recomendada por órgãos estatais e de saúde para o controle do avanço da doença, entendemos necessária uma mudança na forma de contatar esses possíveis entrevistados, bem como na forma de desenvolvimento das entrevistas.

Assim, para acessar os entrevistados, contamos com uma rede de apoio de pessoas físicas que, comprometidas com uma maior inclusão dos imigrantes haitianos em Chapecó e cientes dos objetivos e benesses da pesquisa, dispuseram-se a colaborar com a divulgação e facilitar o acesso aos imigrantes haitianos. Dessa forma,

procedemos divulgando um *link* com um formulário digital¹², que foi enviado via WhatsApp e redes sociais, para imigrantes haitianos residentes em Chapecó. Essa metodologia se coaduna ao proposto por Faleiros *et al.* (2016), quando pontuam que as pesquisas desenvolvidas a partir de ambientes virtuais têm se mostrado como uma tendência atual e benéfica no que tange ao desenvolvimento científico, sendo uma metodologia por vezes preferida pelos entrevistados.

Residir em Chapecó, bem como ter mais de 18 anos e se sentir confortável para participar de uma entrevista em língua portuguesa foram os critérios de inclusão de nossa pesquisa após as alterações pertinentes. Com relação ao idioma no qual foram realizadas as entrevistas, ou antes, tido ainda como critério de inclusão, cabe frisar que a escolha se deu por razões metodológicas, que entendemos que se alinham às bases teóricas das quais lançamos mão para o desenvolvimento da pesquisa. Buscamos analisar como esse sujeito se significa nesse espaço entre a língua materna e essa língua outra na qual se insere.

A escolha do idioma da pesquisa reflete esse interesse em compreender como o sujeito se significa, não na sua língua materna, mas sim nessa língua a qual agora lhe atravessa, uma língua de novas possibilidades, mas também de desestabilizações.

Ainda nesse sentido, com relação a qual língua falar com o antilhano, Frantz Fanon psiquiatra e filósofo nascido na Martinica, nas Antilhas francesas, no livro *Pele negra, máscaras brancas* (2008) aponta que há no branco, ao se dirigir ao homem de cor ou a um árabe no que ele chama de *petit-nègre*, um vício, uma tara. Citando Mannoni, ele salienta que há nesse caso a possibilidade de se compreender a psicologia do colonialismo, uma vez que, ao se dirigir em *petit-nègre* ao homem de cor, o branco demarca e fixa lugares. Interdita.

O participante, uma vez interessado em participar da pesquisa e atender aos critérios estabelecidos, preencheria o formulário anexo ao *link* com nome, telefone e/ou e-mail. Ainda no mesmo formulário, o interessado confirmava sua aceitação em participar da pesquisa, após a leitura do TCLE. Por meio de um dos contatos disponibilizados pelo interessado, o pesquisador o contactava para agendamento da entrevista.

Considerando ainda a ocorrência da pandemia simultaneamente ao desenvolvimento da pesquisa, propusemos a realização de entrevistas on-line, por

¹² O formulário proposto pode ser acessado no *link*: <https://forms.gle/qvPuascMPRkqDpzn7>.

entendermos fazer-se necessário colaborar com a manutenção de um distanciamento social efetivo naquele momento, bem como preservar a integridade física dos entrevistados, não os expondo aos riscos de um deslocamento nem ao contato com outras pessoas. As entrevistas foram realizadas por videochamada, via WEBEX, em data e horário definidos em conjunto com o entrevistado e gravadas pelo pesquisador para posterior transcrição e desenvolvimento do processo de análise.

No início de cada videochamada foi feita nova leitura do TCLE para o entrevistado a fim de que ele confirmasse, novamente, sua ciência e concordância com sua participação na pesquisa. Tendo sido feita a leitura do TCLE e tendo a confirmação verbal do entrevistado, dava-se início de fato à entrevista. Isso se fez necessário para garantir que o participante se encontrava verdadeiramente ciente e de acordo com sua participação na pesquisa, bem como para esclarecer qualquer ponto do TCLE que tenha ficado nebuloso em sua leitura prévia, além, é claro, de fornecer maior segurança para pesquisadores e instituição no decorrer da pesquisa. Além disso, cada entrevistado recebeu via e-mail duas cópias digitalizadas do TCLE em arquivo PDF, uma em português brasileiro e outra em crioulo haitiano (ANEXO II). Essa última foi enviada também para entrevistados em potencial, interessados em participar da pesquisa, uma vez que o formulário do Google Docs. apresenta apenas a versão em português brasileiro.

No TCLE, procuramos deixar claro ao entrevistado que, embora houvesse a captação de áudio e vídeo durante a entrevista, ele contava com toda a segurança para dar segmento a sua fala, uma vez que sua identidade estava sendo resguardada de qualquer exposição. Pontuamos que recortes de sua fala seriam utilizados – de forma escrita – na composição da dissertação, bem como, eventualmente, em eventos da área da linguística e que ele poderia, em qualquer tempo, desistir de sua participação na colaboração com a pesquisa.

Tendo sido resolvidas essas questões pragmáticas no início de cada entrevista, uma questão era posta: *Pode falar sobre sua relação com suas línguas? Como foi o aprendizado de cada uma delas?*

A partir dela, o entrevistado poderia falar “livremente” sobre aspectos relativos à temática que entendesse pertinentes, sendo apontados, durante sua fala, elementos que chamassem a atenção do pesquisador por terem relação com a pergunta ou com a problemática de pesquisa. Das quatro entrevistas, duas delas foram realizadas em áudio e vídeo, uma utilizando áudio e vídeo durante apenas uma parte da entrevista, e uma

utilizando apenas o áudio. Essas variações se deram em razão de problemas com a conexão por parte dos informantes.

Houve cinco inscrições no todo. Entretanto, o inscrito de número 04 não se mostrou confortável com o fato de se expressar em língua falada e se retirou da pesquisa. Deixamos aberta, como uma sugestão, a possibilidade de retorno à entrevista e de reagendamento, mas o inscrito não fez novo contato. Assim, trabalhamos com quatro entrevistados, um número usual em pesquisas que abordam essa temática e metodologia (CORACINI, 2007; TAVARES, 2010). Cada entrevista teve uma duração média de 40 minutos, levando a um total de 41 páginas de transcrição para análise.

Nesta seção dedicamos parte de nosso espaço para falarmos sobre nossos enunciadores, informantes de nossa pesquisa e corresponsáveis pelas suas condições de produção. Para a preservação de suas identidades e em conformidade com os postulados éticos vigentes para pesquisas com seres humanos, suprimimos os seus nomes. Para a notação e a marcação de seus enunciados, designamos cada um com a letra “E”, referindo-nos a “enunciador”, seguida por numeração a partir da ordem em que as entrevistas foram realizadas (E01, E02...).

Nosso primeiro enunciador (doravante chamado de “E01”) tem 25 anos no momento da realização da entrevista, reside no Brasil há 05 anos e nesse tempo já morou em três diferentes estados, exerceu diferentes atividades, seja em uma perspectiva acadêmica ou profissional, tendo também atuado como professor de idiomas. Para ocupar esses espaços, as suas línguas (e não apenas o português) apresentaram um papel fundamental.

O segundo enunciador (doravante “E02”) tem 26 anos de idade e reconhece uma dimensão política bastante importante no funcionamento social do Haiti. Em razão de sua aproximação com a academia, especificamente com as ciências sociais, hoje compreende e problematiza alguns fatos linguísticos outrora tomados como evidentes, fatos esses que entendia como positivos sem discutir ou sem refletir sobre.

E03 tem 31 anos de idade e reside no Brasil há quase três anos. Marca a importância do inglês como uma língua de transição, como uma possibilidade para, aqui no Brasil, poder se dizer e se fazer ouvir. Esse trânsito entre línguas, para ele, ocorre também em seu ambiente de trabalho – ele, assim como muitos outros conterrâneos seus, ocupa uma vaga em uma das agroindústrias da cidade –, onde se confluenciam português, crioulo haitiano, francês e espanhol. Marca assim um atravessamento do entre-línguas não apenas entre haitianos e brasileiros, mas também em relação a outros

imigrantes e imigrantes de outros países em sua relação com brasileiros. Na entrevista realizada com ele, o entrevistado optou por manter a câmera desligada, o que em um primeiro momento causa um estranhamento, mas não interfere de forma significativa na condução da entrevista/pesquisa.

E04 tem 26 anos no momento da realização da pesquisa e teve o Brasil como um “objetivo final”. Em razão disso, ainda no Haiti estudava o português brasileiro, que agora fala com fluência. Essa objetividade aparece também em sua narrativa, talvez de forma mais marcada do que na de outros entrevistados. Quando fala da língua, ele fala da língua do outro, a língua do povo (seu). Fala sobre a língua de todos e não sobre a *sua relação* com a língua. Essa relação, entretanto, aparece nos seus não ditos e na forma de dizer nessa língua do outro. Tem um conhecimento muito amplo sobre a história do Haiti e de seu povo, conhecimento que ele divide no momento da entrevista para poder situar a expressão *língua do povo*, que verbaliza durante sua fala.

Todos os quatro entrevistados – e o inscrito que não participou da pesquisa – são do sexo masculino. Como nossa amostra é relativamente pequena e a seleção de nossos entrevistados para a constituição posterior do *corpus* de análise se deu por demanda ou amostra espontânea, não tivemos nenhuma mulher inscrita.

A não inscrição de mulheres para a participação na pesquisa faz eco a uma afirmação do E04, já nos momentos finais de sua entrevista. Sobre ter algo mais a acrescentar, ele compartilha uma pergunta que vem se fazendo: por que os homens haitianos têm mais “interesse” em aprender o português que as mulheres? Essa questão, para a qual não temos uma resposta *a priori* será retomada adiante, apenas na medida em que nos propomos a levantar conjecturas e pensar novos caminhos para a dinâmica do entre-línguas.

Por agora, essa informação nos serve, pois indica um dado empírico: Não temos informantes mulheres. E diz de uma leitura de mundo de um de nossos entrevistados:

SD01: *uma pergunta que eu to me fazendo/ fazendo o tempo todo é porque que os homens haitianos têm mais vontade de aprender o português chegando aqui no Brasil que as mulheres/ Que as mulheres é difícil ver ahn/ muitas mulheres se interessando pra falar a língua// (E04, p. 09).*

Considerando, contudo, que, ao falarmos de sujeito, falamos de uma posição na cadeia simbólica, e entendendo que essa posição não tenha necessária relação com o

sexo biológico ou mesmo com a identidade de gênero do sujeito, não podemos, a partir de pressupostos, apontar respostas para essa inquietação.

Tendo sido realizadas as entrevistas, passamos então ao desenvolvimento de categorias para posterior análise. Para isso, procedemos extraindo do texto sequências discursivas que nos interessaram por entendermos – a partir de nossa pergunta de pesquisa e de nossos objetivos – que se enquadravam em determinada regularidade discursiva que nos interessa. As RDs com as quais trabalhamos – sempre orientados por nossa pergunta de pesquisa, uma vez que “[...] a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas” (ORLANDI, 2015, p. 63), caracterizando, portanto, um primeiro gesto analítico e uma primeira interpretação sobre nosso *corpus* de análise – são: RD de língua materna; RD de entre-línguas e RD de políticas linguísticas.

O processo de classificação das SDs para inserção em cada uma dessas RDs não se deu a partir da utilização de um significante específico, repetição dentro de cada SD de um mesmo significante ou mesmo de uma relação “interparafrástica” – em que os enunciados se referem ao mesmo fato e constroem as mesmas significações (PÊCHEUX, 2015, p. 20) –, mas sim a partir da ocorrência de significantes que remetem o pesquisador a cada uma dessas categorias ou RDs. Importante é frisar que nenhuma RD foi construída *a priori*. Entendemos que elas foram reconhecidas a partir da ocorrência de marcas linguísticas que, no intradiscorso, na fala expressa por nossos enunciadore (PÊCHEUX, 2016), dizem de um lugar outro e de uma possibilidade outra de significação *no* interdiscorso, aí coincidindo de fato.

Como procedimento técnico para a análise das SDs – uma vez isoladas e categorizadas a partir das RDs citadas – estabelecemos um movimento de descrição e de interpretação, sustentando-nos na materialidade léxico-sintática (PÊCHEUX, 2015, p. 23) do enunciado, do acontecimento discursivo. Estamos amparados assim nas construções frasais do entrevistado, para construir – ou mais que isso, reconhecer – significações outras que colaborem para que alcancemos nossos objetivos.

Pertinente é frisar ainda que algumas das SDs isoladas e apresentadas no decorrer do texto não servem apenas e tão somente como material de análise. Entendemos que ao nos propormos trabalhar com o discurso *do* imigrante (PAYER, 2016) nos cabe propiciar um espaço e possibilidade para narrativização de suas experiências no mundo e na relação com suas línguas. Acreditamos que recortes excessivamente estritos, ainda que metodologicamente adequados, forçariam o dizer de

nossos enunciadores dentro de uma discursividade outra que não a sua. Reconhecemos que isso ainda acontece, pois há a necessidade de uma ordenação dentro da construção do texto.

Trabalhando com a psicanálise, entendemos o caso como uma ficção, resultado da transferência entre analista e paciente ou pesquisador e entrevistado (SOUSA, 2000). Assim, acreditamos que recortes muito fechados poderiam colaborar para um apagamento do sujeito, tomando-o unicamente como objeto de análise (KILOMBA, 2019). Ainda, de uma perspectiva pragmática, salientamos que dentro das SDs há elementos que, se não serão necessariamente interpretados, tem um papel relevante no que tange à descrição e à contextualização do dito/experenciado pelos enunciadores; no entanto, apontaremos ao leitor as situações em que isso se dê.

Na próxima seção, passamos a desenvolver a análise das SDs iniciando pela temática das políticas linguísticas, tema basilar e que cerceia a construção de nosso texto e a posição a partir da qual nossos entrevistados enunciam e se enunciam, acabam por ser um Outro do outro.

2.2 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO HAITI

“Falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização.”
Frantz Fanon (2008).

Antes de desenvolvermos uma discussão teórica acerca do funcionamento das políticas linguísticas no Haiti, permitimo-nos ouvir nosso E04 acerca da constituição linguístico/identitária de seu país ainda em seu princípio, durante o processo de colonização. Tomemos a seguinte SD, chamada de SD02, como uma introdução – e não um recorte discursivo para análise, propriamente –, lançando mão da narrativa de nosso entrevistado para dar espaço ao discurso *do* imigrante em algum nível de crueza.

Entendemos que alguma contextualização sobre as condições de produção do crioulo haitiano enquanto língua e do Haiti enquanto república deveria ser apresentada. Isso posto, optamos por apresentar um panorama a partir do dizer de nosso enunciador. As informações prestadas pelo entrevistado serão complementadas ou retificadas por produções acadêmicas na medida em que haja necessidade para tal. As sequências

discursivas que analisaremos adiante, ainda que se encontrem dentro do recorte que segue, serão marcadas normalmente.

SD02: *Pra falar sobre essa questão da/ da **língua do povo**/ eu tenho que voltar na história do Haiti/ um pouquinho/ brevemente. Pra entender melhor essa/ relação com essa língua tão/ uma relação tão particular/ que chega ser chamada/ língua chega a ser chamada/ a língua do povo. Então na história do Haiti a gente tem a/ colonização francesa. Por isso também que a gente fala o francês/ que a gente tem o francês como/ a nossa segunda língua oficial// Durante a// colonização francesa/ no Haiti a gente/ teve/ bastante/ africanos. Tem/ pessoas/ de cultura/ de língua/ africana/ que chegam no Haiti como pessoas escravizadas. Por quê/ em cinco de dezembro de mil quatrocentos e noventa e dois, o Cristóvão Colombo ele chegou no Haiti. Ele chegou na América como um todo/ bem antes, mas no Haiti ele chegou em cinco de dezembro de mil quatrocentos e noventa e/ dois. É/ ele trabalhava pra rainha Isabela/ Então quando ele chegou/ as pessoas que/ é o Cristóvão Colombo e os espanhóis encontraram lá no Haiti ahn/ Haiti que significa “terra de altas montanhas”/ Eles encontraram um povo/ que **são** os/ indígenas. Que são os pioneiros da/ da/ da terra do Haiti. Os/ primeiros habitantes/ basicamente// Eles escravizaram essas pessoas/ Essas pessoas que viviam em comunidade/ pequenas comunidades// tinham uma economia de subsistência// Não era uma economia de/ de/ de/ produzir e vender/ era pra sobreviver// Sendo escravizad/ Essas pessoas não conseguiam [inc.] morreram um monte// O povo foi **é/ disseminado**// Porque os estrangeiros/ os colonos/ eles/ vinham de lá/ da Espanha/ com doenças/ e ainda mais eles escravizaram esse povo que não ahn/ se acostumava/ com o ritmo do trabalho. Porque o Haiti é uma terra/ rica com ahn/ ouro/ e com outros/ outras riquezas que/ ficam na terra// Mas o ouro era o/ o/ o principal produto/ para os espanhóis. Eles queriam o ouro, então escravizaram os indígenas/ pra/ conseguir extrair/ o ouro. E os indígenas morreram. **Disseminaram**/ o povo. Pra/ conseguir continuar esse trabalho/ eles precisavam/ de uma mão de obra/ gratuita/ que possa trabalhar muito. Eles foram lá na África/ pra/ trazer/ africanos/ escravizar essas pessoas pra continuar o trabalho// Esses africanos chegaram e o país foi separado/ em duas partes// Tem a parte do Oeste que é a República do Haiti. E tem a parte/ no Leste/ que é a República Dominicana. A República Dominicana fala espanhol porque os espanhóis ficaram lá/ e a parte da República do Haiti fala francês porque foram os franceses que realizaram a colonização. Eles escravizaram os africanos/ e esses*

*africanos vieram de lá com as suas línguas/ com seus dialetos/ com tudo isso. Pra/ impedir/ qualquer movimento/ de revolta/ todos os africanos e africanas que falavam a mesma língua foram separados/ pra não ter comunicação/ pra não ter revolta/ pra não chegar na revolução/ pra não acabar a escravidão. Então a separação/ criou problema/ por quê/ os escravos não conseguiam falar/ entre si. Por quê/ se eu venho da Costa do Marfim/ eu não vou entender/ uma pessoa que vem/ do Senegal. Eu não vou entender também uma pessoa que vem do Beline/ Eu não vou entender uma pessoa que vem do Congo. Então/ as línguas/ os dialetos são diferentes/ Por isso a estratégia funcionou/ a estratégia de/ de/ de/ de separar, essas pessoas// mas veio/ outra possibilidade pra comunica/ porque a vontade de acabar com a escravidão foi mais forte/ do que essas estratégias// Então essas estratégias/ funcionaram/ durante um tempo. Depois desse tempo/ os escravos/ começaram/ a/ criar/ mecanismos/ pra conseguir comunicar/ eles pegaram/ algumas palavras CHAVES/ pra se comunica/ comunicar entre si// pra poder/ montar uma revolta. Então/ é daí/ daí que/ vem o crioulo/ porque tem palavras de/ TODOS OS PAÍSES de onde vieram esses/ esses africanos// Tem também/ algumas palavras/ do francês/ E como os franceses tinham contato com os espanhóis/ tem também palavras que vem/ do espanhol/ Então/ é uma mistura// Essa mistura/ é o crioulo/ O crioulo/ que é essa língua/ que a gente fala/ desde a época da escravidão. É chamada língua do povo porque foi/ a língua que ajudou o/ o/ o/ país pra chegar na revolução/ Que ajudou/ as pessoas escravizadas a chegar nessa posição de/ de/ de/ revolucionários por que eles criaram uma língua// Essa língua tem um/ um/ um/ sentido forte para todos os haitianos/ Por isso que chega a ser/ a língua do povo/ E o francês/ não poderia ter esse/ esse espaço/ no universo haitiano/ (...) porque é a língua/ da colonização/ é a língua do colono/ não poderia ter esse espaço/ então fica o crioulo/ por todas essas razões que acabo/ que eu acabei de falar// Então/ é por isso que o crioulo todo mundo fala/ desde/ o/ o/ bebezinho que começa a falar// algumas palavras pra chegar nas pessoas/ adultas/ os adultos// (...) o/ o/ o/ limite do crioulo/ começa/ no portão da escola// porque algumas escolas/ exigem/ o francês tem que ser falado/ é o **protocolo**/ mas/ em todos os outros lugares/ é o crioulo que prevalece// (E04, p. 07-08).*

E04 nos apresenta em seu relato esse recorte sobre a instituição do francês como uma língua oficial no Haiti e dos efeitos que essa língua traz na constituição do país e de seu povo. Em uma história violenta, e que já em seu princípio traz as marcas dessa

separação linguística que ainda ocorre nos dias de hoje – ainda que de uma forma menos explícita – o crioulo surge como uma língua de enfrentamento, uma língua como possibilidade de “*acabar com a escravidão*” (SD02 E04).

Pimentel, Cotinguiba e Ribeiro (2016) apontam com relação ao crioulo que ele é um vernáculo de origem dupla e de falantes majoritariamente negros. Para esses autores, a oficialização do francês como língua sofre efeitos do imperialismo francês mesmo após a independência do Haiti. Língua de contato entre escravos e franceses, o crioulo era até relativamente pouco tempo uma língua apenas falada. Passa-se a propor uma ortografia para ele apenas na década de 1940. Uma ortografia semioficial vai ser instaurada apenas 40 anos depois, em 1980.

Oliveira (2007), no prefácio de “*As políticas linguísticas*”, de Calvet (2007), pontua que a política linguística, enquanto conceito, relaciona-se com o multilinguismo e a sua gestão, bem como com as mudanças políticas que impactam no estatuto e no funcionamento de comunidades linguísticas. Calvet (2007) argumenta que a política linguística surge como uma resposta aos problemas de países em desenvolvimento ou de “minorias linguísticas”. Parece-nos que políticas linguísticas incidem sobre a alteridade ou a necessidade de reconhecimento da alteridade linguística. Oliveira (2007) ainda no prefácio salienta que:

[...] ‘política linguística’, para além de uma multidisciplina constituída de conhecimentos técnicos de linguística, antropologia, sociologia, história, direito, economia, politologia, mobilizados para a análise das situações linguísticas é [...] uma prática política, associada à intervenção sobre as situações concretas que demandam decisões políticas e planificação de políticas públicas (OLIVEIRA, 2007, p. 08-09).

Nesse sentido, a política linguística tem uma amplitude significativa. Por ser prática política, e, portanto, ter sua ocorrência na *pólis* e no contato entre seus cidadãos, transcende a esfera daquilo que é estabelecido por meio de uma determinação estatal. Engloba tudo aquilo que é da ordem das legislações sobre a língua, mas não se finda aí. Calvet (2007) propõe uma separação entre política linguística e planejamento linguístico, na qual a primeira seria a organização para tomada das grandes decisões relativas à relação entre a língua e a sociedade, enquanto planejamento linguístico, por outro lado, diria respeito a sua implementação e aplicação. A execução das políticas linguísticas no Haiti parece obedecer a uma lógica muito específica e nenhum pouco aleatória.

A partir da narrativa de E04, compreendemos que a dominação linguística – que como veremos é apontada também pelos outros entrevistados – não é um fato novo, não é uma questão de classe social apenas, mas se presentifica como a língua do Outro, marcando impossibilidades de se dizer – na medida em que o mesmo funcionamento político que institui o francês como uma língua legitimada separa, fisicamente, esses outros sujeitos e outras possibilidades de dizer.

Sabe-se que o colonizador pode (querer) impor a sua monolíngua (ou o que ele julga ser “uma” e “sua” língua), pela força e/ou pela lei, interditar, lançar o sujeito [...] no entre-dizeres, na interdição, ou melhor, no lugar confuso e sem dono do entre-línguas, que significa entre-culturas, entre-outros, entre mim e o outro, que é sempre “outros” (CORACINI, 2013, p. 47-48, aspas no original).

Essa interdição de lugares de se dizer perpetrada pelo colonizador francês se reatualiza e se repete nos dias de hoje, no funcionamento linguístico atual do país. Localizado na América Central e separado da República Dominicana por uma fronteira, o Haiti foi descoberto – ou invadido – em 1492 e teve sua independência em 1804. Sofreu por quase três séculos com a exploração e o funcionamento escravocrata instituído pela Espanha e pela França – notadamente essa última.

Cazeneuve e Nascimento (2016) apontam que, após a independência do Haiti, o país contava com cerca de 400 mil habitantes e destes apenas 2% falavam o francês, que é hoje, juntamente com o crioulo haitiano, uma de suas línguas oficiais. Para as autoras, isso se deve a um funcionamento linguístico e social bastante singular do Haiti.

Os filhos de escravas com homens brancos durante o período colonial vão para a França realizar seus estudos e retornam para o país e instituem o francês como língua oficial da nova república – na época, o ato de independência do Haiti é escrito em francês. Dessa forma, ainda que tenha se dado, legalmente, a independência da República do Haiti, é mantido um assujeitamento à França e aos costumes franceses. Mantém-se, portanto, um funcionamento colonialista assentado em uma divisão social.

Ainda sobre as políticas linguísticas, mas dessa vez em uma perspectiva mais pragmática, Calvet (2007) salienta que o aspecto estatal ou nacional é um traço importante de sua definição. Embora qualquer grupo possa elaborar uma política linguística, apenas o Estado tem condições de passar ao estágio de planejamento, colocando em funcionamento suas decisões acerca das políticas linguísticas determinadas. Nessa perspectiva, grande parte das políticas linguísticas são iniciativas

do Estado ou de setores do estado que disponham de autonomia (e acrescentamos: poder) dentro do funcionamento político estatal.

Após a independência do Haiti, quem assume o “topo” da pirâmide social na nova república são os citados filhos de brancos e de mulheres escravizadas, que se apropriam das terras dos pais e dão continuidade a seus negócios. Uma elite letrada, mas subserviente a uma ideologia burguesa passa então a organizar a república, mas o faz aos moldes europeus, determinando as políticas linguísticas que iriam perdurar por décadas e décadas. Sobre a replicação de uma dominação linguística por aqueles outrora dominados por ela, Coracini aponta que:

[...] o uso da língua (que nunca é apenas uma) pelo povo invadido, castrado, submetido ao poder do colonizador transforma o colonizado, o colonizador e a própria língua e, com esta, a cultura de um e de outro, pois ele a altera, movimenta-a, deixa na língua e em si mesmo uma espécie de cicatriz, de marca, de ferida (CORACINI, 2013, p. 50).

Essas pessoas que em algum momento foram marcadas pelo francês passam agora a marcar a partir dele, pois foram afetadas por essa língua anteriormente. Para Pimentel, Cotinguiba e Ribeiro (2016), a ideologia do colonizador é assimilada pelo colonizado e, mesmo após a independência do Haiti, as práticas colonialistas são mantidas. Seus corpos *são* e são marcados por esse enlace com o francês. Sua *língua* se faz – também enquanto órgão – a partir dele e da violência que impõe. Frantz Fanon (2008) vai discutir os efeitos da língua no processo de colonialismo, efeitos que se dão mesmo séculos após a independência de sua ilha. Para ele, o negro antilhano se tornará mais branco à medida que adotar a língua francesa, nesse movimento, aproximando-se mais do “homem verdadeiro”. Essa seria, para o autor, uma das possíveis razões pela busca do francês como possibilidade de o falante se significar.

Acerca dos efeitos da colonização no estabelecimento de políticas linguísticas, Bethania Mariani (2004) pontua que:

[...] a colonização linguística supõe o estabelecimento de políticas linguísticas explícitas como caminho para manter e impor a comunicação com base na língua de colonização. Delimitando os espaços e as funções de cada língua, a política linguística dá visibilidade à já pressuposta hierarquização linguística e, como decorrência dessa organização hierárquica entre as línguas e os sujeitos que as empregam, seleciona quem tem direito à voz e quem deve ser silenciado. A formulação e execução de uma dada política linguística, no entanto, não impede totalmente a circulação e o amalgamento das línguas e dos sentidos (MARIANI, 2004, p. 31).

Compreendemos a partir do exposto pela autora que o processo de colonização tem relação direta com a implementação e manutenção de determinadas políticas linguísticas que instituem o funcionamento social. Passa a regulamentar não apenas o que pode ser dito, como em uma FD, mas passa a regulamentar a língua na qual determinado enunciado pode ser proferido.

Pimentel, Cotinguiba e Ribeiro (2016) pontuam que, embora o francês não tenha impedido o desenvolvimento do crioulo haitiano enquanto uma língua utilizada pelo povo, no âmbito social e na escrita, ela sempre recebeu um papel de destaque.

A língua francesa no Haiti sempre foi e ainda é a língua do Estado, a língua de administrações, a língua de acesso aos conhecimentos, a base da literatura haitiana, a língua de acesso ao mundo letrado, a língua preferida dos setores público e privado, a língua da elite, isto é, a língua de prestígio, a língua de poder, a língua de desentendimento e de separação entre pares (CAZENEUVE; NASCIMENTO, 2016, p. 77).

O apresentado pelas autoras aparece reiterado na fala de nossos entrevistados, como podemos observar na SD03:

SD03: *O Haiti é/ bilíngue, um país que fala duas línguas. Portanto crioulo e francês. Crioulo como **linguagem**/ popular/ nativa. Por quê/ quando você/ qualquer haitiano, tipo, ou seja, todos os haitianos falam crioulo. Porém tem uma parte da população que não fala francês. Ou seja, o francês é estabelecido como uma língua elitista, uma língua que é somente algumas pessoas que têm algum acesso à educação, algum grau de educação que são capazes de/ exprimir naquela língua/ Então. É/ uma história. É um fenômeno que// Que acontece devido o processo colonial, o passado colonial do país (E02, p. 03).*

E02 parece perceber os reflexos da instituição do francês como língua oficial no funcionamento social de seu país de origem. A cisão social apontada pelas autoras é reforçada em sua fala quando explica que “*todos os haitianos falam crioulo*”, mas “*o francês é estabelecido como uma língua elitista*”. Essas são marcas linguísticas que apontam uma separação entre essas duas línguas e seus falantes, uma vez que apenas quem tem algum acesso à educação vai ser capaz de se comunicar a partir do francês. O crioulo é a língua que é falada por todos, vem fluida, uma língua de enlace com os pares.

O francês, por outro lado, é elitista. Aparece na *língua* dos falantes por um processo de institucionalização da língua. Obedece a um funcionamento linguístico muito mais regulamentado – não poderíamos dizer engessado – e institucionalmente se marca no funcionamento e na *língua* dos falantes. Não se finda aí, entretanto. Marca-se também nas relações, funcionando em um movimento antagônico de expulsão e de retenção, dividindo, como outrora, os falantes a partir de sua relação com essa língua, organizando a sociedade legitimada a partir dela e estabelecendo um *protocolo* (SD02 E04) de funcionamento social a partir dele.

Marca-se então uma espécie de – sempre ilusória – cisão entre a língua do povo e a língua do colonizador. A primeira se marca como possibilidade, como uma língua que nasce da necessidade e que se faz possibilidade para se dizer e resistir. Ao contrário, a língua do colonizador vem de fora. É língua que é trazida e imposta. Marca corpos e marca memórias discursivas. Se confunde com a história do país.

Em verdade elas não se separam. A primeira, o crioulo, língua que vem fácil e que flui, nasce como um desdobramento do francês. Já aí se marca uma dimensão de entre-línguas. Ela se constitui nessa posição de entremeios, sendo, talvez, mais que um desdobramento, o resultado de confluências que envolvem o francês mas que vão para além dele.

O francês, língua do colonizador e do Outro, vem sempre de um outro lugar, perde-se a naturalidade pois coloca-se em perspectiva: vê-se o francês a partir da relação que se têm com o crioulo.

Na história de ambas há certa confluência, bem como nas práticas linguísticas dos falantes. Língua do povo e língua do colonizador se marcam como distintas possibilidades, outrossim, há em ambas algo de (in)familiar.

SD04: *o/ o/ o/ limite do crioulo/ começa/ no portão da escola// porque algumas escolas/ exigem/ o francês tem que ser falado/ é o protocolo/ mas/ em todos os outros lugares/ é o crioulo que prevalece//* (E04, p. 08).

Esse *protocolo* só passa a considerar o crioulo como uma língua haitiana a partir do século XX. Pimentel, Cotinguiba e Ribeiro (2016) salientam que apenas na década de 1940 é que se começa a propor uma ortografia para o crioulo, muito embora a oficialização do crioulo como uma das línguas oficiais do país só ocorra a partir da constituição haitiana de 1987.

Nesta seção, buscamos apresentar algumas concepções gerais sobre políticas linguísticas, bem como sobre a situação linguística/social do Haiti. Entendemos pertinente fazer isso a partir de um breve panorama histórico, uma vez que concordamos com o E04 quando ele aponta que “[...] *pra falar sobre essa questão da/ da língua do povo/ eu tenho que voltar na história do Haiti/ um pouquinho/ brevemente*” (SD02 E04).

O funcionamento das políticas linguísticas em um aspecto mais concreto, na forma como afetam os sujeitos produzindo-os e situando-os na posição de entre-línguas, será abordado nas próximas subseções, a partir dos efeitos que promovem em nossos entrevistados. Assim, na próxima subseção, desenvolveremos essa discussão a partir dos espaços sociais atravessados por essa língua do Outro, que, por consequência, promovem silenciamentos.

2.2.1 Espaços de regulamentação linguística

O francês é apresentado pela narrativa de nossos entrevistados como uma língua-outra. Como visto anteriormente, uma cisão entre língua materna e estrangeira – que como entendemos é uma língua outra, uma língua estranha, mas não um idioma estrangeiro – é sempre ilusória. A língua materna e a língua outra se confundem na língua dos falantes, uma vez que essas posições – materna/estrangeira – não são estanques. Como vimos, toda língua, mesmo a materna, vem de um Outro e de um outro lugar (DERRIDA, 1996), sendo, em um primeiro momento, estrangeira para o falante (LEITE; SOUZA JR. 2021).

Para nossos entrevistados, esse afastamento entre língua materna e língua estrangeira se mostra mais presentificado. Como pudemos ver na SD03, em que E02 se refere ao crioulo como língua popular e nativa e ao francês como uma língua elitista (*O Haiti é/ bilingue, um país que fala duas línguas. Portanto crioulo e francês. Crioulo como **linguagem**/ popular/ nativa. (...) todos os haitianos falam crioulo. Porém tem uma parte da população que não fala francês. Ou seja, o francês é estabelecido como uma língua elitista, uma língua que é somente algumas pessoas que têm algum acesso à educação, algum grau de educação que são capazes de/ exprimir naquela língua/), há uma diferenciação significativa na relação com ambas as línguas. Entendemos adequado, a partir do referencial que trabalhamos e de nosso entendimento de sujeito, remarcar a forma como os enunciadores compreendem a relação com cada uma dessas*

línguas, desse modo, não nos parece adequado abafar essa diferença na relação singular que mantém com cada uma delas.

Assim, o leitor irá se deparar, neste texto, com referências ao enlace entre língua materna e língua estrangeira (sempre entendendo esta como uma língua estranha, do outro) grafada de duas formas. A primeira delas grafa-se *materna-estrangeira*. O hífen não aponta uma separação entre os significantes, em verdade marca a possibilidade de aproximação entre ambas as línguas. A língua materna que sempre vem do Outro e a língua estrangeira – *unheimlich* – que tem em si a possibilidade de se fazer materna para o falante. Essa forma de grafia será por nós utilizada doravante quando intentarmos nos referir a ambas as línguas a partir de nosso entendimento e aporte teórico. A segunda possibilidade de grafia, respeitando e analisando o entendimento de nossos entrevistados, grafa-se *materna e estrangeira*, *materna ou estrangeira* e outras formas possíveis que apareçam na fala dos enunciadores ou nos deslizos da escrita. Por ser resultado dos entendimentos de nossos entrevistados acerca dessa relação entre-línguas, não se fecha a possibilidade de grafia.

SD05: *MAS, da/ na casa, a gente fala crioulo, na rua crioulo como língua popular, mas o francês é uma língua que// poderia chamar hã/ de língua ou/ que tem uma forma elitista. Tipo na escola, nos escritórios/ (E02, p. 01).*

Na narrativa dos nossos entrevistados, o uso do francês aparece associado a um funcionamento institucionalizado dessa língua. Se é marcado como uma língua de dominação, isso não se dá de forma abstrata e imaginativa. No cotidiano social do Haiti, o francês se presentifica como uma língua que impõe barreiras. Isso não se dá, cabe ressaltar, de forma fluida. Institucionalizada e presente nos espaços escolares, o francês recebe daí parte de seu prestígio.

O E01, embora não nomeie o francês como uma língua elitista assim como o faz E02, aponta os silenciamentos promovidos por essa língua dentro da comunidade de falantes, um silenciamento que atravessa os sujeitos na medida em que há, em determinados espaços, uma única língua legítima e possível (*Tipo na escola, nos escritórios/ [SD05 E02]*). Silêncio que é também reverberado e replicado por esses sujeitos, quando apontam a língua do outro como falha, assim como nos é apontado novamente pelo E01:

SD06: *lá tem um preconceito linguístico (...) Pra quem fala francês ou não fala. (...) Por exemplo, to falando francês, eu faço uma frase/ eu faço uma frase/ eu falo alguma coisa meio que mistura em crioulo haitiano/ o que acontece, a pessoa vai falar “ah você não fala francês”/não, não fala/ entendeu. MAS não tem nada a ver. É que as pessoas é/ a/ é as// Às vezes as pessoas não pensa que/uma língua seria um meio de comunicação/ entendeu. (...) É por isso que/ a gente aprende o francês meio que na escola. Em casa não. Daí fica uma língua/ é/ PRESTIGIADA, entendeu. “Ah eu falo francês eu sou chique”. As pessoas pensam assim. Mas não tem nada a ver. (...) O crioulo é a mesma coisa. Se você fala crioulo/ tranquilo, é um meio de comunicação. Você/ você fala, a pessoa entende/ então tá ótimo. Mesma com o português (E01, p. 15).*

Para algumas pessoas, a língua deixa de ser um instrumento de comunicação. Passa a ser ferramenta de dominação linguística, tal qual ocorreu e ocorre em países colonizados, como nos casos do Haiti e do Brasil. Entendemos que no Haiti, em função da coexistência de duas línguas verbais oficiais, esses conflitos se deem de forma mais acentuada. Se o francês é uma língua prestigiada ou uma língua elitista, lança-se mão dela para marcar essa diferença entre o *eu* e o *outro* (*a*), separando esses lugares enunciativos e buscando a estabilização de uma singularidade a partir dessa língua – que é minha, mas também de um Outro e por isso me interessa (“*Ah eu falo francês eu sou chique*” [SD06 E01]). Nossa leitura de que essa cisão entre o sujeito e os pares se dê mais em função de uma idealização da língua e de uma posição da qual o sujeito poderia se enunciar é confirmada pelo E01. Diz ele:

SD07: *Como que a maioria/ por exemplo o crioulo tem muito a ver com o francês/ daí se você ta falando francês, já você/ tem o sotaque crioulo, digamos assim, a pessoa já vai falar “ah ele não fala bem o francês”. (...) É por isso eu posso dizer no que você falou, talvez esse pré conceito/ seja nas pessoas que já falam o francês OU/ entende/ pode ser que você entende o francês mesmo errando também, e ta julgando a outra pessoa, entendeu? (E01, p. 16).*

Mais uma vez, E01 marca essa diferenciação mais como uma diferença idealizada do que como uma diferença real de fato. Para ele, essa diferença não ganha corpo, uma vez que, como aponta na SD06, as línguas servem para comunicação (*Você/ você fala, a pessoa entende/ então tá ótimo*) e para o acesso a novos espaços e a novas

oportunidades. Nesse sentido, o preconceito linguístico que incide sobre os falantes de francês não ocorre com os falantes de outros idiomas, como o inglês, por exemplo.

Parece-nos que essa hostilidade com relação a determinadas pronúncias e usos do francês possa dizer de duas questões: a primeira, como já abordada, é dessa *pequena diferença* entre o *eu* e o *outro*, diferença que é marcada para que o “meu” lugar tenha estabilidade. Para E01 (SD06), *as pessoas* marcam ou promovem esses espaços de silenciamento. Por outro lado, ainda na mesma SD, o enunciador aponta que “Às vezes *as pessoa não pensa*”, reconhecendo um funcionamento automatizado, portanto, atravessado por um determinismo ideológico. Não se pensa que a língua é um meio de comunicação e que, portanto, esse preconceito perde a razão de ser. Simples reprodução de um funcionamento que transcende o sujeito e sobre o qual ele de fato não pensa.

A segunda vem se manifestar como uma hostilidade com relação ao *idioma em si*, um idioma cuja aprendizagem é imputada às crianças nas escolas e aos falantes em determinados espaços sociais. Isso ajudaria a entender por que razão pessoas que eventualmente apenas entendem o francês e que na fala cometem (nas palavras de E01) erros replicariam esse preconceito. Talvez a tentativa de silenciamento não seja a da fala do *outro*, mas sim do idioma do colonizador.

Fanon (2008, p. 37) aponta que “Em um grupo de jovens antilhanos, aquele que se exprime bem, que possui o domínio da língua, é muito temido; é preciso tomar cuidado com ele, é um quase branco. Na França se diz: falar como um livro. Na Martinica: falar como um branco”. Compreendemos que ao falar em “[...] domínio da língua”, o autor não se refira a qualquer uma, mas sim ao francês, que tem uma certa “função de rechaço” com relação ao crioulo. Poderíamos entender então que o francês, mesmo – e principalmente – aquele “bem falado” seja hostilizado por reatualizar os efeitos do colonialismo.

Nessa perspectiva, Pimentel, Cotinguiba e Ribeiro (2016), citando o linguista haitiano Dejean (1983), salientam que no Haiti o francês é uma língua estrangeira para todos. Ao haitiano menos favorecido, ela se presentifica como a língua dos brancos colonizadores; para a elite escolarizada, ela é a língua *da* França – nesse sentido, a proposição *da* aponta para a ideia de pertencimento e não de origem – e de outros países francófonos. O francês, portanto, sempre se faz a língua do Outro.

Essas tentativas de silenciamento que se dão entre os falantes se presentificam como uma tentativa de denegar esse Outro colonizador que determina as posições do sujeito colonizado, suas posições e suas possibilidades de enunciação, uma vez que essa

língua do colonizador é a que impera nos espaços sociais prestigiados, como a escola. Assim, a língua do Outro colonizador atua trabalhando para um apagamento do crioulo enquanto língua falada pela maioria da população¹³, sendo tomada por E01 como língua materna e por E02 como língua popular. Essa língua do Outro apaga, além do crioulo enquanto língua, traços da cultura e da identidade do povo haitiano, do crioulo haitiano que circula e sustenta o funcionamento das ruas.

Por outro lado, esse atravessamento linguístico promovido e experimentado por aquele que verbaliza “*ah ele não fala bem o francês*” (SD07 E01) mostra marcas de um funcionamento ideológico que atravessa a ambos: tanto aqueles que apontam que os pares não falam bem o francês, quanto aqueles a quem esse discurso se dirige, e diz mais do que de uma relação linguística, dá indicativos de um funcionamento social que constrói uma ideia de aporia e nela enreda sujeitos que virtualmente estejam na mesma posição enunciativa. Nesse sentido, fazendo referência a Balibar, Pêcheux pontua que:

O fato de que a língua, escreve E. Balibar, seja “indiferente” à divisão de classes e a sua luta, não quer dizer que as classes sejam “indiferentes” à língua. Ao contrário, elas a utilizam, de modo determinado, no campo de seu antagonismo, especialmente na luta política (PÊCHEUX, 2016, p. 82, aspas no original).

Assim, ainda que a língua enquanto objetivo científico *concretamente abstrato* obedeça a uma mesma ordem e funcionamento para todos os seus falantes – e imponha isso –, ela é utilizada por eles de diferentes formas, visando, assim, à apropriação do poder simbólico por parte desses falantes. O paradoxo é que esses sujeitos falantes estão – pensando uma divisão de classes estruturada a partir da separação entre colonizados e colonizadores – do mesmo lado. A oposição que se apresenta é fantasística.

Nas duas perspectivas abordadas e possíveis, entendemos que esteja em ação um funcionamento ideológico que determina o que pode e deve ser dito por cada falante. Essa regulamentação linguística, na medida em que opera silenciamentos, mas não um apagamento massivo da língua, opera, como vimos, de distintas formas em diferentes espaços sociais.

Uma regularidade discursiva importante que aparece na narrativa de nossos entrevistados é acerca do papel da escola na construção de sua identidade linguística.

¹³ Entendemos que, mais do que um silenciamento das possibilidades de dizer daquele que enuncia, por vezes há um *apagamento* ou tentativa de apagamento, de fato, do crioulo enquanto língua. Ilusão e tentativa de implementação de um monolinguismo.

Em seus enunciados, é palpável a importância que os espaços escolares têm na perpetuação do francês como uma língua de dominação. Sobre essa temática falaremos na subseção seguinte.

2.2.2 A escola ecoando silenciamentos

A dominação linguística é por vezes institucionalizada e legitimada. Referimo-nos aos padrões adotados nas instituições de ensino relativos aos usos das diferentes línguas. No que diz respeito ao Brasil, país tido imaginariamente como monolíngue, esses padrões se dão no sentido da legitimação de um português tido como “correto”. Uma tentativa de controle dessa língua expressa pelo aluno que vai desde a sua forma de escrever – em um português padrão – até a forma como verbaliza essa língua – sem marcas de dialetos ou de regionalismos que afastem essa língua de uma norma determinada, social e economicamente, como adequada.

No Haiti, país oficialmente bilíngue, essa dominação linguística perpassa também a escolha do idioma a ser trabalhado no espaço escolar, escolha que reflete o funcionamento social externo e que por sua vez reflete também *nesse* funcionamento. Nesse sentido, entendemos que, mais do que operar silenciamentos linguísticos, ela acaba por ecoar silenciamentos que já ocorrem em espaços sociais diversos.

A forma como essa interlocução entre o crioulo e o francês é trabalhada nos espaços escolares vai variar em cada relato de nossos entrevistados. E01 aponta que:

SD08: *Você vai, chega na escola, e você vai ter que aprender, por que o// sistema educacional no Haiti é tudo em francês: Os livros, os professores geralmente, eles ministram as aulas em francês, MAS pra explicar direitinho pro/ pro aluno, geralmente é mais crioulo* (E01, p. 16).

Nessa escola em que o entrevistado estudou, parece-nos, há uma separação menos estanque entre o idioma institucionalizado e o idioma que, de forma majoritária, circula nos espaços sociais. Na SD08 E01 nos diz que, embora as práticas e os materiais institucionalizados se deem lançando mão do francês para sua organização, pois – reiteramos – são institucionalizados, o mesmo não se dá quando se faz necessário “*explicar direitinho*”, situações em que se usa “*mais crioulo*”, ainda que a língua dos livros e daquilo que vem marcado e busca-se marcar, seja redigida em francês.

Refletindo sobre possíveis razões pelas quais isso se dê, somos levados a pensar novamente no movimento já citado de um afastamento ou de uma negação da língua do colonizador. Faz-se necessário apropriar-se dela na medida em que o sujeito se insere em determinados contextos e práticas, situações nas quais se faz necessária a obediência de determinados *protocolos*. Nesse mesmo movimento de retorno – ao crioulo –, retomamos a língua e seus efeitos. Para além daquilo que é verbalizado algo ainda resta. O francês, essa língua do Outro e código simbólico, não dá conta de abarcá-lo, então se retorna a essa língua dita materna. Ali existe possibilidade de mais (por vezes *demais*), e de dizer ou de explicar *direitinho*.

Na narrativa do E03, a escola vem como uma complementariedade, como uma possibilidade para a apreensão do francês e não necessariamente como uma imposição.

SD09: *Mas a gente/ a gente fala mais o crioulo, mas pra poder falar mais o francês a gente precisa ir na escola. Quem não/ for pra escola/ fica um pouco difícil pra poder/ falar o francês mas o crioulo/ mesmo que a pessoa não/ foi pra escola/ ela consegue falar o crioulo normalmente//* (E03, p. 02).

Nessa SD soa como se a escola não apresentasse o francês como uma imposição, mas sim como uma possibilidade (ainda que necessária), de acesso a esse idioma outro e eventualmente outros espaços sociais. Ainda se marca a naturalidade com que o crioulo circula na sociedade, uma vez que, ainda que a pessoa não tenha ido para a escola, ela pode falar o crioulo normalmente.

Essas abordagens mais “sutis” com relação ao ensino do francês nos espaços escolares haitianos são bastante distintas daquela experienciada por E02. Sobre as escolas de E01 e E03 não temos muitas informações, entretanto, o E02 ressalta que a escola em que estudou é uma escola católica e particular. No entendimento do enunciador, esses fatores colaboram para que a escola enfatize o ensino de francês. Observemos a seguinte SD:

SD10: *Pra mim na época era// tipo era// a melhor coisa entendeu, era a melhor coisa pra mim tipo “ah, eles tão ensinando a gente a falar francês,” que seja/ a falar francês a qualquer custo/ que, nem que seja proibir a sua língua nativa. Mas depois que (...) eu conseguir ter um/ um raciocínio melhor, eu percebi que era uma violência/ que era um, um uma forma de violência que/ estava sendo feita. Um/ uma violência simbólica/ sobre*

os alunos. (...) Para ahn/ para forçar a pessoa a falar uma outra língua. Então/ eu acho que é uma forma de violência muito/ MUITO FORTE, porque, lá em casa, quando eu to em casa quando eu to na rua, eu converso em crioulo, falo em crioulo com os meus pais. Ahn/ falo crioulo na rua. Minha me/ minha avó/ não fala francês. Então as pessoas/ maioria da minha família então/ E/ e eu era OBRIGADO a/ a aprender e a exprimir naquela língua. Então/ durante/ durante o processo pra mim eu acho que foi de boa/ foi normal, era uma coisa normal pra mim. Que eu até pensei que era para o meu bem, mas depois eu percebi que era muito errado. Muito muito errado (E02, p. 03).

A partir da narrativa do entrevistado, é possível ver a dominação perpetrada por essa escola em específico. Nosso entendimento se dá a partir de marcas linguísticas presentes na SD apresentada que colocam em evidência a imposição linguística efetuada por essa escola. Chama-nos a atenção nessa SD, e corroboram nosso entendimento, significantes como *violência*, o verbo *proibir* no infinitivo e a marcação – com ênfase por parte do entrevistado – de que ele era *obrigado* a aprender naquela língua. Todos esses significantes são muito incisivos e apontam uma forma de violência no espaço escolar, uma violência que trabalha em função ou em razão da sujeição desses sujeitos na posição de alunos.

No espaço dessa escola, não só o francês é incentivado como uma língua legítima e possível em detrimento do crioulo como esse último tem sua circulação vetada! Esse é um movimento tão intenso e tão marcado que E01, hoje adulto e realizando uma formação universitária no campo das humanidades, reconhece como uma *violência simbólica*. É muito potente essa fala e nos provoca sobre uma série de questões que, baseando-se também nos elementos trazidos pelas SDs anteriores, serão abordadas nas próximas linhas.

O primeiro ponto que nos chama a atenção é o reconhecimento dessa posição anteriormente ocupada (ainda que de forma socialmente determinada). Reconhecemos aí a alteração de uma posição discursiva por parte do enunciador. “*Na época era*”, o verbo *ser* no pretérito imperfeito dá indícios de que não mais é. Não é mais a melhor coisa como era, para ele, anteriormente. Outrora, o enunciador, atravessado por uma formação discursiva que poderíamos caracterizar como *produtivista* ou *escolar*, entendia esse movimento como legítimo, agora não mais. Por quê?

Para avançarmos, talvez seja necessário relembrarmos que uma formação discursiva vai dizer do que é legítimo expressar em determinada situação e em determinado momento. Filiados a uma determinada formação ideológica, esses discursos adquirem um caráter de legitimidade e de “transparência”. Passam a fazer sentido para a pessoa naquela determinada posição discursiva. A importância da ideologia para a AD é tratada por Pêcheux em “*Semântica e discurso*” (2016), na qual o autor propõe uma aproximação entre a ideologia e o inconsciente, pois de acordo com o autor:

[...] o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como *ideologia* e *inconsciente* é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências “*subjetivas*”, devendo entender-se este último adjetivo não como “que afetam o sujeito”, mas “nas quais se constitui o sujeito” (PÊCHEUX, 2016, p. 139, grifos no original).

Para ele, a ideologia “recruta” sujeitos entre os indivíduos a partir da interpelação, por meio da identificação do indivíduo com a formação discursiva que o domina, passando o conteúdo dessa formação discursiva a se presentificar em seu discurso. Assim, ela interpela os indivíduos em sujeitos livres para que, livremente – e aí se implica o efeito de evidência por ela provocado – possam se submeter às ordens do *Sujeito* – Pêcheux faz uma aproximação entre o conceito de Sujeito (com maiúscula) em Althusser (1970) e Outro em Lacan (1957-1958 [1999]; 1973 [1996]), propondo um paralelo entre o assujeitamento ideológico e o recalque inconsciente (PÊCHEUX, 2016).

Pêcheux também postula que, ao pensarmos sobre o sujeito, não é sobre o sujeito empírico que o fazemos, mas sobre uma posição de sujeito. Para ele, a posição de sujeito carrega marcas daquilo que, para determinado sujeito, deve ser assim. Ou seja, a ideologia, promovendo efeitos de evidência, vem colocar os sujeitos em determinadas posições discursivas, ou posições-sujeito, de modo que, nessa posição específica, são demandados e possibilitados ao sujeito determinados discursos (entendidos aqui em seu caráter amplo, incluindo, portanto, práticas) que reiteram ou marcam essa posição discursiva.

Desse modo, o enunciador ainda dentro do espaço escolar e convivendo diariamente com esse funcionamento institucional que veda sua língua nativa não vai perceber o quão danoso é esse funcionamento para si e para os pares, uma vez que essa

era “*a melhor coisa entendeu, era a melhor coisa pra mim*” (SD10 E02). Um efeito de evidência que vem como resultado de um funcionamento ideológico presente no espaço escolar.

Por fim, cabe salientar que, tal como proposto por Althusser, filósofo marxista francês do qual Pêcheux se vale para a construção de sua teoria, a escola e a igreja são Aparelhos Ideológicos de Estado (doravante AIE) de extrema importância para a reprodução das condições de produção na sociedade capitalista.

Para Althusser, “[...] o estado é uma ‘máquina’ de repressão que permite às classes dominantes [...] assegurar a sua dominação sobre a classe operária” (ALTHUSSER, 1985, p. 31). Essa dominação vem no sentido de perpetuar e manter determinado funcionamento social já estabelecido. Desse modo, o Estado lança mão dos Aparelhos de Estado, que têm um funcionamento repressivo, podendo se tratar de uma repressão violenta ou não, e são públicos (como as polícias, os exércitos, as prisões).

Por outro lado, temos os já citados Aparelhos *Ideológicos*¹⁴ de Estado, instituições especializadas e distintas que são geralmente privadas (Althusser postula que o Estado não é privado nem público. É o Estado – da classe dominante – que vai permitir a divisão entre o privado e o público). Funcionando marcadamente por meio da ideologia, os AIE se subdividem em: AIE escolar; AIE familiar; AIE político; AIE religioso; e outros.

Para o autor, na idade média a igreja atuava como AIE fundamental, pois acumulava funções que hoje são distribuídas entre vários outros AIE. Entretanto, ainda é lembrado “[...] nos sermões e noutras grandes cerimônias do Nascimento, do Casamento, da Morte, que o homem não é mais que cinza, a não ser que saiba amar os seus irmãos até ao ponto de oferecer a face esquerda a quem já o esbofeteou na direita” (ALTHUSSER, 1985, p. 63), inculcando assim a ideia – velada – de submissão a esse Outro, burguês ou colonizador.

Se, por um lado, para o autor, a igreja perde protagonismo em relação aos outros AIE, ganha força o AIE escolar, uma vez que ele dispõe da audiência – durante boa parte do dia, durante boa parte da semana – obrigatória e gratuita para a quase totalidade dos jovens em idade escolar na formação social capitalista.

¹⁴ O termo *ideológico*, neste caso usado em itálico, marca o modo de funcionamento pelo qual operam esses aparelhos, para distingui-los dos Aparelhos Repressivos de Estado.

[...] é através da aprendizagem de alguns saberes práticos (*savoir-faire*) envolvidos na inculcação massiva da ideologia da classe dominante, que são em grande parte reproduzidas as *relações de produção* de uma formação social capitalista, isto é, as relações de explorados com exploradores e de exploradores com explorados. Os mecanismos que reproduzem este resultado vital para o regime capitalista são naturalmente envolvidos e dissimulados por uma ideologia da Escola universalmente reinante, visto que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a Escola como um meio neutro, desprovido de ideologia [...] em que os mestres, respeitosos da “consciência” e da “liberdade” das crianças que lhes são confiadas (com toda a confiança) pelos “pais” [...] os fazem aceder à liberdade, à moralidade e à responsabilidade de adultos pelo seu próprio exemplo, pelos conhecimentos, pela literatura e pelas suas virtudes “libertadoras” (ALTHUSSER, 1985, p. 66-67, aspas no original).

A escola se apresenta, nessa perspectiva, como um espaço em que, para além da construção de saberes, perpetua-se determinado funcionamento social. Nas escolas haitianas, na escola de E02 notadamente – em razão talvez de estar associada ao AIE religioso –, essa função da escola ocorre de forma ainda mais marcada. A língua do Outro não aparece aqui de forma velada tal como se dá em países como o Brasil, onde o idioma ensinado nos espaços escolares é – com exceções – o mesmo idioma falado pelas famílias em suas casas – embora saibamos que ainda assim essas línguas não coincidem, haja vista o grande número de variações linguísticas presentes no território nacional brasileiro. No Haiti, o que se opera é da ordem de uma cisão. Com quatro para cinco anos de idade, as crianças são inseridas nos espaços educacionais e a partir daí a língua que falavam até então é por vezes silenciada.

SD11: [...] *por exemplo tem uma coisa de/ jeton. Jeton é um pequeno cartão/ cada um tem cinco por semana/ e cada vez que você se exprime em crioulo, você dá esse/ O seu amigo tem o direito de reclamar um jeton. Tipo aquele cartão. Esse cartão no final de semana/ no final de semana ou no final do mês vai ser somado pra te dar um ponto. Ponto de disciplina e ponto em francês, na língua francesa/ que era uma matéria a parte. Então/ tem todo um sistema estabelecido, todo uma engrenagem ãh/ para impedir que essa pessoa se exprime naquela língua entendeu//* (E02, p. 04-05).

Esse esquema de pontuação apontado por E02 nos remete ao funcionamento capitalista ao qual se assujeitam a escola e a igreja como AIE, duplo assujeitamento dessa escola católica, portanto. Impõem-se metas aos alunos, modos de proceder para atingir determinados objetivos – não perder pontos. Assim,

[...] não há identidade possível a não ser na ilusão, na promessa sempre adiada da coincidência consigo mesmo, do pertencimento imaginário (e inventado) a uma nação, a um grupo que iguala ou assemelha aqueles que são desiguais, inassimiláveis. Ora, sabemos que a identidade pode ser imposta, resultar de uma relação de poder, pode ser efeito de dominação; onde alguém sabe a verdade, alguém pode falar em nome do outro, responder pelo outro, dizer o outro... [...]. (CORACINI, 2013, p. 49).

O francês, talvez em razão desse funcionamento institucionalizado, talvez em funções das segregações que acaba por promover, separando aqueles que falam daqueles que não falam e aqueles que frequentam determinados espaços daqueles que não os frequentam, acaba sendo experienciado como uma língua outra:

SD12: *E/ com o ensino médio/ a gente vai ter contato, agora com outras línguas. Que seria o FRANCÊS/ não. O inglês e o espanhol* (E01, p. 02).

Nessa sequência, o francês é remarcado como uma língua do outro. Aquilo que já vinha sendo apontado aparece aqui com ênfase, pois aparece em um comparativo. Apenas no ensino médio é que vão ter contato “*com outras línguas*”, o francês dentre elas. Embora o enunciador corrija seu deslize, o já dito permanece. E ele vem com ênfase: quando fala de outras línguas, o francês grita. Vem com potência.

Não entendemos ou tencionamos crer que o francês apareça no espaço escolar apenas no ensino médio. Não supomos que esse deslize tenha sido um simples equívoco – já que o inconsciente se marca e se faz presente. Entendemos, a partir dessa construção frasal e dessa ênfase do enunciador com relação ao francês e todas as marcas do interdiscurso, que, de fato, quando fala de outras línguas, das línguas de outrem e do Outro, o francês se situe entre elas.

SD13: *Eu tenho vergonha de falar por que as pessoas vão me julgar. E as pessoas julgam mesmo, entendeu. (inaudível) É por isso que eu digo que algo que é mais/ que é mais profundo, digamos assim/ Por que não é só na questão de língua/ Acontece em outras coisas né. Como que a gente tá falando de línguas eu/ eu/ eu abro esse parentêse, mas/ eu acho que é mais do que isso. Porque, se for ver, por exemplo, eu to falando inglês lá, e ninguém vai me julgar. Só se a pessoa domina inglês mesmo* (E01, p. 16).

À guisa de síntese – mas não necessariamente de conclusão, não ainda –, apontamos que as políticas linguísticas tal como impostas e aplicadas no Haiti trazem ainda hoje reflexos muito presentes de um funcionamento colonialista que determina as posições dos falantes no funcionamento linguístico e social do país. Ainda que a França não tenha mais controle político deliberado sobre o Haiti, o país ainda é marcado por um funcionamento ideológico de assujeitamento a esse Outro.

Determinados setores e classes políticas e sociais do país, identificando-se ou tencionando se identificar com esse Outro como colonizador, Outro europeu, impõem o francês como a única língua legitimada em determinados espaços e situações. Isso posto, a partir de nossa leitura é possível afirmar que, embora o Haiti tenha duas línguas oficiais, tendo o crioulo sua legitimidade linguística atestada a partir da constituição de 1987, ainda há por parte de setores dominantes da sociedade haitiana uma tentativa de apagamento dessa língua.

Nessas tentativas, veladas ou não, de deslegitimação do crioulo, a escola tem um papel fundamental. Em seu funcionamento institucional, as escolas atuam incitando o uso do francês como língua majoritária e adequada, uma vez que a produção escrita e os materiais didáticos se dão nessa língua. O que varia, em nosso entendimento, é aquilo que é da alçada dos falantes. Os professores, aparentemente (SD07 E01, p. 16), podem por vezes assumir uma outra posição discursiva nessa formação ideológica e enfatizar o uso do crioulo, utilizando-o em sua prática para *explicar direitinho*.

Outra possibilidade para o uso do crioulo nos espaços escolares pode ter relação também com o preconceito linguístico entre os falantes de francês – como apontado por E01 –, acontecimento esse que escancara como ilusórias as tentativas de se fazer idem com esse Outro. Em essência, o crioulo irrompe. Continua sendo a língua da revolução.

2.3 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL

Na presente seção, propomos algumas reflexões sobre os efeitos das políticas linguísticas brasileiras sobre os sujeitos na posição de imigrante. Não buscamos uma completude hermenêutica sobre a temática, tampouco pretendemos tratar o tema de uma forma estritamente objetiva, visando a reconhecer como determinadas políticas e determinados programas incidem sobre esses imigrantes, nível de adesão e afins. Pretendemos, nas próximas páginas, discutir a forma como determinadas políticas

linguísticas, na medida em que as entendemos como determinismos sociais e políticos acerca do uso da língua em determinados espaços, afetam os nossos sujeitos enunciadore.

Interessa-nos o funcionamento linguístico tal como se dá nos espaços sociais e afeta os falantes. Funcionamento que é, por outro lado, mediado ou determinado pelas políticas linguísticas que gerenciam as possibilidades legítimas de dizer. No Brasil, país tido imaginariamente como monolíngue, há historicamente um controle de línguas outras.

Esse controle não se dá apenas em nível político – em sentido estrito – mas se manifesta também nas possibilidades de dizer e nas possibilidades de uso da(s) língua(s). Um espaço em que essa regulamentação do dito ocorre, de acordo com E04, é o espaço da universidade.

SD14: *Era uma concentração muito muito forte, muito grande porque eu queria entrar na universidade e pra entrar na universidade tem que demonstrar/ um nível interessante/ no português porque tem um concurso que a gente tem que fazer* (E04, p. 04).

Nessa SD extraída do relato de E04, diversos elementos nos chamam a atenção. Procederemos ao desenvolvimento de nossa análise a partir de pontos que nos inquietem e não necessariamente a partir de uma ordem de aparecimento no texto. O primeiro elemento que gostaríamos de destacar é a presença do significante “*interessante*”. Antes de chegarmos a uma análise direta desse significante, por outro lado, acreditamos ser necessária uma reflexão sobre elementos outros dessa SD que modulam os sentidos atribuídos a esse adjetivo na fala do enunciador – e na nossa escuta.

E04 pontua a necessidade de uma concentração “*muito muito forte, muito grande*” para o aprendizado do português e para poder acessar o espaço da universidade. Assim como a escola haitiana, há no espaço universitário uma língua regulamentada, um *protocolo* de funcionamento linguístico. Entendemos, a partir de nosso gesto de leitura, que a repetição do advérbio de intensidade “*muito*” aponta que o domínio da língua portuguesa é da ordem do quantitativo.

Para dominá-la, faz-se necessária *muita muita muita concentração*, e a partir daí a língua cede à nova língua. Outrossim, logo em seguida (e isso nos chama mais a

atenção), há o aparecimento do significante “*interessante*”, promovendo a alteração de uma perspectiva quantitativa no domínio do português brasileiro para, agora, uma qualitativa. Nos questionamos sobre que sentidos vem produzir esse significante e como ele se reatualiza na fala do enunciador.

Há de fato a necessidade de algum grau de proficiência no português brasileiro para a realização da prova e para acesso à universidade – o Prohaiti, processo seletivo ao qual E04 se refere como concurso, é uma prova em português brasileiro a ser realizada como pré-condição para a entrada de imigrantes haitianos nos cursos de graduação da UFFS – entretanto, o elencado significante nos desperta sentidos outros. “*Interessante*” tem como uma de suas significações possíveis “aquilo que revela ser útil”, mas também “aquilo que desperta interesse”.

Ouvindo E04, somos remetidos de forma mais direta a essa segunda acepção. Assim, indagamos acerca do que seria um português interessante e do que pode e deve ser dito nesse espaço. Seria o português por si só uma língua interessante? A língua que interessa, assim como fora o francês na escola? Na sequência nosso entrevistado nos dá algumas pistas sobre esse direcionamento:

SD15: *Chegando na universidade, o português que eu aprendi não era suficiente pra conseguir/ fazer o curso/ porque na universidade tem o que a gente chama de “linguagem culta do português”/ E é uma linguagem acadêmica, e enquanto linguagem acadêmica tem que ter/ um/ curso específico/ pra poder entrar nesse universo da universidade, nesse universo acadêmico (E04, p. 04-05).*

Se antes para E04 o “interessante” estava atrelado a um nível de proficiência do português – e o entendimento de o significante ter aparecido no enunciado de E04 associado a algo que desperta interesse ser uma interpretação nossa –, nessa SD percebemos um deslocamento com relação a essa língua a ser usada no espaço da universidade. Não apenas uma língua “correta”, uma língua que poderia ser falada de modo coloquial por um brasileiro nativo e que obedeceria, portanto, a uma estrutura menos formal e mais fluida, mas uma “*linguagem culta (do português)*”.

Vamos analisar separadamente essa expressão. Começemos pelo significante *linguagem*. Tomemos como ponto de partida uma definição apresentada por Dunker, Paulon e Milan-Ramos (2017). Para esses autores:

[...] a linguagem é um campo de forças discursivas que correspondem às contradições sociais historicamente produzidas, levando-nos a uma concepção materialista de sentido no interior da qual se sobrepõem relações de linguagem e de poder. O indivíduo falante é então entendido como a-sujeitado à linguagem, assim como será a-sujeitado em suas relações de dominação (DUNKER; PAULON; MÍLAN-RAMOS, 2017, p. 51).

Para os autores, há na linguagem uma dimensão social implicada. Inserido numa comunidade linguística, o falante se assujeita a ela – assim como ao Outro (ou a entenderemos como uma representação do Outro?) – para poder dizer. Ser reconhecido como um sujeito acaba por ser entrar nessa lógica de dominação linguística que demarca lugares.

Em nossa leitura, o uso do significante *linguagem* aponta que no espaço universitário, ainda mais quando se é um aluno imigrante, há algo para além da língua nos ritos de inserção, há algo que determina o sujeito (LACAN, 1973 [1996]). Nos discursos que circulam e que fazem circular o meio acadêmico, não é apenas a língua (qual língua?) que importa, mas há, para além dela e nela amparados, todo um conjunto de saberes e práticas que sustenta a posição do sujeito nesse “*universo acadêmico*”. Nesse espaço de construção de saberes e de autorização de especialistas (FOUCAULT, 2014), há a necessidade de que suas práticas linguísticas se alinhem a determinado discurso.

Assim, acreditamos que a *linguagem culta e interessante* (que interessa) visa à inserção do Sujeito na posição de imigrante em uma nova posição ou nova formação discursiva, a formação discursiva que chamaremos de Universitária. Nessa perspectiva, para Pêcheux e Fuchs (1975 [1993], p. 11), as formações discursivas:

[...] determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de um relatório, de um programa, etc.), a partir de uma dada posição em uma conjuntura, em outras palavras, em uma certa relação de lugares interna a um aparelho ideológico e inscrita em uma relação de classes. Diremos assim que toda formação discursiva diz respeito a condições de produção específicas [...] (PÊCHEUX; FUCHS, 1975 [1993], p. 11).

Comprendemos com os autores que as formações discursivas vão promover um rearranjo nas posições discursivas ocupadas pelos sujeitos. Sempre? Não. Apenas quando houver a necessidade de manutenção de um determinado funcionamento ideológico ou da manutenção de uma determinada formação ideológica, determinando o que, naquele espaço social – no caso de nosso enunciador, o espaço universitário –,

pode e deve ser dito. Para Courtine (2014), é no interior de uma FD que se realiza o assujeitamento ideológico do sujeito ao discurso, e compreendemos que não apenas ao *intradiscurso*, mas também e principalmente ao *interdiscurso*. Entendemos que essa determinação linguística vem tencionar a relação do sujeito com as posições discursivas que ocupa, e demandar dele a inserção nessa nova formação discursiva.

Nem todas as problemáticas linguísticas, entretanto, são da esfera da linguagem acadêmica. Como exposto, os participantes ocupam lugares sociais diversos e são atravessados por distintos funcionamentos linguísticos. E03, trabalhador de uma agroindústria da região, vivencia em seu cotidiano distintas experiências com relação ao uso das línguas.

SD16: *Porque isso já aconteceu comigo/ eu trabalhei com venezuelano. Na verdade eu não/ eu pode/ eu posso entender algumas coisas em espanhol mas/ eu não falo muito bem espanhol. Mas quando a pessoa ta falando da pra mim entender um pouco/ Mas ele também não fala português. As vez eu preciso conversar com ele em português, mas/ ele não me entende.* (E03, p. 09)

E03, situado em um espaço social em que convive com – além de outros haitianos e brasileiros – imigrantes venezuelanos, transita entre línguas e possibilidades diversas de se dizer. Na SD16, escancara-se a incompletude do dizer. Ainda que E03 fale português e consiga assim se relacionar com e se comunicar com os colegas de trabalho brasileiros, e com brasileiros no geral, ainda assim, haverá uma língua que falta. Mais uma vez, Babel se mostra estilhaçada. Ainda que reconheça que há línguas outras, essas se marcam pela falta e pelo não se poder dizer. No entre-línguas as palavras faltam.

SD17: *Ele também, no caso ele for falar espanhol comigo eu não vou entender tudo também. O espanhol tem/ pessoa que fala o espanhol certo mas tem também que fala um jeito diferente/ não da pra entender muito bem. Por isso que eu vi que esse problema não acontece só com/ os imigrante haitiano mas com imigrante venezuelano também/ porque/ uma vez eu perguntei pra ele/ ele tá a quanto tempo aqui no Brasil e ele falou que/ já vai fazê dois ano mas não consegue fala o português direito/ ainda//* (E03, p. 09)

E03 reitera aí um problema de comunicação. Entre o falar do outro e o entender daquele que ouve há desencontros. A fala de E03 marca que esse não entendimento entre-línguas não é propriamente aí localizado. Ainda que ele não vá *entender tudo* (SD17), esse não entendimento se dá em razão de o colega de trabalho venezuelano falar de um *jeito diferente*. Nessa perspectiva, o problema no desencontro dos significantes estaria no outro.

O colega, morando há dois anos no Brasil, não fala o português direito e por isso não é entendido. Se tomamos esse enunciado como uma verdade e assumimos que de fato é isso o que ocorre, finda-se a análise. Propomos, por outro lado, ir um pouco além. A projeção é um mecanismo de defesa egóico que atribui ao outro características e singularidades do próprio sujeito, no intuito de manter um funcionamento psíquico mais estável. Não tomamos como evidente que E03 trabalhe a partir de mecanismos projetivos, mas propomos a interpretação de seu dito, como uma perspectiva adicional, na medida em que compreendemos que a estrutura de verdade do texto é incompleta (DUNKER; PAULON; MÍLAN-RAMOS, 2017, p. 110).

Parece, mais uma vez, que há algo da pequena diferença entre o Eu e o outro desestabilizando o sujeito. A partir do apontamento de uma falta na língua do outro, que E03 reconhece e significa como *um jeito diferente* (SD17) contrapondo-se ao *espanhol certo* (SD17) – e que entendemos como uma busca por uma língua pura e purista e, portanto, amparada na gramática –, há um desvio com relação àquela língua que falta em E03. Há de fato um deslize do espanhol para o português, já que é do espanhol que E03 vem falando, mas há também com relação ao português uma falta. Ora, é acordado que o falante tenha de enunciar em português brasileiro – ambos, haitianos e venezuelanos – e, quando essa língua falta e o falante tem de se resguardar em sua língua outra, há nesse caso um desacordo ou uma quebra desse contrato linguístico.

Entendemos que haja, nesses termos, o reconhecimento de uma (*in*)familiaridade com relação a esse outro cuja falta se marca quando busca se dizer na língua do outro. A fala dele, que se afasta de um “*certo*” lembra o enunciador que nem tudo pode ser dito e que a língua – a do outro (como materna-estrangeira) e a sua (como materna ou estrangeira) – irá falhar.

A esse respeito, retomemos Revuz (2001). Se, para a autora, aprender a língua do outro demanda uma tomada de distância e um retorno potencialmente angustiante a um estado de não poder dizer, o que podemos considerar acerca da palavra que falta na língua do outro? Quando o sujeito, no caso de nosso enunciador, imigrante busca se

dizer e não é entendido, quando em função da falta na língua – não só, mas também – o laço social é prejudicado, o que isso provoca? Talvez essas sejam questões, como tantas outras que nos surgem, para serem respondidas em outro momento. Outrossim, gostaríamos de reiterar o reconhecimento de algo familiar na língua faltante do outro.

Como vimos na seção 2.2.1, acerca dos espaços de regulamentação linguística, há algo que faz com que os haitianos rechacem o francês, quando falado por outros haitianos. Uma das possibilidades de leitura desse movimento foi a de que o que ocorre é a necessidade de manutenção de uma estabilidade do falante haitiano. Para isso, o que se rechaça é a fala faltosa do outro e o seu uso da língua do colonizador.

Entendemos que o que ocorre aqui, com os imigrantes, seja dá mesma ordem. Aponta-se na fala do imigrante outro a sua falha. Marca-se essa diferença para que a partir daí o sujeito possa se reconhecer de forma mais estável como inserido na língua do Outro. Ilusão de completude e de totalização.

Morando no Brasil, os imigrantes têm sua possibilidade de dizer mediadas pelas regulamentações linguísticas do país, por suas políticas linguísticas. Explícitas ou não, essas políticas determinam as possibilidades de dizer para aquele que quer ser ouvido e reconhecido como sujeito. Nesse processo de alienação ao Outro, o falante haitiano tem necessidade de modular o seu dizer, seja em relação ao aprendizado do português, seja em relação ao aprendizado de *um* português específico, de uma linguagem outra que se sedimenta no português. Língua singular que permite ao sujeito acessar determinados espaços.

Seria, nesse sentido, a norma culta do português brasileiro aproximada ao que é, no Haiti, o francês? Uma língua, mais do que encorajada, tomada como condição para o acesso aos espaços educacionais? Uma língua elitista que é falada por poucos? Para E04, parece ser algo dessa ordem. Aprendendo o português, em algum momento ele percebe que a língua que aprendeu não é suficiente.

A língua do Outro marca essa diferença, seja ele um Outro colonizador, seja aquele Outro que recebe o imigrante em seu país. Em ambos os casos, entendemos que o sujeito reconheça nessa dinâmica algo da falta, da falta na língua e da falta em si. A partir daí, perdendo-se no labirinto do dizer, o sujeito busca uma nova possibilidade de dizer e ser. Ilusão de identidade.

CAPÍTULO 3 – INSTABILIDADE DO DIZER – OU, DO PERDER-SE NO LABIRINTO DA PALAVRA

No presente capítulo, buscaremos abordar a relação do sujeito com suas línguas a partir de uma perspectiva um pouco distinta da que vínhamos desenvolvendo. Essa nova perspectiva se apresenta no discurso de nossos entrevistados, que em nosso entendimento mantêm relações com essas línguas outras – tais como o inglês, o espanhol e o português – muito mais amistosas do que com o francês. Contudo, cabe salientar que, ao falarmos de língua, toda separação estanque é da ordem de um forçamento e que a língua una, como vimos, é inalcançável.

Assim, mesmo falando de línguas outras, o crioulo, reconhecido pelos enunciadores como sua língua materna, marca-se em seu discurso. Só é possível falar da língua na língua, e, no caso de nossos enunciadores, só é possível falar de línguas outras tendo como ponto de partida a língua dita materna.

Cabe também elencar que é a partir de agora que falamos de forma estrita de sujeitos na posição de imigrante. Um problema de método? Uma construção de texto desordenada? Entendemos que não. Na verdade, parece-nos importante ou fundamental construir o texto e a pesquisa com base no que é apresentado por nossos entrevistados (PETRI, 2013). Em seus relatos, é pujante a ênfase dada às primeiras interações com a língua, seja no âmbito familiar, seja no escolar, as relações com a língua, enfim, a partir do crioulo e do francês.

3.1 MIGRAÇÃO: BRASIL COMO POSSIBILIDADE DE SER

*Ich reise viel, ich reise gern
Fern und nah und nah und fern
Ich bin zuhause überall
Meine Sprache: International
Rammstein – Ausländer (2019).*

Moraes, Andrade e Mattos, em um texto de 2013, discutem as razões pelas quais o Brasil fez-se um destino atrativo para imigrantes haitianos. A partir de um estudo de base histórico-estruturalista, os autores analisam o fluxo de migração a partir das conjunturas que, no momento da escrita do artigo, afetavam os dois países.

Naquele momento o Haiti acabava de sair de um período ditatorial, ter seguidas tentativas de golpe de estado e passar por uma série de catástrofes climáticas, como três

furacões em 2009 e um grave terremoto em 2010. Os autores apontam que há uma estimativa de que, no citado terremoto, cerca de 230 mil haitianos tenham perdido a vida.

Nesse sentido, Leal e Leite (2012) apontam que os imigrantes haitianos podem ser considerados refugiados ambientais, categoria de refúgio que vem sendo amplamente discutida, por haver uma motivação ecológica e ambiental para a evasão de seu país de origem. O terremoto marca também o início das migrações de haitianos para o Brasil, fenômeno que irá aumentar exponencialmente no final de 2011 e início de 2012 (MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013).

Considerando as citadas problemáticas de ordem social, ambiental e política que incidiram – e continuam produzindo efeitos – sobre o Haiti, a participação e protagonismo do Brasil em iniciativas e ações que colaboraram para uma melhora da qualidade de vida no país, em diferentes frentes de atuação como saúde, assistência social e infraestrutura (MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013) colaborou para fazer com que o país passasse a ser reconhecido como um destino possível e pertinente. De acordo com os autores:

O Brasil se torna cada dia mais atrativo para os haitianos, pois a liderança na MINUSTAH, a presença de diversas Organizações Não Governamentais – ONGs brasileiras atuando de modo expressivo na ilha, tais como a Viva Rio, a ActionAid, a K9 Creixell, a Pastoral da Criança, a Diaconia, o Grupo de Apoio à Prevenção da Aids – GAPA, entre outras, os símbolos, a cultura, as referências e o crescimento econômico do Brasil fizeram com que o país seja visto simpaticamente pela população do Haiti (2013, p. 101).

Levando em consideração o exposto pelos autores, podemos compreender de forma mais clara as razões pelas quais o Brasil se torna um destino atrativo para esses migrantes. Ainda antes da saída do Haiti, o Brasil já se mostrava como uma referência humanitária.

Ainda discorrendo sobre o Brasil, Uebel (2016) aponta que no biênio 2013-2014 os haitianos estavam em 16º lugar no *ranking* de maiores grupos imigratórios no Brasil. O autor argumenta que esses imigrantes vêm para cá em “duas gerações” mais marcadas. A primeira vem após a crise humanitária e o terremoto de 2010. Esse grupo, constituído em sua maioria por homens solteiros ou com família, mas que migram para o Brasil sozinhos, buscava apenas oportunidades de trabalho. O que o autor chama de segunda geração apresenta um caráter distinto da primeira. Tendo contato com os

haitianos morando no Brasil, esse grupo que começa a vir para cá após 2013 já se direciona aos estados do Sul do país e inclui mulheres, pessoas mais velhas, famílias completas com crianças e pessoas com graus de instrução variados.

Em Chapecó/SC, cidade onde a presente pesquisa foi desenvolvida, o número de imigrantes haitianos é extremamente significativo. De acordo com a Casa do Imigrante, em informe via telefone, vivem hoje em Chapecó cerca de onze mil imigrantes haitianos. Eles ocupam diversos espaços sociais e têm diferentes ocupações.

Bordignon (2015) aponta as agroindústrias da região como um espaço de trabalho que tem acolhido muitos imigrantes, assim como fez com E03. Entretanto, por serem uma parte tão expressiva da população, ocupam também postos outros de trabalho formal e informal, tais como tradutor no serviço público (E04), ou motoristas de aplicativo. São, em essência, uma parte significativa da população chapecoense. Considerando também que Chapecó tem uma Instituição de Ensino Superior Federal, a UFFS, referência na região, alguns imigrantes acabam vindo para cá, de forma específica, para desenvolverem seus estudos, tal como acontece com E01.

Entretanto, eles não têm Chapecó como, necessariamente, seu destino final. Por vezes vem para o Brasil e a partir daí organizam-se em suas dinâmicas sociais e definem Chapecó como novo endereço após já estarem morando no país. Nessa perspectiva, Chapecó é uma escolha que se dá *a posteriori*.

Lisette Weissmann, psicanalista uruguaia – em um texto de 2017 sobre a imigração, o exílio e os efeitos desses na perda da língua materna – escreve em uma língua que não reconhece como sendo sua língua materna (WEISSMANN, 2017, p. 186). Nesse ato, convoca-nos a ler seu escrito como um texto intercultural. Para ela, há na migração uma dimensão de perda. Perda do contexto e da cultura que sustentariam os sujeitos envolvidos pelo laço social. O imigrante, diante dessa perda, buscaria novas referências linguísticas e culturais entre o espaço de origem e os novos espaços propiciados pela migração. Para a autora, migrante em alguma medida, não há garantia de que o sujeito vá poder se instaurar e estruturar nesse espaço intercultural instável por natureza.

Apesar disso, os movimentos de imigração têm tido um crescimento exponencial. Não apenas no Haiti, mas em países outros e em circunstâncias que diferem e variam de modo muito significativo, as migrações continuam se dando.

Nas próximas seções, propomo-nos a refletir sobre dinâmicas linguísticas, psíquicas e sociais que determinam posições aos nossos enunciadoreis.

3.2 INSERÇÃO NA LÍNGUA (SEMPRE) DO OUTRO

[...] aprender uma língua é sempre, um pouco, tornar-se um outro
Christine Revuz (2001).

Entendemos com Derrida (1996) que o monolinguismo não se faz *um* consigo mesmo. Não há monolinguismo absoluto (DERRIDA, 1996, p. 22), uma vez que minha língua e a do outro sempre se *cruzam*. A língua como possibilidade não deixa nunca de se expandir, não se faz uma. Assim, para Derrida:

Une langue n'existe pas. Présentement. Ni la langue. Ni l'idiome ni le dialecte. C'est d'ailleurs pourquoi on ne saurait jamais compter ces choses et pourquoi si, en un sens que j'expliciterais dans un instant, on n'a jamais qu'une langue, ce monolinguisme ne fait pas un avec lui-même¹⁵ (DERRIDA, 1996, p. 123, grifos no original).

O monolinguismo, portanto, presentifica-se como uma ilusão totalizante da qual não nos apropriamos, mas que visa, eventualmente, à busca por uma estabilidade, condição *sine qua non* da constituição identitária – ainda que ilusória – do sujeito. Em verdade, estamos a todo momento entre-línguas, ainda que essas sejam a minha e a do Outro e se assentem sobre o mesmo código linguístico. A minha língua é sempre a língua do outro e a entrada na língua é sempre na língua do outro.

Essas transições e esses efeitos se presentificam quando o sujeito se depara com o dizer do outro, seja na escola, no trabalho ou em outras interações sociais em que se aventa a necessidade de uma língua legítima. O exposto também é verdadeiro para situações de bilinguismo e multilinguismo, ainda que essas definições nos incomodem por apontarem ou eventualmente buscarem uma totalização da língua em questão (CORACINI, 2007).

No caso de nossos entrevistados, parte-se de uma relação entre a língua dita materna e a língua do Outro como colonizador, que desde muito cedo afeta a criança haitiana. Acreditamos que essa situação linguística e social afete os sujeitos de um

¹⁵ Uma língua não existe. Atualmente. Nem a língua. Nem o idioma nem o dialeto. Isso é, aliás, a razão pela qual não saberíamos nunca contar essas coisas, e porque se, em um sentido que explicitarei em um instante, não temos jamais apenas uma língua, esse monolinguismo não se faz um com ele mesmo (DERRIDA, 1996, p. 123, *tradução nossa*).

modo bastante singular e não apenas *na* relação e *com* relação a essas línguas, mas também com relação a línguas outras.

Cazeneuve e Nascimento (2016) apontam que, desde o século XVII, viajar para concluir estudos na Europa se apresenta como uma tradição para aqueles haitianos que, filhos de homens brancos com escravas, dispunham de possibilidade para tal. E01 explica que esses processos migratórios que ocorreram nos últimos anos e que “estou vendo” (SD18 E01 [abaixo]) não se iniciam agora, afirmação essa que reitera o postulado pelos autores citados.

Nesse sentido, entendemos que haja uma “pré-disposição” para pessoas em situações de entre-línguas (culturas) buscarem novas possibilidades. Nossos entrevistados transitam – e se fazem – entre-línguas. Não apenas entre o crioulo e o francês, mas tomam essas como trampolim para se lançarem na busca por novas línguas e novas possibilidades de se dizer, em um encontro que nunca é anódino e não deixa de causar destabilizações naquele que enuncia.

A narrativa de nossos entrevistados aponta o espaço entre-línguas como um território de oportunidades, mas também de conflitos e de segregações. É reconhecido por eles que o trânsito entre diferentes línguas pode ser bastante benéfico, como mencionado por E01:

SD18: *Que nem eu fiz com o inglês, que não foi uma obrigação, porque, para os haitianos, né, não é uma obrigação aprender inglês/ Se você gosta/ Daí como que vai surgir essa questão de// porque os haitianos **a maioria falam inglês**, é por essa questão de migração, é que isso é algo que já faz tempo que tem, começou, não foi algo que agora né, digamos assim, por acaso que você ta vendo bastante haitianos vindo pro Brasil. Porque isso já começou faz muito tempo né. Na época era mais Estados Unidos, Canadá, que lá fala inglês, francês. /Daí, pra um haitiano, um imigrante haitiano, **INGRÊS** seria uma língua de **oportunidade**, entendeu? (E01, p. 03).*

A partir da SD18, podemos compreender que, embora não exista uma obrigatoriedade da aprendizagem do inglês, tal como ocorre com o francês – que é um idioma mais do que estimulado, sendo na verdade imposto, a despeito dos apagamentos gramaticais e sociais que promovem com relação ao crioulo haitiano e seus falantes – a maioria dos haitianos fala inglês (*a maioria falam*). Isso nos convoca a refletir sobre os efeitos que essa língua, como nova possibilidade de dizer, promove no funcionamento

social do país e nas possibilidades de migração que se dão a partir da inserção nessa língua. Inserem-se nessa língua outra para assim poderem acessar espaços outros. Para esse enunciador, o inglês é uma língua de *oportunidade*.

Essa língua que atribui ou possibilita oportunidades se marca como uma língua ainda por vir, uma língua como promessa. Uma língua que abre portas, seja no âmbito do trabalho, seja de inserção em um “mundo mais amplo”, diferentemente do que ocorre com o francês, que, embora também propicie novas possibilidades ao falante – como ocorre com qualquer língua –, no Haiti, acaba sendo instrumento de segregação como observado no Capítulo 2. E01 já trabalhou como professor de inglês como LE, bem como viajou por alguns países fazendo uso dessa língua como possibilidade de enlace com o outro. Para ele, o inglês de fato abre portas. É uma língua de oportunidade e de entrada efetivamente.

O entrevistado está há cinco anos no Brasil e tem uma pronúncia do português brasileiro bastante adequada. Não entendemos que exista um português padrão e legítimo, de modo que sua fala não tem um ponto do qual se afastar. Na verdade, entendemos que sua fala tenha marcas fonéticas singulares assim como encontramos na maioria dos falantes nativos. Cabe apontar, entretanto, algo que nos chama a atenção em sua fala.

Sem propor nenhum tipo de análise selvagem, convém marcar que a pronúncia que faz da palavra “inglês” (cuja transcrição fonética é [ingl'es]) remete-nos à pronúncia da palavra inglesa *ingress* (sendo a transcrição fonética ['ingres¹⁶]) e que pode ser traduzida como admissão ou *entrada*. Não propomos uma interpretação de sua pronúncia como poderíamos interpretar um lapso ou um deslize significante (MELMAN, 1992); no entanto, é digna de nota a sua pronúncia desse significante em específico.

Destituir a língua do falante de sua singularidade, seja na escolha de palavras que faz, seja na forma como se expressa é colaborar com o apagamento do sujeito. Seguindo essa lógica de valorizar o sujeito a partir da singularidade de seu dito, é que buscamos transcrever todas as entrevistas com base não apenas no conteúdo, mas também na *forma* como o enunciador enuncia. Se assim procedemos, seria um

¹⁶ A transcrição fonética nos interessa por colaborar com o leitor na compreensão do que vem sendo exposto pelos autores, na medida em que entendemos que o deslize de sentido não se dê amparado em um desvio sintático ou em um ato falho com relação à utilização do significante, mas sim por sermos provocados, enquanto pesquisadores, por essa diferenciação fonética que se apresenta na fala do enunciador.

contrassenso apagarmos esse deslize fonético que aparece na fala de nosso entrevistado e que nos provoca sentidos outros.

Entendemos que a mobilização analítica que aqui desenvolvemos (especificamente neste ponto com relação a esse deslize fonético), seja mais relativa à escuta pelo pesquisador dos entrevistados e à relação mesma do pesquisador com a pesquisa – uma relação que não há de ser anódina ou vazia. Nessa perspectiva, Dunker, Paulon e Mílan-Ramos (2017, p. 108) apontam que:

A tese de Lacan de que, ao ler um texto, devemos colocar “algo de nós próprios” deve ser compreendida não como uma sanção irrestrita ao psicologismo, mas como a afirmação metodológica de que, depois da disciplina do comentário [...], podemos então introduzir o momento da interpretação.

Se o texto possui lacunas e pontos de desencontro, é a interpretação que vem como uma perspectiva adicional para resolver ou, antes, modalizar essa problemática. Propomos nesse viés, como uma possibilidade de adição e de construção de novos sentidos, uma associação entre a fala do entrevistado e as reflexões que ela nos desperta enquanto pesquisadores, marcando que o inglês apareça como uma língua (enquanto sistema e enquanto órgão) de oportunidade – e de entrada. “*INGRÊS seria uma língua de oportunidade*” (SD18 E01). Desse modo, somos instigados por nosso enunciador e ouvimos na sua forma de expressar, um reforço dessa relação positiva que mantém com o inglês como uma língua que abre portas.

Por outro lado, as mesmas reflexões sobre essa pronúncia de E01 nos fazem retomar Revuz (2001). A autora aponta, com relação ao aprendizado de novos idiomas, que esse processo requer uma regressão para se estabelecer de fato. Uma volta para uma fase em que o sujeito ainda não se dizia e não dizia do mundo, dependendo do outro, então, para suas necessidades mais básicas. Para ela, esse é um regresso muito doloroso, por vezes excessivamente doloroso, de modo que o sujeito pode, por vezes, evitá-lo.

Há alguma coisa de impossível, isto é, de perigoso, nessa tomada de distância, e a intelectualização e a racionalização pelo recurso à escrita se apresentam como uma proteção contra alguma coisa que parece ao mesmo tempo regressiva e transgressiva (REVUZ, 2001, p. 222).

Assim, a escrita vem por vezes como um porto seguro para a estabilização do sujeito sobre essa nova língua. A gramática entra em cena tentando abarcar esse real

(MILNER, 2016), apenas eventualmente com sucesso. A problemática se dá, entretanto, quando o corpo é convocado, quando a língua enquanto órgão atravessado pela pulsão é convocada a dobrar-se e proferir.

A nomenclatura aponta o referente enquanto existente e como ele existe na psique do porta-voz, então o recorte que a língua materna opera no referente está sempre provido de uma carga afetiva, marcada pelo desejo do “porta-voz”. Conseqüentemente, a operação de nomenclatura em língua estrangeira, mais do que uma regressão, vai provocar *um deslocamento das marcas anteriores*. A língua estrangeira vai confrontar o aprendiz com um outro recorte do real mas sobretudo com um recorte em unidades de significação desprovidas de sua carga afetiva (REVUZ, 2001, p. 223).

Embora favorável e presente na vida dos falantes como algo positivo que lhes possibilita alcançar novos espaços sociais e atingir novos objetivos de vida, a relação com essas línguas outras é, talvez por isso, bastante complexa. Ainda que não tragam marcas da relação bastante próxima, eventual e excessivamente próxima, com a mãe e muito embora não sejam línguas institucionalizadas que sejam impostas e se imponham ao sujeito, línguas como o inglês, o espanhol e o português marcam a relação do falante com o outro – não teria como deixar de ser – seja na sua vida pessoal, seja nos espaços de trabalho.

SD19: *Agora/ a minha relação com essas línguas é// é uma coisa complicada/ muito complicada. Eu trabalho aqui, Chapecó, como intérprete. (...) Eu recebo/ pessoas na, na, na/ no posto de saúde que é onde eu trabalho/ pessoas que falam ahn/ francês, crioulo, ahn/ espanhol também. (...) Na questão da língua/ eu trabalho com ahn/ tradução medical. É// são coisas da medicina. Então traduzir um termo da medicina/ do português para o crioulo/ ou para o francês é uma coisa problemática. Às vezes eu me perco nas línguas/ Às vezes/ falando francês com uma pessoa/ ou crioulo// Eu/ entro/ outras línguas na/ na/ na fala. (...) as vezes eu falo com as pessoas e/ eu solto uma palavra em francês ou em crioulo/ sem querer/ Porque é um/ automatismo// (E04, p. 05).*

Na SD19 – que serve como material de análise, mas que também nos interessa por contextualizar a posição de nosso entrevistado –, o enunciador se marca em um espaço de entre-línguas. Mais do que se situar nessa posição, ele se constitui a partir dela. Ainda que transite entre as línguas várias com relativa fluidez, essa transição (e

tradução) é por vezes *problemática*. A falha e a falta – constitutivas – da língua são marcadas como um automatismo.

Com relação a essas duas línguas que não coincidem, e nas quais, por vezes, o sujeito vai se arriscar em um movimento de tradução – assim como faz E04 no posto de saúde –, Melman pontua:

Saber uma língua é muito diferente de conhecê-la. Saber uma língua quer dizer ser falado por ela, que o que ela fala em você se enuncia por sua boca, como destacado, a título do “eu”. [...] Conhecer uma língua quer dizer ser capaz de traduzir mentalmente, a partir da língua que se sabe, a língua que se conhece. Desde então, não falamos mais do mesmo lugar, nos comunicamos. A ideia da língua, como meio de comunicação, se apresenta naturalmente aos imigrantes (MELMAN, 1992, p. 15).

Há nessa passagem algo que é de outra ordem. Não há equivalência entre verbalizar em uma língua e em ser dito por ela. E04, bem como os outros participantes, sabem o crioulo – e o francês, apesar de tudo? – e são, portanto, ditos nessa(s) língua(s). As línguas outras conhecem apenas, e é em razão disso, de ser-alguém-que-conhece, que E04 é convocado a traduzir.

Em um primeiro momento, podemos entender que o movimento que desenvolve E04 se contrapõe ao postulado por Melman já que ele traduz, aparentemente, a partir de uma língua que ele conhece – o português – para uma língua que ele sabe – o crioulo e o francês. Essa impressão inicial se esvai quando analisamos a situação de uma forma mais aprofundada. Se ele consegue traduzir do português para o crioulo, ou para o francês, ou mesmo para o espanhol – não sendo nem o português nem o espanhol línguas que sabe, mas sim que conhece (MELMAN, 1992) –, é só em razão de ter sedimentadas suas relações com as línguas a partir do crioulo. É em razão de sua inserção na língua pelo Outro que ele pode traduzir.

Assim, a tradução se dá, compreendemos, sempre a partir da língua que se sabe. Para Melman (1992), a língua que se sabe é a língua dita materna, e referir-se a ela como a língua que se sabe significa apenas dizer que ela é a língua em que o falante se autoriza a dizer como mestre.

E04 trabalha com tradução medical. Se, para Melman, a tradução visa sempre a um sentido, há nesse caso, ainda mais, a necessidade de uma tradução “correta”, pois, afinal, trata-se de um trabalho de extrema importância, isso é inegável. Nesse sentido, pensamos se não há algo, então, que leve à busca por uma totalidade da língua, uma

totalidade que, entretanto, situa-se sempre em um para além, uma vez que “O sempre intacto, o inatingível, o intocável é o que fascina e orienta o trabalho do tradutor. Ele quer tocar o intocável, o que resta do texto quando dele se extraiu o sentido comunicável (ponto de contato, lembre-se, infinitamente pequeno)” (DERRIDA, 2006, p. 51-52). Uma completude que tem como constitutivas as mudanças entre línguas. Assim, um ato falho como uma palavra surgindo em outro idioma seria lido como um automatismo. Afinal, constitutivo da posição de tradutor. Entendemos que não.

Muito embora Melman pontue que, “Se falo uma língua estrangeira, o retorno de meus significantes inconscientes não poderá mais se dar a escutar como a expressão de um desejo, mas como erro lexical ou sintático, mesmo ao meu próprio ouvido” (MELMAN, 1992, p. 33), o que ocorre é de outra ordem. O ordenamento dos significantes no inconsciente “se mantém” e a cadeia significante pode se valer dessa palavra na língua do outro para fazer com que algo escape à repressão. Em nosso entendimento, Melman não diz que o ato falho na língua-do-outro não ocorra, mas sim que poderá haver uma negação desse ato falho sustentado em um saber gramático e em uma ânsia de identidade.

Ainda que “A tradução promete [ou, prometa] um reino à reconciliação das línguas, essa promessa, acontecimento propriamente simbólico ajuntando, acoplando, casando duas línguas como as duas partes de um todo maior” (DERRIDA, 2006, p. 64), ainda assim é propensa a falhas e a atravessamentos outros. Se na língua algo falha e algo escapa (MILNER, 2016), não há razão para supor que o encontro entre línguas diferentes vá ser anódino e uma soma completa das duas.

Na SD19 E04 aponta que por vezes se perde nas línguas (*Às vezes eu me perco nas línguas/ Às vezes/ falando francês com uma pessoa/ ou crioulo// Eu/ entro/ outras línguas na/ na/ na fala*). Interessante é sublinhar o fato de que não é entre distintas línguas que ele se perde, mas *nas línguas*. Em nosso gesto de leitura – da forma como significamos e a partir de nossa perspectiva teórica –, entendemos que é dentro de cada língua que se perde. Esse sair da língua – para podermos falar em uma pluralização de línguas – é apenas sair brevemente, e não se afastar. Retomemos a fita de moébius para clarificar ao leitor a forma como temos compreendido esse movimento reconhecido por E04.

Nessa estrutura topológica da qual Lacan se vale em seu ensino – da qual aqui nos apropriamos para pensar a relação do sujeito com sua(s) língua(s) –, não há dentro e

fora. A partir de uma torção de uma superfície retangular, mas achatada, tem-se como resultado um objeto tridimensional de apenas um lado.

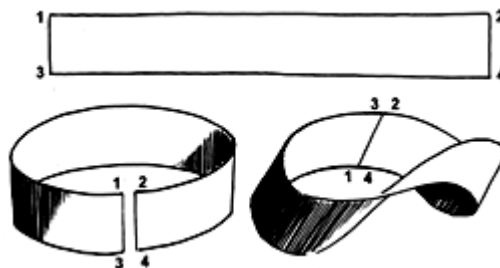


Figura 2 - Fita de moébius
Fonte: marligo.wordpress.com (2013).

Na Figura 02, assumindo que as ilustrações icônicas são objetos em três dimensões, podemos observar que na primeira imagem temos um retângulo com dois lados, um dos quais está oculto dos olhos do observador/leitor. O segundo objeto, circular, também possui dois lados, não mais frente e verso como a faixa acima, mas um dentro e fora. O terceiro objeto, tal como temos compreendido a fita, não possui essa propriedade (ter dois lados).

Partindo do ponto 3 em direção ao ponto 4 (extremo oposto da fita), o observador/leitor vai perceber que passa pelo lado que em um primeiro momento reconhece como a parte de dentro da estrutura e também pela que reconhece como o lado de fora dessa mesma estrutura. Isso não é uma ilusão ótica ou uma confusão, pelas propriedades desse objeto (facilmente verificáveis ao se reproduzir essa estrutura a partir de uma faixa de papel), o dentro e fora deixam de existir, ou antes, dentro e fora passam a ser distintos pontos de vista sobre o mesmo objeto.

Retomemos o perder-se nas línguas. Em nossa compreensão, é dentro de cada língua que E04 se perde. Confundindo-se a sua e a do outro, não há um afastamento entre elas para que, a partir daí, ele se perca, uma vez que a banda de Moébius “[...] leva a entender que não é de uma distinção originária que deve provir a divisão” (LACAN, 1998, p. 870), pois não há divisão pressuposta e estanque, não com relação à língua, que é o objeto sobre o qual temos aplicado essa estrutura topológica. Esse se perder no labirinto das palavras é aventado por Melman (1992), que, entretanto, assume outra perspectiva sobre o tema. Ainda sobre as incidências do bilinguismo, o autor considera que:

Do ponto de vista linguístico, nada se opõe à penetração e uma língua por outra [...] o inconsciente não cria nenhum obstáculo à mixagem das línguas. Pode reter em seu seio palavras, locuções, fragmentos inteiros de discursos tomados de uma língua da infância que em seguida tornou-se estrangeira. O inconsciente não é nem nacionalista nem xenófobo (MELMAN, 1992, p. 16).

Há o reconhecimento de uma miscigenação entre as línguas. E04 perde-se, mas isso se dá em um nível da consciência e de uma perspectiva da busca por uma estabilidade, da busca por uma identidade. A partir de Le Gaufey (2018), podemos entender que esse que se perde é o sujeito do signo, do qual o *Ich* freudiano não vai se separar – do *moi*. No inconsciente, outrossim, em que se situa o sujeito do significante, não há essa sedimentação e fragmentação entre distintas línguas. Elas coexistem e se imbricam em um movimento moebiano.

Em essência, o espaço entre-línguas – seja em uma posição menos marcada, de menor trânsito, seja em uma posição que convoca mais o falante, como a de um tradutor – é sempre marcado pela instabilidade. Ainda que se busque uma totalização da língua do outro – aproximação com outra língua materna, como aventa Derrida (2006) –, algo escapa e falha. Na próxima seção, buscaremos compreender de modo mais específico as relações de nossos entrevistados com suas línguas a partir da relação que sustenta com elas.

3.3 LÍNGUA MATERNA; LÍNGUA POPULAR; LÍNGUA DO POVO

Antes da palavra, nada é, nem não é.
Lacan (1953-1954 [2009]).

Como exposto, o Haiti, país de origem de nossos entrevistados, tem duas línguas oficiais. São elas o crioulo haitiano e o francês. Embora o francês seja uma língua institucionalizada que circula nos espaços sociais de prestígio, como escolas e escritórios, o crioulo é falado pela expressiva maioria da população em seu cotidiano. É nele que as crianças são ditas pelos pais e é ele quem singulariza a relação com o francês, colocando esse último como uma língua de dominação, uma língua que vem refrear a relação já estabelecida com esses modos outros – e lugares outros – de se dizer.

Embora tomemos como ponto de partida para a construção da pesquisa um significante específico – *materna* – para nos referirmos à primeira língua¹⁷ pela qual o sujeito é atravessado e a partir de um referencial específico tenhamos discutido os elementos norteadores que constroem uma significação para e a partir desse significante, buscamos, nesta seção, aproximar-nos das representações de língua tal como experienciadas e propostas pelos nossos entrevistados com relação ao crioulo, língua entendida pelos quatro entrevistados como sendo sua primeira. Cada qual com sua singularidade refletem na relação com essa primeira língua a sua relação com o Outro.

Quando falam sobre sua primeira língua, nossos entrevistados o fazem de modos bastante distintos e peculiares. Considerando cada uma das entrevistas como um todo, é possível compreender que essas designações não são lançadas ao acaso e que de fato dizem da relação de cada um dos entrevistados com essa língua.

Desse modo, não temos uma definição homogênea sobre essa primeira língua que falam, apontada por todos como o crioulo haitiano, tampouco um nome – genérico ou academicista – pelo qual a chamar – Babel se faz inatingível (DERRIDA, 2006) – a partir da fala de nossos entrevistados. Para E04, essa primeira língua é a língua do povo. Aponta ele:

SD20: *O crioulo/ a gente chama de língua do povo [inc.]. Mas o crioulo/ desde a infância o jovem haitiano nascido no Haiti começa a falar crioulo com os pais, com os amigos [inc.]. Então o crioulo é a língua que mais se fala no Haiti. (...) Desde minha infância, com minha mãe, com meu pai e com as pessoas que eu tenho contato [inc.]. É a língua que foi mais fácil de aprender pra mim porque, é a língua do quotidiano (E04, p. 02).*

E04 apresenta na SD20 uma fala bastante organizada e carregada de elementos diversos. Relembrando, é ele quem vai no início da seção 2.2 (SD02 E04) apresentar um relato sobre a constituição política e social do Haiti, a partir de um recorte histórico,

¹⁷ Embora algumas correntes dentro da linguística trabalhem com “primeira língua” como conceito (desconstrução de língua materna, enquanto conceito), neste texto usamos a expressão (tal como aparece na fala de E01) apenas para marcar, em uma suposta e fictícia ordem cronológica, o tempo (ou a ordem) de inserção nas diferentes línguas faladas pelo entrevistado.

para nos situarmos sobre o seu entendimento sobre o crioulo haitiano como a *língua do povo*.

Entendemos que ele busca uma sistematização e uma organicidade na sua exposição, não para facilitar a compreensão necessariamente, mas para sua organização. Quando fala sobre a *tradição* (SD20 E04), compreendemos a partir de nossa leitura, busca se amparar em um funcionamento social mais amplo da língua. Preocupado com os elementos sociais e a forma como afetam os conterrâneos haitianos, ele não singulariza essa primeira língua.

A língua é plural e social. Constitui-se para e a partir de seus falantes, mudando no tempo para dar conta de abarcar as necessidades do dizer destes. Para E04, o crioulo é a língua *do povo*. Indígenas, beninenses, costa-marfinenses, senegaleses e tantos outros povos que E04 cita ao falar das origens do crioulo enquanto língua (*Por quê/ se eu venho da Costa do Marfim/ eu não vou entender/ uma pessoa que vem/ do Senegal. Eu não vou entender também uma pessoa que vem do Beline/ Eu não vou entender uma pessoa que vem do Congo* [SD02 E04]). O crioulo traz na sua letra a marca de todos esses povos. Marcas que eles trouxeram em seus corpos para que o crioulo se fizesse língua enquanto tal e que o Haiti se fizesse país enquanto tal.

Para ele, essa língua do povo, como vimos anteriormente, tem uma potência e desempenhou um papel na emancipação do Haiti que o francês não poderia. Assim, ela se faz potência, ela é potente. É potente porque é de um povo, não de um *indivíduo*, importa para ele porque é coletiva, é de todo seu grupo social. Ganha poder e ganha relevância na medida em que é falada por todos (*com minha mãe, com meu pai e com as pessoas que eu tenho contato* [SD20 E04]).

Essa “*primeira língua*” ganha corpo e relevância em relação ao francês, no uso cotidiano, por uma questão cultural. É uma *tradição* o uso do crioulo.

Entendemos que para E02 a relação com o crioulo é mais individualizada do que para E04. Embora a relação dele com essa língua nos pareça mais singularizada, isso não apaga o fato de que aparecem em sua fala marcas de um entendimento mais social com relação ao funcionamento dessa língua.

SD21: *Então/ é uma escola mesmo que/ FAVORITA a língua francesa, porque/ ah/ a gente ta num país como eu te falei que tem crioulo como **língua popular** que/ quase toda a popul/ que TODA A POPULAÇÃO, não é quase/ toda a população exprime através dessa língua. Mas ahm/ como que fala mesmo/ todas as matérias, então todos*

os livros são em francês. E que é uma língua que a criança vai aprender na escola mesmo porque a criança não nasce falando francês. A criança nasce falando crioulo/ porque é a língua da família dele, é a língua que é falada em casa (E02, p. 04).

Para ele, o crioulo é uma língua popular, que *toda a população* – com uma ênfase em sua fala, marcando talvez a partir dela e a partir dessa língua um sentimento de pertença a uma coletividade mais ampla que em função do crioulo se reconhece – usa para se exprimir. Nesse sentido, sua fala se alinha com a de E04, pensam ambos em uma língua a partir do coletivo. Convém ressaltar que esses enunciados sobre a língua em uma perspectiva mais “ampla” possam advir do fato de que ambos os enunciadores, 02 e 04, realizam o mesmo curso superior, na área de humanidades, em semestres diferentes.

Não propomos que, para entender a língua como um fenômeno social – o que ela é, de fato –, faz-se necessário fazer uma graduação em ciências humanas, mas sim que, ao falarmos de nossa relação com a língua, vamos trazer marcas de quem somos no que diz respeito a ser sujeito e a expressar subjetividade – falamos de nosso lugar enunciativo sobre quaisquer temáticas das quais falemos, de fato –, de modo que em seus enunciados apareçam marcas dessa posição no discurso. Na fala de E02, chama a atenção a repetição do significante *popular*.

Para ele, a criança “*nasce falando*” o crioulo. Nessa perspectiva, podemos compreender que nada há antes da língua. Entendimento esse que se coaduna com o proposto por Lacan (1953-1954 [2009]), quando salienta que antes da palavra nada é nem não é. Só a partir dela se pode ser.

É nessa dimensão que uma palavra se situa antes de tudo. A palavra é essencialmente o meio de ser reconhecido. Ela está aí antes de qualquer coisa que haja atrás. E, por isso, é ambivalente e absolutamente insondável. O que ela diz, será que é verdade? Será que não é verdade? É uma miragem. É essa miragem que lhe assegura que estão no domínio da palavra (LACAN, 1953-1954 [2009], p. 311).

Ela não apenas funda o sujeito como também funda a possibilidade de o sujeito se fazer/ser. Ela já está lá quando a criança nasce e lança sobre ela o seu imperativo. A criança nasce falando, ou, ao menos, sendo falada.

O E02, portanto, apresenta uma descrição bastante interessante dessa primeira língua. É a língua de todo um povo, de toda uma população. É, em suas palavras,

popular. Por outro lado, ela afeta o sujeito de modo radical, incidindo sobre ele ainda na gênese de sua construção, subjetiva e biológica, possibilitando-o ser. Designação de mão dupla que não se faz excludente.

Interessante ainda é pontuar que o enunciador aponta o crioulo como uma linguagem:

SD03¹⁸: *O Haiti é/ bilingue, um país que fala duas línguas. Portanto crioulo e francês. Crioulo como **linguagem**/ popular/ nativa. Por quê/ quando você/ qualquer haitiano, tipo, ou seja, todos os haitianos falam crioulo. Porém tem uma parte da população que não fala francês. Ou seja, o francês é estabelecido como uma língua elitista, uma língua que é somente algumas pessoas que têm algum acesso à educação, algum grau de educação que são capazes de/ exprimir naquela língua/ Então. É/ uma história. É um fenômeno que// Que acontece devido o processo colonial, o passado colonial do país (E02, p. 03).*

Podemos considerar, então, que o enunciador compreende que o crioulo é uma língua que em si se transborda? Que se faz linguagem por ir além da língua enquanto código linguístico e ter algo que em si lhe escapa? Nesse sentido, retomamos Milner se reportando às construções teóricas de Lacan:

Vê-se, reciprocamente, que a proposição lacaniana segundo a qual “não há metalinguagem” deixa-se imediatamente traduzir por “há algo da linguagem que se inscreve como não-todo” – e que ela consiste apenas na afirmação de que, na linguagem, existe lalingua (MILNER, 2016, p. 76).

Algo, portanto, sobra. Ex-siste, com relação a essa linguagem a qual Milner aponta e E02 se refere, algo de não totalizável. *Lalingua*. Entendemos, diante do exposto por nosso entrevistado, que, ainda que ele não nomeie essa primeira língua como língua materna, sente dela os seus efeitos.

Vai-se além de um código, não é para todo e qualquer falante. Não propomos essa assertiva como algo taxativo, ou uma abstração desconstrutora em relação ao crioulo como língua. Propomos que seja para o E02 que ela transborde. Para ele é que ela vai além de um código linguístico, uma vez que “[...] a língua materna não se

¹⁸ Uma vez que o enunciado dialoga com o que vínhamos trabalhando na página 54 sobre as políticas linguísticas, e aqui ajude a construir nossas reflexões sobre o entendimento que eles têm sobre suas línguas, optamos pela replicação e manutenção da notação da SD.

separará jamais dessa sedimentação afetiva para tornar-se um instrumento de designação objetivo das coisas do mundo, no sentido em que pode sê-lo a linguagem científica” (REVUZ, 2001, p. 219-220).

O E03 relaciona o crioulo haitiano com a função de maternagem. Se usualmente grafa-se *língua materna* ou *língua da mãe* – e com Derrida [1996] vamos entender que o “da” é indicativo de origem da língua, e não de pertencimento –, o enunciador se refere ao crioulo de outro modo. Diz ele:

SD22: *A gente pode chamar essa língua, língua mãe também/ por quê/ desde que eu/ já/ eu já comecei a entender algumas palavras em francês// Mas a gente/ a gente fala mais o crioulo, mas pra poder falar mais o francês a gente precisa ir na escola. Quem não/ for pra escola/ fica um pouco difícil pra poder/ falar o francês mas o crioulo/ mesmo que a pessoa não/ foi pra escola/ ela consegue falar o crioulo normalmente//* (E03, p. 02).

Nessa perspectiva, o enunciador aponta que o crioulo *é* a mãe, enquanto língua. Não se refere a essa primeira língua a partir de uma *relação* com a mãe, tal como ocorre com a língua materna, nem de origem tampouco de pertencimento, para ele *é* a “*língua mãe*”. Retomando o já discutido (LACAN 1968-1969 [2008]; FINK 1998), podemos entender que essa língua tenha, para o E03, papel desse Outro alienante – na língua materna *é* a mãe que faz esse papel –, cuja proximidade *é* por vezes sufocante. Essa língua seria, nessa perspectiva, uma língua constitutiva do sujeito, mas alienante e potencialmente perigosa. A língua mãe – enquanto Outro, conjunto de todas as expressões de uma língua – e a mãe – como protótipo do Outro – não encontram e não apresentam limites.

Entendemos, nesses termos, que a palavra não falta. O que ocorre *é* a supressão ou repressão da palavra. Igualmente, não *é* a mãe quem faz isso, mas sim a entrada de S2 em jogo e a inserção do sujeito no campo do Simbólico. A castração e o interdito devem vir – *a posteriori* – de outro lugar.

O papel da mãe *é* o desejo da mãe. *É* capital. O desejo da mãe não *é* algo que se possa suportar assim, que lhes seja indiferente. Carreia sempre estragos. Um grande crocodilo em cuja boca vocês estão - a mãe *é* isso. Não se sabe o que lhe pode dar na telha, de estalo fechar sua bocarra. O desejo da mãe *é* isto (LACAN, 1992, p. 105).

A mãe, sem essa interdição que vem de outro lugar e que impede a bocarra de se fechar, é puro desejo. Um desses lugares supostos de onde pode vir a castração na linguagem, fazendo as vezes de metáfora paterna, é a gramática. Ela vem vetar a função de excesso presente na língua materna na medida em que essa se imbrica com a língua e a partir daí algo sobra e escapa da representação. Se a língua é fato e por seu contato com o real é, portanto, irrepresentável em seu todo, a gramática se institui como um imperativo de inserção no simbólico. Afasta essa *língua-mãe* e transforma-a em língua como Outro, vedando o puro desejo.

Esse vínculo entre as duas representações procede da *identificação simbólica* e, como tal, é representado através das “leis da língua” (lógica e gramática), de modo que, também aí, fica claro que todo discurso é ocultação do inconsciente (PÊCHEUX, 2016, p. 163-164).

Assim, a gramática e a inserção em uma língua “correta” inserem o sujeito em uma língua que é do outro, uma vez que compreendemos com Derrida que dizer que a língua é do outro e não é minha não significa dizer que é estrangeira (DERRIDA, 1996, p. 18), embora isso seja possível.

Em nosso caso, ou no caso de nossos entrevistados, isso se dá de forma relativa. O francês – com relação ao crioulo, no Haiti – não é por definição uma língua estrangeira, haja vista que ambas são línguas oficiais do país. Entretanto, ele se marca como uma língua – enquanto código linguístico – outra. Para Revuz (2001), essa forma de relação com o que ela chama de língua estrangeira – aqui essa língua do Outro, *extima*, talvez – vem desestruturar a relação já estabelecida com a língua materna.

E01, por fim, apresenta essa primeira língua como língua materna. Diz ele:

SD23: *sobre o crioulo que eu falei que é/ que seria uma língua materna, por exemplo, em casa quando você// o Nenê digamos, o bebezinho, o pai, a mãe, sempre falava geralmente em crioulo, por exemplo...* (E01, p. 05).

Sendo materna, faz-se primeira e marca sua importância a partir desse enlace com a mãe – e com o pai – que fala(m) com essa criança em *sua* língua. Língua como relação, como cuidado e como investimento, o enlace que se sustenta nela se dá a partir do crioulo (*geralmente* [SD23 E01]). O crioulo como língua primeira é língua do pai e

da mãe, a partir deles irá se dar a inserção dessa criança-sujeito na linguagem. A língua é, portanto, sempre de um Outro.

Mais pour cette raison même, le monolinguisme de l'autre, cela veut dire encore autre chose, qui se découvrira peu à peu: que de toute façon on ne parle qu'une langue — et on ne Va pas. On ne parle jamais qu'une langue - et elle est dissymétriquement, lui revenant, toujours, à l'autre, de l'autre, gardée par l'autre. Venue de l'autre, restée à l'autre, à l'autre revenue¹⁹ (DERRIDA, 1996, p. 70, grifos no original).

A fala de E01 nos remete ao exposto por Derrida (1996), quando pontua que a língua – enquanto sistema linguístico – é da mãe, mas também é do pai, e de outros além deles. Não é por ser a língua da mãe que ela importa, mas sim por *vir* por meio da mãe se presentificar para o sujeito a partir do discurso dessa mãe em sua função de maternagem e de cuidado dessa criança. E ainda:

SD24: *...o crioulo para nós não foi algo esforçado, pra aprender// Era mais/ A GENTE BRINCAVA EM CRIOULO, fazia tudo. [...] Digamos assim, a língua crioula, por isso a gente sempre se refere como a língua materna. Por que, mesmo quando você era tipo/ a sua mãe tava grávida, você ouvia né na/ na/ **dentro da barriga**, crioulo, entendeu? Fica algo mais NATURAL, entendeu? Não tem como um haitiano, um/ uma criança haitiana, nasce lá, não fala crioulo (E01, p. 06).*

A língua se faz. Ela é código linguístico, mas também é órgão, “[...] uma víscera que, não por acaso, curto-circuitando o dentro e o fora do organismo que ela habita, se consagra em português na talvez mais célebre e mais banal das catacreses, passando inclusive despercebida como tal: a saber, *a língua*” (SOUZA JR., 2019). Se o corpo é constituído pelo Outro a partir de significantes na medida em que é nomeado e que é dito, o corpo da criança ou do adulto haitiano não é apenas marcado pelo crioulo. Ele é, em sua totalidade, constituído em sua singularidade por ele.

A ligação entre a língua e o corpo é inegável. A língua vem do outro e com o outro se enlaça. Dá-nos a língua e nos faz língua. Para E01, a relação com a língua

¹⁹ Mas por essa mesma razão, o monolinguismo do outro quer dizer ainda outra coisa, que se descobrirá pouco a pouco: que de todo modo, não falamos apenas uma língua – e não vamos. Não falamos jamais apenas uma língua – e ela é dissimetricamente, regressando-lhe, sempre, ao outro, do outro, guardada pelo outro. Vinda do outro, ficando com o outro, ao outro retornando (DERRIDA, 1996, p. 70, tradução nossa).

materna é visceral. Não há outro significante que, em nosso entendimento, construa significações de forma tão adequada desse lugar que ela ocupa em sua vida. Diz ele: “[...] *you* ouvia né na/ na/ dentro da barriga, crioulo” (SD24 E01), marca-se em seu discurso que essa língua materna o constitui, ainda no útero de sua mãe enquanto é *um* com ela e com ela se confunde, ainda ali sofre da língua seus efeitos e suas benesses. *Língua é mais que sangue.*

E01 ainda marca que falar o crioulo é para ele algo mais *natural*. Para Lacan: “O que é inicialmente natural ou biológico não cessa de referir-se ao plano simbólico, onde se trata de assunção subjetiva, já que o próprio sujeito é tomado na cadeia simbólica” (LACAN, 1956-1957 [1995], p. 96). A pretensa naturalidade do crioulo como língua materna, então, mostra-se objeto de um ordenamento simbólico.

Língua do lar, o crioulo é também a língua da brincadeira e aparece nessa função com uma ênfase significativa. E01 quase se choca ao afirmar o quão natural poderia ser essa língua, já que por meio dela é possível brincar. Uma língua democrática, possível de ser dita por crianças e que por meio dela as crianças possam se dizer.

Lacan, no posfácio de seu *Seminário 11*, aponta que a inserção da criança na escola é a desmaternalização de sua língua. Em verdade, o autor aponta que:

Eu, contudo, visto a quem falo, tenho que tirar dessas cabeças o que elas creem manter do tempo da escola, dita sem dúvida maternal pelo que nela se possui até à desmaternalização: ou seja, que se aprende a ler ao se alfabetizar. Como se a criança ao saber ler por um desenho que é girafa, por um outro que é gato que se tem que dizer, não aprendesse somente que o G, com que os dois se escrevem, nada tem a ver com se ler pois que não responde por isso (LACAN, 1973 [1996], p. 272, grifos no original).

Embora o autor não clarifique o uso de “alfabetizar” (no original “*alphabétissant*” [LACAN, 1973, p. 252]), jogo de palavras entre alfabetizar e besta (*Bête*), propondo uma conjugação desse substantivo, entendemos que com esse alfabetizar o autor se refira a uma nova assujeição (e, portanto, apagamento) perante o Outro.

Mais do que propor uma concepção fechada dessa primeira língua que dê conta de atender nossas aspirações teóricas, buscamos por outro lado, compreender os entendimentos que nossos entrevistados constroem e dos quais se apropriam a partir dela.

Em suas concepções/definições dessa primeira língua, ela aparece sempre relacionada a alguém outro, para além da mãe, seja entendida como língua popular, língua do povo ou do pai – a exceção se dá na fala de E03, que entende essa primeira língua como A mãe por excelência. Nessa perspectiva, é pertinente retomar Lacan (1953 [1982]), que salienta que *toda* relação simbólica é sempre inscrita em uma relação a três. Além disso, cabe citar Lacan e Granoff (LACAN; GRANOFF, 1973, p. 99), que argumentam que essa relação triangular é sempre carregada de conflito. Em síntese:

*[...] toutes les relations à deux sont marquées du sceau de l'imaginaire. Car pour qu'une relation assume sa valeur symbolique, il faut la médiation d'une troisième personne qui procure l'élément transcendant à travers lequel la relation du sujet à un objet peut être maintenue à une distance donnée*²⁰ (LACAN; GRANOFF, 1973, p. 103).

A presença de um terceiro é então condição imprescindível para a ocorrência do simbólico. Seja esse terceiro o pai, quando designamos essa primeira língua como materna, seja a multiplicidade de falantes quando pensamos nela no que diz respeito à língua do povo. Esse Outro variável se faz, de algum modo, sempre presente.

Nesta seção, buscávamos trazer ao leitor representações mais objetivas acerca dos entendimentos que nossos entrevistados têm de suas línguas. Em razão de nosso método, e de não pretendermos construir um texto que, de forma engessada, adeque-se ao que propomos anteriormente, mas pelo contrário, construir um texto a partir do que é trazido por nossos entrevistados em um movimento pendular entre teoria e *corpus*, percebemos que a proposta de nossa seção sofreu um deslocamento.

Se buscávamos, no momento das primeiras estruturações do sumário e propostas de temas das seções, falar dos entendimentos de línguas que possuem nossos entrevistados, no decorrer da construção do texto, percebemos que ele tomou um caminho outro. Ainda discorremos, é claro, acerca da relação dos enunciadores com suas línguas, tanto que os significantes que dão nome a essa última seção são extraídos de seus relatos, mas por outro lado essa relação não é da ordem de um *entendimento* sobre a língua. É uma relação outra, menos objetiva e menos consciente. Talvez seja acerca da forma como eles significam o afetar-se por essa língua que os envolve.

²⁰ Todas as relações a dois são marcadas pelo selo do imaginário. Para que uma relação assuma o seu valor simbólico, é necessária a mediação de uma terceira pessoa que forneça o elemento transcendente por meio do qual a relação do sujeito com um objeto pode ser mantida a uma dada distância (LACAN; GRANOFF, 1973. p. 103. Tradução nossa).

TENTATIVA DE SÍNTESE

Deslocamento. Processo que atravessa a produção da pesquisa e da escrita do texto e modula os seus contornos, se faz condição e possibilidade do desenvolvimento da pesquisa. Só através desse deslocamento de posições e de saberes é que é possível que a pesquisa, e portanto o sujeito pesquisador, nos façamos um ao outro. Afetado pela pesquisa e pelo contato com os informantes, passo a me reconhecer em uma posição deslocada, posição de entre-meios e entre-teorias – em um programa de pesquisa que se distingue da base de minha formação em psicologia – que é muito gratificante e prazerosa, abrindo para novas possibilidades.

Ao longo desta pesquisa buscamos compreender os processos pelos quais o sujeito da linguagem é atravessado no seu processo de constituição. Mais do que o atravessar, eles lhe possibilitam efetivamente vir a ser enquanto sujeito.

Um ponto que merece ser levantado, ainda que de forma breve, é a língua na qual se realizaram as entrevistas. No desenvolvimento de nossas análises – de modo mais pontual acerca daquelas desenvolvidas no capítulo sobre o entre-línguas –, permitimo-nos ouvir nossos entrevistados uma vez mais acerca desse lugar instável em que se enunciam.

O que ouvimos fez eco a Revuz (2001) e a inconformidade entre o eu da língua estrangeira e o eu da língua materna. Se, ao contrário daquela, esta última nunca vai ser um simples instrumento de designação, pois é lugar de sofrimento e de paixão (DERRIDA, 1996), o que dizer quando nossos entrevistados são convidados a falar de si em uma língua que é, marcadamente, do outro? Isso invalida ou desqualifica a pesquisa? Entendemos que não.

Na construção de nosso projeto de pesquisa, em um primeiro momento, buscávamos informantes que tivessem vindo para o Brasil a partir de 2016 e que não estivessem inseridos no espaço acadêmico. Depois, entendemos pertinente alterar esse critério, pois não tínhamos muita certeza se os informantes poderiam e se sentiriam confortáveis para participar de uma pesquisa que lhes demandasse se expressar em português brasileiro. Coincidentemente, temos informantes que de fato vieram para o Brasil após 2016, embora não seja esse o ponto que aqui nos interessa.

Buscamos, nesta pesquisa, compreender como o sujeito se situa nesse espaço entre-línguas e culturas. Para isso, entendemos anteriormente e também agora, que realizar a entrevista nessa língua-outra seria bastante profícuo, uma vez que nos

interessava essa desestabilidade proposta pela língua do Outro, essa necessidade de um recuo, por vezes, físico (REVUZ, 2001), que ela provoca e induz. A isso essa língua do outro se presta muito bem, de fato. O ponto é que a língua materna também cumpre essa função, com mais maestria, talvez. Se a língua do outro carrega sentidos intelectualizados porque amparados em um saber-dizer, a língua materna flui por meio do sujeito o dizendo.

Retomando. Poderíamos, então, propor a realização de uma entrevista em crioulo haitiano para que assim atingíssemos, de forma mais massiva, essa almejada aproximação com a língua materna, essa primeira letra a matar a coisa? Sim e não.

Em uma perspectiva metodológica, isso seria possível mediante a tradução de nossa pergunta inicial para o crioulo haitiano e depois uma tradução das entrevistas para o português brasileiro. Se isso funcionaria de fato, já é uma outra questão e um problema bem mais complexo. Entendemos que não funcionaria melhor do que a partir da forma na qual a pesquisa foi desenvolvida. Enquanto pesquisadores, não temos familiaridade com o crioulo para reconhecer a partir dele faltas na língua.

Compreendemos que, ao não desenvolvermos a pesquisa na língua materna dos entrevistados, algo se perde. Percebemos que, ao desenvolver as entrevistas na língua do Outro, algo se ganha. Esse quadro diz de problemáticas de tradução (DERRIDA, 2006) inerentes a essa posição de entre-línguas.

Um ponto a ser discutido eventualmente que pode colaborar na resolução dessa problemática, se não nesta pesquisa, mas em outras que versem sobre o mesmo tema, é a possibilidade de mudança de língua materna, tal como apontado por Altenhofen (2002). Entendemos que aqui não se faria possível, pois antes de compreendermos se é factível ou não uma mudança de língua materna, faz-se necessário compreender o que é de fato que queremos dizer ao falar sobre *língua materna*. Essa é, entretanto, uma discussão bastante interessante, pois pode diluir ainda mais essas separações entre a língua materna e a língua do outro, possibilitando assim uma forma de “contornar” esse já apontado problema de tradução na realização de pesquisas com imigrantes.

Ao nos propormos trabalhar com imigrantes haitianos pesquisando, com a colaboração desses, o entre-línguas, em nosso imaginário teríamos muito conteúdo acerca de suas relações aflitivas e prazerosas com o português brasileiro e com os atravessamentos que sofrem em razão da posição que ocupam na sociedade. No desenrolar dos fatos, não foi isso o que aconteceu.

Pudemos perceber na realização das entrevistas uma ênfase muito significativa nas relações que eles mantêm com o crioulo e com o francês, ambas as línguas lhes afetam de modo muito significativo e se confundem com sua constituição de sujeito. O crioulo aparece para todos como uma língua ligada à maternidade e aos processos de maternagem, língua que a criança ouve na barriga da mãe e língua que se confunde com a própria figura materna. O francês surge como uma língua elitista, que determina posições sociais e interdita possibilidades no Haiti. As duas línguas tiveram um papel muito importante para cada um dos enunciadorees enquanto ainda viviam no Haiti. O dizer sobre essas línguas, que aparece com muito mais frequência e intensidade do que ocorre com o português, por exemplo, sugere um retorno ao passado.

Entendemos que essa ênfase no passado, em seus discursos, diga de suas relações com o presente e com as posições de sujeito que ocupam hoje. Todas as quatro entrevistas foram realizadas entre os meses de agosto e setembro de 2020 durante a já citada pandemia da COVID-19. Acreditamos que o isolamento social e a separação dos entrevistados de pessoas que lhes são caras e que nesse período estão no Haiti possa ter provocado nos entrevistados esse “retorno” a uma época outra.

A partir das considerações de Weissmann (2017), e a partir da situação que se apresenta no momento do desenvolvimento da pesquisa, somos levados a entender que, nesse momento, nossos entrevistados se encontram em uma posição de exílio e não apenas de imigração. Esse entendimento se dá a partir da impossibilidade experienciada pelos entrevistados de voltar para o Haiti – ainda que provisoriamente – uma vez que as viagens internacionais têm sido regulamentadas – ou vinham sendo, no momento das entrevistas – de uma forma bastante rígida.

Ainda que no caso de nossos entrevistados o deslocamento para o Brasil não tenha se dado de uma forma forçada, e ainda que tenha havido uma escolha do destino, entendemos que, neste momento, a situação em que se encontram produz efeitos similares aos de uma situação de exílio. Para Weissmann (2017), o exilado, em função da condição na qual se encontra, tem dificuldade de inserção na nova cultura. Entendemos e reiteramos, talvez tenha sido essa a razão de um “retorno simbólico” – ou da ordem do imaginário? – ao Haiti.

Com relação à noção de língua materna por nós trabalhada, é preciso dizer que, ainda que tenhamos proposto um breve levantamento teórico acerca do que se diz sobre a língua materna em textos da sociolinguística e também em textos outros, visando a uma apropriação mais significativa com relação a esse significante que atravessa toda a

construção de nosso texto e de tantos outros que tratam do entre-línguas, não encontramos uma definição que nos satisfaça teoricamente.

Na seção 1.4, propusemos compreender como o sujeito se constitui a partir do Outro e da inserção no simbólico por parte desse. Como resultado disso, chegamos ao entendimento de que (em uma perspectiva muito singular, que diga apenas da relação da criança com suas figuras materna e paterna), a expressão *língua materna* refira-se a uma forma de relação, ou ainda, seja resultado de uma relação triangular entre criança, mãe e pai. Nessa perspectiva, ao lançarmos mão desse significante, estamos nos referindo a uma forma muito específica da língua, tal como utilizada por aqueles que, para a criança, executem as funções materna e paterna.

Entendemos, assim, que isso a que viemos chamando de língua materna ou língua dita materna comporte toda a singularidade do que é verbalizado pelos cuidadores da criança. Nessa perspectiva, língua materna não coincide com a língua nacional ou com a língua oficial de um país – Aquino (2016) ainda aponta nesse sentido que a língua nacional não é, necessariamente, falada por ninguém, já que é fruto de um processo de gramatização.

A forma como se dão as possibilidades de variação, ou simplesmente variações linguísticas, em sua amplitude diatópica e diastrática faz com que, naturalmente, a língua não se faça uma com ela mesma (DERRIDA, 1996). Entendemos que as diferentes variações linguísticas não vão afetar todos os sujeitos da mesma forma, uma vez que algumas estão mais próximas da representação coisa – para o falante – do que outras, sendo que, mesmo dentro da mesma língua, ela pode se fazer estrangeira para o sujeito.

Nessa perspectiva, é necessário pensar a língua materna não apenas como uma categoria da ordem do empírico e do totalizável – isso é impossível, como já vimos com Milner (2016) –, mas sim que há algo da ordem do discursivo no que tange a essa língua. Os entendimentos que propomos acerca da língua materna neste texto são aplicáveis para a nossa pesquisa a partir de nosso referencial teórico e não tencionamos a partir deles propor um conceito universal acerca da língua materna.

Entendemos com Aquino (2016) que se fazem necessários aprofundamentos no que tange aos entendimentos de língua materna tal como trabalhados pela linguística. O pesquisador aponta que:

Um aspecto a ser observado é que a língua materna é frequentemente tomada pelos estudiosos da linguagem como algo que já se sabe por antecipação. Com efeito, diferentemente das divergências teóricas em torno da definição de vocábulos como “língua”, apenas para ficar nesse exemplo, a heterogeneidade em torno dos conceitos básicos que sustentam a Linguística não parece se aplicar à expressão *língua materna*, muitas vezes usada sem maiores explicações, como se seu sentido fosse evidente. Na verdade, embora a língua materna seja um termo canônico nas indagações sobre linguagem, os sentidos de língua materna flagrados nessas indagações não estão muito distantes do lugar comum (AQUINO, 2016, p. 129).

Concordamos com o autor e entendemos muito pertinente um maior aprofundamento com relação a esse conceito, uma vez que ele é carregado de efeitos de evidência que acabam por torná-lo por vezes nebuloso e impreciso. Para o autor, isso pode levar a erros teóricos. Ora, se os sentidos não são estáveis e essa língua se mostra instável e desestabilizante, acreditamos que se faça necessária uma maior compreensão acerca das significações que ela constrói para um avanço das pesquisas que versem sobre o entre-línguas.

Retomando nosso questionamento inicial, o processo de constituição do sujeito no espaço entre-línguas, talvez seja agora o momento de clarificar alguns pontos que nos guiaram no desenvolvimento de nossa pesquisa. O sujeito sobre o qual viemos discutindo no decorrer desta dissertação é um sujeito do simbólico, um sujeito que, atravessado pela linguagem e por ela constituído tem seu lugar definido ainda antes de seu nascimento por meio da instituição de um nome próprio e de definições outras que recobrem e estruturam seu corpo. O *infans* (a criança que ainda não fala) vai passar a ser um sujeito na medida em que se assujeita ao Outro como tesouro da linguagem e do significante.

Ao pretendermos compreender o processo de constituição do sujeito, não é ao sujeito singular e singularizado que participou de nossas entrevistas que nos referimos. Seria inviável compreender como *esse* sujeito se constitui a partir de um dizer de quarenta minutos. O que pretendíamos, e talvez tenhamos podido até certo ponto, era compreender os processos pelos quais o sujeito da linguagem, figura não singularizada, constitui-se a partir de situações de não monolinguismo.

Nossa inquietação surge diante de leituras sobre os processos de constituição do sujeito em sua relação com o Outro, tal como abordados por Fink, em *O sujeito Lacaniano* (1998), Luciano Elia, em *O conceito de sujeito* (2004), e pelo próprio Lacan no “*Seminário 4, As relações de Objeto*” (1956-1957 [1995]). Esses textos, e tantos outros, cada qual ao seu modo vão versar sobre os processos de constituição do sujeito,

um sujeito que sendo desestruturado pela presença do Inconsciente tem no simbólico suas mais presentes tentativas de significação e constituição – que são mais presentes, pois o imaginário e o real têm papéis significativos na constituição desse sujeito, muito embora não seja o que neste momento tenhamos buscado enfatizar.

Retomemos o conceito de *posição sujeito*, de Michel Pêcheux. Acreditamos que esse que assume diferentes posições de sujeito no funcionamento social contemporâneo sendo afetado de uma forma singular justamente por ocupar essa posição enunciativa nunca é um sujeito pronto e acabado. Não há indivíduo, tampouco a coincidência cartesiana entre pensar e ser é verdadeira. O sujeito, tal como o compreendemos, é sempre uma possibilidade, um devir. Nossos sujeitos participantes da pesquisa, imigrantes haitianos, são sujeitos que assumem determinadas posições e enunciam de determinadas formas pelas posições mesmas que ocupam, sendo sujeitos imigrantes que se *embaraçam* entre-línguas.

Sobre essas línguas, parece adequado entendermos e nos reportarmos à situação como a uma situação de não monolinguismo. Entendemos que há, na dimensão da linguagem, uma pluralidade de desdobramentos e possibilidades que não se esgotam apenas na relação entre distintos idiomas, de modo que dentro de uma mesma língua pode haver outras que afetam os sujeitos de distintos modos.

Da mesma maneira, reconhecemos, no que tange às línguas na forma como as compreendemos, uma dimensão de não totalizável e, portanto, não quantificável. Entrelaçadas, as línguas se misturam e a possibilidade de classificá-las é prejudicada.

Se não há esse fechamento, não entendemos adequado falar em bilinguismo, multilinguismo e outras. Optamos neste texto, então, por nos resguardar marcando apenas que não há, na situação de nossos enunciadoreis – e com Derrida entendemos que em situação alguma – monolinguismo.

Se não há fechamento, vamos entender que o processo de constituição do sujeito não se conclui. Atravessado pela linguagem, desestabilizado pelo inconsciente, assujeitado a um funcionamento ideológico e a determinismos sociais que são ou não institucionalizados, o sujeito é sempre uma possibilidade.

Se não há fechamento, este texto não se conclui, mas se abre para novas possibilidades.

REFERÊNCIAS

ALTENHOFEN, Cléo Wilson. **O conceito de língua materna e suas implicações para o bilingüismo (em alemão e português)**. In: Martius-Staden-Jahrbuch, São Paulo, n. 49, p. 141-161, 2002.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AQUINO, José Edicarlo de. Para além da figura da mãe: Reflexões sobre a noção de língua materna. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 37, p. 125 – p. 153, 2016. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao37/cronica1.pdf> Acesso em: 13 de abril de 2021.

BORDIGNON, Sandra de A. F; PIOVEZANA, Leonel. Inserção social e escolar dos haitianos em Santa Catarina. **VI Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade – Rio 2015**. Anais eletrônicos. Disponível em: encurtador.com.br/mCFPW. Acesso em: 04 de fev. 2020.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas lingüísticas**. Florianópolis e São Paulo: Ipol/Parábola. 2007.

COSTA, Débora Cristina. **Constituição identitária no espaço entre-línguas**: Marcas discursivas em narrativas de imigrantes haitianos. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó. 2016.

CORACINI, Maria José. **A celebração do outro**: Arquivo memória e identidade: Línguas (materna e estrangeira), plurilingüismo e tradução. Campinas, SP. 2007.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise de discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

DECROSSE, Anne. Um mito histórico, a língua materna. In: VERMES, G.; BOUTET, J. (Orgs.) **Multilingüismo**. São Paulo: Editora Unicamp, 1989.

DERRIDA, Jacques. **Le monolingüisme de l'autre**. Paris, França. Galilée, 1996.

DERRIDA, Jacques. **Torres de Babel**. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2006.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo**: uma impressão freudiana. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elizabeth. De que amanhã. **Diálogos**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DUNKER, Christian Ingo Lenz; PAULON, Clarice Pimentel; MÍLAN-RAMOS, José Guillermo. **Análise Psicanalítica de Discursos**: Perspectivas Lacanianas. São Paulo. 2. Ed. Estação das Letras e Cores. 2017.

ELIA, Luciano. **O conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Zahar. 2004.

FALEIROS, Fabiana. *et al.* Uso de questionário online e divulgação virtual como estratégia de coleta de dados em estudos científicos. *In: Texto e contexto – Enfermagem*. vol. 25, n. 4, 2016. Disponível em: encurtador.com.br/aLVX8. Acesso em: 07 de jun. 2020.

FANON, Frantz. O negro e a linguagem. *In: FREUD, Sigmund. Pele negra: máscaras brancas*. Salvador. EDUFBA, 2008. p. 33-51.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. *In: Revista do programa de pós-graduação em letras*. p. 39-46, 2003 Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11896>. Acesso em: 09 de jan. 2021.

FINK, Bruce. **O sujeito Lacaniano: entre a linguagem e o gozo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FREUD, Sigmund. O inconsciente (1915). *In: FREUD, Sigmund. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. 14, p. 165-224, 2006a.

FREUD, Sigmund. (1919) O estranho. *In: FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, v. 17, p. 235-276, 2006.

FREUD, Sigmund. (1919). **O Infamiliar: [das unheimliche]** Trad. Ernani Chaves, Pedro Heliodoro Tavares e Romero Freitas. Belo Horizonte: Autêntica. 2019.

FREUD, Sigmund. (1924) A dissolução do complexo de Édipo. *In: FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago, v. 19, p. 215-226, 2006.

GAUFEY, Guy Le. **A incompletude do simbólico: de René Descartes a Jacques Lacan**. Trad. P. S. de Souza. Jr. Campinas, SP: Editora Unicamp. 2018.

hooks, bell. **Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black**. Boston: South End Press, 1989.

KHATIBI, Abdelkebir. **Amour bilingue**. Fata Morgana, 1983.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 244 p

LACAN, Jacques. (1953). O seminário sobre "A carta roubada". *In: Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 13-68, 1998.

LACAN, Jacques. (1953). A ciência e a verdade. *In: Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 869-892, 1998.

LACAN, Jacques. (1953-1954). **O Seminário, livro 1:** os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LACAN, Jacques. (1956-1957). **O Seminário, Livro 4:** a relação de objeto. Rio de Janeiro: Zahar, 1995

LACAN, Jacques. (1953). *Le symbolique, l'imaginaire et le réel. In: Fragments 3.* Paris: Bulletin intérieur de l'école lacanienne de psychanalyse, p. 107-139, 1987.

LACAN, Jacques. (1957-1958). **O Seminário, livro 5:** as formações do inconsciente. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1999.

LACAN, Jacques. (1973) **O Seminário, livro 11:** os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LACAN, Jacques. *Livre XI: Les quatre concepts fondamentaux de la Psychanalyse.* Paris: Éditions du Seuil, 1973.

LACAN, Jacques. (1968-1969) **O Seminário, livro 16:** de um Outro ao outro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LACAN, Jacques; GRANOFF, Wladimir. *Le fétichisme : Le symbolisme, l'imaginaire et le Réel.* In: *Fragments 3.* Paris: Bulletin intérieur de l'école lacanienne de psychanalyse, p. 73-105, 1987.

LEAL, Marília Daniella Freitas Oliveira; LEITE, Alexandre César Cunha. A Política Externa Brasileira e a questão dos deslocados ambientais: breves reflexões sobre a (des)proteção dos haitianos no Brasil. **Revista de Estudos Internacionais**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p.47-58, 2012. Disponível em: <http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/viewFile/102/pdf>. Acesso em: 16 de junho de 2021.

LEITE, Nina Virginia de Araújo; SOUZA JR. Paulo Sérgio de Souza. Corpo e língua materna. In: TEPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera. (Orgs.) **Corpo.** Belo Horizonte, MG. Editora Autêntica. 2021. p. 39 – p. 38.

MAJOR, René. **Lacan com Derrida.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARIANI, Bethania. **Colonização lingüística.** Campinas, SP. Pontes, 2004.

MARLI GONÇALVES. **Exclusivo:** Uma fita que constrói o infinito. Fev. 2013. Disponível em: [Fita de Mobius – Marli Gonçalves \(wordpress.com\)](https://www.marli.com.br/2013/02/uma-fita-que-construi-o-infinito/) Acesso em: 20 de junho de 2021.

MELMAN, Charles. **Imigrantes:** incidências subjetivas das mudanças de língua e país. São Paulo: Escuta, 1992.

MILNER, Jean Claude. **O amor da língua.** Trad. P. S. de Souza. Jr. Campinas, SP: Editora Unicamp. 2016.

MORAES, Isaias Albertin de; ANDRADE, Carlos Alberto Alencar de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. A Imigração haitiana para o Brasil: Causas e efeitos. *In: Conjuntura Austral*, Vol. 4, nº. 20. 2013. Disponível em: [A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios | de Moraes | Conjuntura Austral \(ufrgs.br\)](http://www.ufrgs.br/conjuntura) Acesso em: 20 de junho de 2020.

NASIO, Juan David. **O olhar em psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1995.

OLIVEIRA, Gilvan Müller. Prefácio. *In: CALVET, Louis-Jean. As políticas lingüísticas*. Florianópolis e São Paulo: Ipol/Parábola, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: Princípios & procedimentos**. 8. Ed. Campinas, SP. Pontes, 2015.

PAYER, Maria Onice. A condição humana de imigrantes à deriva: Corpos, línguas e diluição do sujeito. *In: GRIGOLETTO, Evandra. DE NARDI, Fabiele Stockmans (Orgs.). A análise de discurso e sua história: Avanços e perspectivas*. Campinas, SP: Pontes, p. 343-358, 2016.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. Ed. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2016.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: Estrutura ou acontecimento**. 7. Ed. Campinas, SP. Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. (1975) A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In: GADET, Françoise. & HAK, Tony (Orgs.). Por uma análise automática do discurso*. Campinas: UNICAMP, 1993.

PETRI, Verli. Funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do dispositivo experimental da análise de discurso. *In: DIAS, C.; PETRI, V. (org.) Análise de Discurso em Perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: UFSM, p. 37-48, 2013.

PIMENTEL, Marília Lima; COTINGUIBA, Geraldo Castro; RIBEIRO, Ailton Artur da Silva. O crioulo haitiano e seu reconhecimento político. *In: Universitas Relações Internacionais*. v.14, n.1, 2016. Disponível em: encurtador.com.br/cfwIJ. Acesso em: 04 de mar. 2021.

QUINET, Antonio. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro. Zahar, 2012.

REVUZ, Christine. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. *In: SIGNORINI, Inês (Org.) Linguagem e identidade: Elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP. Fapesp, p. 213-230, 2001.

RIOLFI, Cláudia. **O discurso que sustenta a prática pedagógica**. Tese de doutorado. IEL/UNICAMP, 1999.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro. Zahar, 1998.

SOUSA, Edson Luiz André de. **(A vida entre parênteses):** o caso clínico como ficção. *Psicologia Clínica*, 12, (1), 11-19, 2000. Disponível em: [a-vida-entre-parc3aanteses-o-caso-clc3adnico-como-ficc3a7c3a3o.pdf \(wordpress.com\)](http://a-vida-entre-parc3aanteses-o-caso-clc3adnico-como-ficc3a7c3a3o.pdf). Acesso em: 05 de junho de 2021.

SOUZA JR., Paulo Sergio. O sexual no corpo da língua. *In: Gragoatá Revista dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras da uff*, vol. 24, n. 49, p. 536–549, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/34094> Acesso em: 11 de mar. de 2021.

TAVARES, Carla Nunes Vieira. **Identidade itine(r)rante:** o (des)contínuo (des)apropriar-se da posição de professor de língua estrangeira. Campinas, SP. IEL/UNICAMP, 2010.

TAVARES, Pedro Heliodoro. Prefácio. *In: FREUD, Sigmund. (1919). O Infamiliar: [das unheimliche]* Trad. Ernani Chaves, Pedro Heliodoro Tavares e Romero Freitas. Belo Horizonte: Autêntica. 2019.

TAVARES, Pedro Heliodoro. O sinthome como a heresia teórica de Lacan. *In: Ágora* v. XIII n. 1 jan/jun 2010, p. 35-49. Disponível em: SciELO - Brasil - O sinthome como a heresia teórica de Lacan O sinthome como a heresia teórica de Lacan. Acesso em: 20 de junho de 2021.

TFOUNI, Leda Verdiani; LAUREANO, Marcella Marjory Massolini; BARTIJOTTO, Juliana “... lá onde o amor é tecido de desejo ...”: lalangue e a irrupção do equívoco na língua. *In: Cadernos de psicanálise (círculo psicanalítico/rj)*. n.º 39, p. 141-159, 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/ayHS3> Acesso em: 03 de mar. 2021.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. A mudança da política externa brasileira para imigrantes e refugiados: O caso da imigração haitiana no início do século XXI. *In: Barbarói*. n.º 47, p. 22-43, 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/htKL0> Acesso em: 16 de junho de 2021.

URBAIN, Jean-Didier. *La langue maternelle, part maudite de la linguistique? In: Langue française*, n.º54, 1982. *Langue maternelle et communauté linguistique*. p. 7 - p. 28. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1982_num_54_1_5275. Acesso em: 10 de abril de 2021.

WEISSMANN, Lisette. Migração/exílio e a perda da língua materna. *In: Cadernos de psicanálise (círculo psicanalítico/rj)*. n.º 37, p. 185-206, 2017. Disponível em: <[v39n37a11.pdf \(bvsalud.org\)](http://v39n37a11.pdf)> Acesso em: 04 de junho de 2021.

WERNECK, Guilherme Loureiro, CARVALHO Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. *In: Cad. Saúde Pública* n.º36. Disponível em: < SciELO - Brasil - A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada > Acesso em: 02 de fev. 2020.

ANEXO I

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – PPGEL

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)²¹**

(documento a ser enviado aos participantes da pesquisa durante a realização da entrevista [após o aceite verbal])

PREZADO(A) SENHOR(A)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “**A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NA POSIÇÃO DE IMIGRANTE A PARTIR DA LÍNGUA DO OUTRO: UM ESTUDO DE BASE DISCURSIVA**” desenvolvida por Luan Alex de Mattos, discente de Mestrado em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Chapecó, sob orientação da Professora Dra. Angela Derlise Stübe.

Essa pesquisa, tem por objetivo: Pensar como, na pessoa que fala mais de uma língua, essas línguas interferem em sua vida em sociedade e na sua relação com outras pessoas.

Esse estudo é importante, por buscar colaborar para uma maior compreensão e inserção do imigrante haitiano na sociedade.

A participação na pesquisa não é obrigatória, havendo possibilidade de não participação ou de desistência da participação na pesquisa a qualquer momento, não havendo qualquer prejuízo ou necessidade de explicação. Contudo, sua participação é muito importante para a execução da pesquisa, visto que nosso estudo busca compreender a inserção (via língua) de imigrantes haitianos na comunidade chapecoense.

²¹ A versão digital do presente TCLE pode ser acessada através do endereço: <https://forms.gle/qvPuascMPRkqDpzn7>.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo(a) não será divulgado com a pesquisa e o material armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, poderão ser solicitadas informações acerca de sua participação na pesquisa ou desenvolvimento da mesma, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Sua participação consistirá em uma entrevista online sobre como você entende sua relação com *suas línguas*, sendo que a data e horário da entrevista serão definidos em comum acordo entre pesquisador e participante, sendo que a entrevista terá duração média de 45 minutos. A entrevista será gravada em áudio e vídeo, mas somente com a sua autorização, para fins de transcrição das informações.

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o pesquisador e sua orientadora. No entanto, ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, físico e digital, por um período de cinco anos. Após o desenvolvimento da pesquisa, as amostras (vídeos das entrevistas, bem como transcrições das mesmas), por terem sua produção permitida pelo entrevistado à partir da assinatura do TCLE, bem como aprovação do comitê de ética para o seu desenvolvimento, serão armazenadas em meio digital mas em hardware (para fins de comprovação legal e divulgação dos resultados), junto ao Laboratório Fronteiras (Sala B404 Rodovia SC 484 Km 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó – SC), vinculado à Linha de Pesquisa Práticas Discursivas e Subjetividades, esta, integrante do Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal da Fronteira Sul. Posteriormente, os arquivos serão deletados pelo responsável pelo laboratório no período determinado: Junho de 2026.

Esta pesquisa apresenta risco mínimo, visto que buscamos de todas as formas prever e/ou evitar qualquer dano e/ou prejuízos ao participante, no entanto, corremos riscos de ordem emocional, pois ao falar de si, o participante pode vir a se sentir desconfortável, sendo então a entrevista interrompida. Por outro lado, tem como benefícios a possibilidade de se pensar a partir dela como o sujeito se constitui. Aliado a esse interesse teórico, percebe-se em Chapecó a grande quantidade de imigrantes haitianos, que se mudam para cá em busca de melhores condições de vida, e que uma vez aqui, veem-se diante da necessidade de uma maior participação na sociedade (seja em melhores empregos, seja na escola/universidade, seja no convívio com novos amigos) que é muito difícil de ser conseguir sem a aprendizagem do português. Tem-se

como benefício da pesquisa o fato de ela possibilitar uma maior compreensão do quadro da imigração (por haitianos) em Chapecó, e agora não uma compreensão para os pesquisadores proponentes, mas para pesquisadores de outras áreas, bem como para o poder público, podendo servir de base para desenvolvimento de projetos sociais, implementação de políticas públicas, pesquisas intervencionistas e outros. Por fim, reiteramos que o processo da entrevista, propicia ao entrevistado a possibilidade de ser escutado e de ter ali um espaço para falar de si. Essa possibilidade de falar de si e, portanto, de ouvir-se, é muito pertinente, pois se apresenta como possibilidade para o sujeito se ressignificar, falando de suas angústias para um ouvinte idôneo e com garantia de sigilo, esse processo catártico apresenta-se como um benefício direto e imediato aos participantes da pesquisa.

Os resultados poderão ser divulgados em eventos e/ou publicações científicas, mas mantendo sempre o sigilo dos dados pessoais.

Ao final da pesquisa, os resultados serão apresentados a você, participante, em local (ou online, dependendo da situação da pandemia) e data a serem definidos em comum acordo, entre os meses de junho e outubro de 2021.

Desde já agradecemos sua participação!

Você está ciente de que essa conversa está sendo gravada em áudio e vídeo para fins de pesquisa? Você concorda com sua participação na presente pesquisa?

Contato profissional do pesquisador

Tel: (049– 99134-1641)

E-mail: luan.mattos@estudante.uffrs.edu.br

Endereço para correspondência: Rua Rio de Janeiro, 2199D, bloco E-403, bairro Pinheirinho. CEP 89806-030 - Chapecó - Santa Catarina – Brasil

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS: **Tel / Fax** - (049- 2049-3745)

E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br **Endereço para correspondência:** Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Bloco da Biblioteca, Sala 310, 3º andar, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul.

CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil).

Chapecó-SC/...../2020.

Declaro que entendi os objetivos e condições da participação na pesquisa e concordo com a participação.

Nome completo do (a) participante: _____

Assinatura: _____

Luan Alex de Mattos - Pesquisador Responsável _____

ANEXO II

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS

Pwogram Pòsgradyasyon nan Etid Lengistik – PPGEL



TÈM KONSANTMAN LIB AK EKLÈSISMAN (TKLE)²²

(dokiman pou voye bay patisipan ankèt la pandan entèvyou a ap fèt [apre akò vèbal])

MADANM / MESYE

Nou envite ou pou patisipe nan ankèt ki rele “**KONTITISYON YON MOUN NAN POZISYON IMIGRAN A PATI DE LANG YON LOT: YON ETID KI BAZE SOU DISKISYON**”, ke Luan Alex de Mattos devlope, etidyan Metriz nan Etid Lengistik nan Inivèsite Federal Fontyè Sid (Universidade Federal da Fronteira Sul) (UFFS), Campus de Chapecó, sou oriantasyon Pwofesè, Doktè Angela Derlise Stübe.

Ankèt sa, gen pou objektif: Panse kijan, yon moun ki pale plizyè lang, kijan lang sa yo enfliyans nan vi li nan sosyete a e nan relasyon li ak lòt moun.

Etid sa enpòtan, paske li ap chache pote plis konpreansyon sou adaptasyon imigran ayisyen nan sosyete a.

Li pa obligatwa pou patisipe nan ankèt la, genyen posibilite pou ou patisipe nan ankèt la oubyen abandone ankèt la nenpòt moman, anyen pap rive w’, ni tou ou pap bezwen eksplike anyen. Sepandan, patisipasyon ou trè enpòtan pou ankèt la kapab fèt, paske ankèt la ap chache konprann kijan enklizyon imigran ayisyen yo fèt nan kominote Chapecó a (atravè lang).

Ap gen garanti konfidans ak privasite enfòmasyon ke wap ba nou yo. Nenpòt done ki ka idantifye w’ pap soti nan ankèt, kidonk pa genyen moun ki ap konnen kiyès ki di pawòl yo, epi materyèl la ap rete yon kote ki sekirize.

Nan nenpòt moman , pandan ankèt la, oubyen apre ankèt la, nou kapab mande

²² Ou kapab jwenn vèsyon digital TKLE sa nan adrès: <https://forms.gle/qvPuascMPRkqDpzn7>.

w' enfòmasyon, sou patisipasyon ou nan ankèt la oubyen sou dewoulman ankèt la, nou kapab fè sa nan kontak ke ou ap kite pou nou nan tèm sa.

Patisipasyon ou se ap yon entèvyou “online” sou kòman ou konprann relasyon ou ak *lang ou pale yo*, n’ap defini dat ak lè entèvyou yo ansanm, selon lè patisipan an ak lè anketè a disponib, entèvyou a ap dire anviwon 45 minit. Entèvyou a ap anrejistre sou fòm odyo ak videyo, men se selman si ou otorize sa, se paske y’ap bezwen ekri enfòmasyon yo sou papyè, apre.

Entèvyou yo ap ekri sou papyè epi epi anmagazine, sou fòm achiv digital, men se sèl chèchè a ak oryantatè a li a ki ap genyen aksè ak yo. Sepandan, lè ankèt la fini, tout materyèl yo ap rete nan achiv, fizik ak digital, pandan yon peryòd senk an. Aprè dewoulman ankèt la, echantiyon yo (videyo entèvyou yo, ak dokiman ekri yo), akòz pèmasyon ki genyen gras ak moun ki bay entèvyou a apati sinyati TKLE a, ak apwovasyon komite etik la pou devlopman ankèt la, ap rete sou fòm digital nan yon “hardware” (pou ka sèvi kòm prèv legal ak divilgasyon rezilta yo), nan kolaborasyon ak “Laboratório Fronteiras” (Sal B404 Rodovia SC 484 Km 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó – SC), ki gen lyen ak Liy Ankèt Pratik ki baze sou Diskisyon ak Sijasyon, ki se, entegran Pòsgradyasyon nan Etid Lengistik la, nan Universidade Federal da Fronteira Sul. Apre sa, responsab laboratwa yo ap efase achiv la nan yon peryòd detèmine: swa an Jen 2026.

Ankèt as pa prezante okenn risk, paske nou chache tout fason pou nou evite nenpòt pwoblèm ak/oubyen traka pou patisipan an, se pandan, nou kouri risk emosyonèl, paske moun nan pral pale de tèt li, e pandan sa, patisipan an ka santi li pa konfòtab, sa ka lakoz entèvyou a kanpe. Yon lòt kote, sa genyen kòm benefis posibilite ke moun nan genyen pou li panse ak kòman li konstwi tèt li etanke imigran. Lè nou panse ak pakèt enterè teyorik sa yo, nou remake ke Chapecó gen yon gro kantite imigran Ayisyen, ki vin abite isit la pou chache yon meyè kondisyon pou lavi yo, e yon fwa ke, e yo nan nesosite plis patisipasyon nan sosyete a (swa genyen pi bon travay, swa nan lekòl/inivèsite, swa nan fason yo ap viv ak nouvo zanmi yo) ki trè difisil san yo pa aprann pòtigè. Ankèt sa pote kòm benefis posibilite pou konprann imigrasyon (ayisyen yo) nan Chapecó, li ap pote plis tou konpreyansyon ak lòt moun ki pral fè ankèt sou sijè a, e koulye se ap yon konpreyansyon anplis pou lòt anketè yo ki pral fè menm propozisyon an, e menm pou chèchè ki nan lòt domèn, e ak pouvwa leta a, sa kapab sèvi kòm baz pou devlopman projè sosyal, reyalizasyon politik piblik, ankèt ki evidan elatriye. Anfen, n’ap repete ke pwosesis entèvyou a, bay patisipan an posibilite pou yo

tande sa li gen pou di e jwenn yon espas pou pale de tèt li. Posibilite sa pou pale de tèt li, epi tou, pou yo tandè li a, enpòtan anpil, li parèt kòm yon posibilite pou lòt moun yo konprann li yon lòt fason, pou li pale de angwas li ak yon moun konfyab ki ap koute li e ak garanti ke sa ap rete sekre, egzèsis libète ekspresyon sa se yon benefis dirèk epi imedya pou moun ki patisipe yo.

Rezilta yo ka prezante nan evènman ak/oubyen piblikasyon syantifik, men nou ap toujou kenbe sekre done pèsònèl yo.

Lè ankèt la fini, yo ap prezante ou rezilta yo, ki se patisipan, nan lokal (oubyen online, sa depan de sitiyasyon pandemia an) ak dat ke noumenm ak patisipan yo ap planifye a, swa ant mwa jwen oubyen mwa oktòb 2021.

Depi koulya nou remèsye w' pou patisipasyon ou.

Èske ou konnen ke konvèzasyon sa ap anrejistre sou fòm odyo ak videyo pou fè ankèt? Ou dakò patisipe nan ankèt sa?

Kontak pwofesyonèl ankèt a

Tel: (049– 99134-1641)

Email: luan.mattos@estudante.uffs.edu.br

Adrès korespondans: Rua Rio de Janeiro, 2199D, bloco E-403, bairro Pinheirinho. CEP 89806-030 - Chapecó - Santa Catarina – Brasil

Si ou gen yon dout sou etik ankèt la, antre an kontak ak Komite Etik Ankèt UFFS la nan: **Tel / Fax** - (049- 2049-3745)

Email: cep.uffs@uffs.edu.br **Adrès korespondans:** Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Bloco da Biblioteca, Sala 310, 3º andar, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul.

CEP: 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil).

Chapecó-SC/...../2020.

Mwen deklare ke mwen konprann objektif ak kondisyon patisipasyon m' nan ankèt la e mwen dakò ak patisipe.

Non konplè patisipan an: _____

Siyati: _____

Luan Alex de Mattos – Anketè Responsab _____